

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**JOÃO BOSCO DOS SANTOS BRASIL**

**MULHERES PESCADORAS DA VÁRZEA DO MUNICÍPIO DE  
PARINTINS – AM: A PESCA DO CAMARÃO NAS COMUNIDADES DA  
BRASÍLIA E CATISPERA.**

Orientadora: Prof. Dra. Amélia Regina Batista Nogueira

Manaus-AM

2015

**JOÃO BOSCO DOS SANTOS BRASIL**

**MULHERES PESCADORAS DA VÁRZEA DO MUNICÍPIO DE  
PARINTINS – AM: A PESCA DO CAMARÃO NAS COMUNIDADES DA  
BRASÍLIA E CATISPERA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGEO, do Departamento de Geografia, do Instituto de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Amélia Regina  
Batista Nogueira

Manaus-AM

2015

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

B823m Brasil, João Bosco dos Santos  
Mulheres pescadoras da Várzea do município de Parintins - AM :  
A pesca do camarão nas comunidades da Brasília e Catispera /  
João Bosco dos Santos Brasil. 2015  
110 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Dra. Amélia Regina Batista Nogueira  
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do  
Amazonas.

1. Mulher. 2. Várzea amazônica. 3. Pesca. 4. Mapas Mentais. I.  
Nogueira, Dra. Amélia Regina Batista II. Universidade Federal do  
Amazonas III. Título

# FOLHA DE APROVAÇÃO

JOÃO BOSCO DOS SANTOS BRASIL

## MULHERES PESCADORAS DA VÁRZEA DO MUNICÍPIO DE PARINTINS – AM: A PESCA DO CAMARÃO NAS COMUNIDADES DA BRASÍLIA E CATISPERA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGEO, do Departamento de Geografia, do Instituto de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Amazonas, para obtenção do título de Mestre em Geografia, sob a orientação da Profa. Dr<sup>a</sup>. Amélia Regina Batista Nogueira.

Manaus – AM, .....de.....de 2015

---

Profa. Dr<sup>a</sup>.....

---

Prof. Dr.....

---

Prof. Dr.....

## DEDICATÓRIA

Aos meus pais Luiz da Silva Brasil (*in memoriam*) e Waldenice Santos Brasil, que vivenciaram momentos de dificuldades, mas nunca desanimaram, nem tampouco nos transmitiram o desânimo. Sempre acreditaram e nunca perderam a perspectiva de nos proporcionar uma educação de valores e construtores de princípios de dignidade, caráter e personalidade humana. A vocês, meu carinho e eterna gratidão.

## AGRADECIMENTOS

Ao Pai criador que sempre me fortaleceu nos momentos mais difíceis dessa caminhada.

Meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desta pesquisa. Em especial agradeço:

À professora Dr<sup>a</sup>. Amélia Regina Batista Nogueira, minha orientadora, que me ajudou a ver a várzea além de suas características físicas... a percebê-la como o lugar vivido pelas mulheres pescadoras.

A meus pais Luís da Silva Brasil (*in memoriam*) e Waldenice Santos Brasil, meus eternos orientadores que me proporcionaram a maior realização, me deram tudo, a Educação. Em especial a minha sempre amada Mãe, que é presença viva em minha vida e incentivadora de minhas conquistas.

A minha esposa Silvia, à Paula Mércia e João Bosco Filho, meus filhos amados, que vivenciaram a minha ausência e compreenderam a minha presença distante.

A minhas irmãs Maria Joselita (*in memoriam*), Maria da Paz, Luziney, Lisandra e Lidiany pelo apoio e carinho que sempre dedicaram ao Mano.

Aos meus sobrinhos Osmar Junior, Litamara, Junimar e Neuza que juntamente com seu pai Osmar Farias, acolheram-me em Manaus disponibilizando um “cantinho”, onde vivenciei os momentos de estudos, o descanso e a saudade do meu lugar, Parintins.

Ao Sr. Arildo Ribeiro, que disponibilizou o transporte fluvial (voadeira m3), levando-me a conhecer a realidade socioambiental das pescadoras e pescadores das comunidades da Brasília e Catispera.

Ao casal Aldenor Rodrigues Ribeiro e Maria Cecília Brito da Silva que vivenciam uma relação de apego com o paraná do espírito santo e pela infinita generosidade de seus corações acolheram-me em seu mundo e acima de tudo me proporcionaram dias e noites inesquecíveis, socializando um pouco do grande saber ribeirinho: narrando sobre os fenômenos da enchente e vazante, os tipos de pesca, o cantar dos animais, as visagens do lugar..., um grande aprendizado!!!

Aos presidentes das comunidades da Brasília e Catispera, Izoque Ribeiro e Ofélia respectivamente, pela gentil facilitação, sem a qual não teria conseguido desenvolver essa pesquisa.

Meus agradecimentos a todas as famílias das comunidades da Brasília e Catispera em especial os casais pescadores de camarão: Nazaré e Izoque, Gorethe e José, Luzia e Osvaldo, Arlene e Raimundo, Lucinéia e Odimar, Sonira e José Luis, Maria Eliana e José da Graça, Maria do Rosário e Antônio, Maria Raimunda e Reinaldo, Aldanira e Marcio, Maria Nilza e Edvaldo, Solange e João Ribeiro, Maria de Jesus e Manoel da Silva (Derzuílo), que muito, muito mais que descrever sobre o mundo físico e humano da várzea, descreveram-na a partir de suas experiências, o seu mundo vivido.

Aos senhores Manoel da Silva (Derzuílo), João Ribeiro e Alcino Ribeiro, à senhora Maria do Carmo Xavier da Silva, memórias vivas, culturas imateriais imensuráveis da várzea.

Aos colegas professores do colegiado do curso de Geografia do Cesp/UEA/Parintins: Dra. Álem Sílvia Marinho, MSc. Carmen Lourdes Freitas Jacaúna, Dra. Charlene Muniz, MSc. Estevan Bartoli, Dr. João D'anúzio Filho, Dr. José Camilo Ramos de Souza, MSc. Reginaldo Luiz Fernandes, MSc Tatiana Barbosa. E, de modo muito especial aos professores José Camilo e Carmen Lourdes pelo apoio e facilitação.

Aos colegas da sétima turma do Mestrado em Geografia UFAM, especialmente à Mônica, Valdelice, Edyr e Sandrinha pela atenção e descontrações vividas nos meandros fenomenológicos.

À Universidade do Estado do Amazonas e ao Centro de Estudos Superiores de Parintins – CESP/UEA.

À Universidade Federal do Amazonas – UFAM, ao programa de Pós-graduação em Geografia.

## EPÍGRAFE

*“Fica resolvido: Que a mulher é igual ao homem porque assim quis o Criador, e porque o bem maior da raça humana exige que ela assim seja reconhecida”.*

*(Ana Isabel Álvarez Gonzalez)*

## RESUMO

A pesca é uma das mais antigas atividades socioeconômicas desenvolvida historicamente pelos povos amazônidas que vivenciam às margens das terras firmes ou das várzeas, conduzindo suas vidas e produzindo seus lugares na correlação com água, da terra e da floresta. Particularmente é nos ambientes lacustres das várzeas que essa importante atividade se desenvolve, por encontrar e apresentar os melhores rendimentos, chegando a representar a principal fonte alimentar e econômica para as populações ribeirinhas do estado do Amazonas, como em Parintins. Essa dissertação buscou estudar a pesca dentro da singularidade apresentada na beira dos lagos e paranás, e está relacionada às atividades praticadas por mulheres das comunidades da Brasília e Catispera, do município de Parintins. Esta atividade é a captura, preparo e comercialização do camarão de água doce ou da várzea. Nesse contexto, nossas reflexões percorreram o caminho fenomenológico o qual nos possibilitou entender mais adequadamente possível as relações socioambientais vivenciadas pelas mulheres pescadoras na e com a várzea. Procurar entender as relações que são produzidas pela presença da mulher nos ambientes de pesca e comercialização do camarão, assim como compreender como as mulheres percebem e representam os lugares de pesca por meio dos mapas mentais, constitui os objetivos da pesquisa. Os mapas mentais: representações do mundo vivido e percebido nos forneceram informações valiosas sobre os lugares e as técnicas de pesca das mulheres pescadoras. São representações construídas a partir do olhar de quem o vive e o experiencia. Esta pesquisa nos possibilitou perceber e conhecer a várzea além de seus aspectos físicos e humanos. Construímos um entendimento a partir das experiências vividas pelas mulheres nas unidades produtivas da várzea, particularmente com a pesca.

**PALAVRAS CHAVE:** Mulher. Várzea amazônica. Pesca. Mapas Mentais.

## **ABSTRACT**

Fishing is one of the oldest socio-economic activities historically developed by Amazonian people living on the margins of the river, on firm land or flood plains. They lead their lives and live off their surroundings in correlation with the water, land and forest. It is particularly in the lake-side environments of the flood plain that this important activity has evolved, through the discovery and presence of the best yields. It has become the main food and economic resource for the coastal communities of Amazonas state, as in Parintins. This dissertation aimed to study fishing, and its relationship with activities performed by women, as it exists on the edge of lakes and riverbanks in the communities of Brasilia and Catispera in the municipality of Parintins. The activity involves the capture, preparation and marketing of freshwater or floodplain shrimp. The context led our reflections to take a phenomenological approach which enabled us to more adequately understand the possible social and environmental relationships fisherwomen experience in and with the floodplain. The research objectives are to try and understand through mind mapping, the relationships that are produced by women's presence in fishing environments and the marketing of shrimp, as well as understand how women perceive and represent fishing areas. Mind mapping: representations of how the world is lived and perceived, provided us with valuable information about the areas and the fishing techniques of fisherwomen. They are representations constructed through the perspective of those who live and experience that reality. This research enabled us to perceive and comprehend the floodplain beyond its physical and human aspects. We developed an understanding through the experiences lived by the women in the productive units of the floodplain, specifically related to fishing.

**KEYWORDS:** Female. Amazonian Floodplain. Fishing. Mind Maps.

## LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Localização do município de Parintins .....	31
Mapa 02 – Localização da área de pesquisa .....	32
Mapa 03 – Localização dos lugares de pesca .....	75
Mapa Mental 01 – A pesca do bodó e do tamoatá no período da enchente .....	74
Mapa Mental 02 – Representação das primeiras pescarias do camarão .....	77
Mapa Mental 03 – A pesca do camarão no lago Treme .....	97
Mapa Mental 04 – Lago da Rapariga: Território de Pesca .....	98
Mapa Mental 05 – A pesca do camarão. ....	99
Mapa Mental 06 – A entrada do lago do boi na vazante .....	100

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Promoção beneficente na comunidade da Brasília.....	18
Figura 02 – Dona Rosário e seu Antônio na colheita do quiabo.....	20
Figura 03 – Jardim de Dona Rosária na vazante.....	28
Figura 04 – Jardim de Dona Rosária na enchente.....	29
Figura 05 – Comunidade da Brasília.....	33
Figura 06 – Sede da comunidade, lugar da festa do camarão.....	37
Figura 07 – Disputas na festa do camarão: pesca.....	38
Figura 08 – Disputas na festa do camarão: melhor prato.....	38
Figura 09 – Comunidade do Catispera.....	40
Figura 10 – Meios de transportes: rabeta e bajara	44
Figura 11 – Fabia - Barco de linha que atende o Paraná do Espírito Santo e comunidade da Brasília.....	46
Figura 12 – Jordana - Barco de linha para a comunidade da Brasília.....	47
Figura 13 – Seu José confeccionando espinhéu.....	58
Figura 14 – A comercialização do jaraqui em cambadas.....	59
Figura 15 – Mata de igapó na comunidade da Brasília.....	61
Figura 16 – Seu Izoque, esposo de Dona Nazaré acondicionando camarão em frizer.....	65
Figura 17 – Rampa do mercado – primeiro lugar de venda do camarão.....	78
Figura 18 – Lugar de comercialização de camarão e produtos agrícolas.....	82
Figura 19 – Lugar de Dona Nazaré na comercialização do camarão.....	83
Figura 20 – Dona Sonira na comercialização do peixe e produtos agrícolas.....	85
Figura 21 – Mercado da Francesa – Novo Lugar de comercialização do camarão.....	86
Figura 22 – Lugar de Dona Gorethe na comercialização do camarão.....	88
Figura 23 – Dona Lucineia na pesca do camarão.....	91
Figura 24 – Dona Rosângela condicionando a merenda.....	92
Figura 25 – Dona Arlene e sua bacia de “cabeça” .....	94

## **LISTA DAS TABELAS**

Tabela 01: Distribuição das atividades Haliêuticas da família de dona Nazaré e Seu Izoque.....	75
--	----

## **LISTA DE SIGLAS**

ANP - Articulação Nacional das Pescadoras.

CEB - Comunidade Eclesial de Base.

CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

COLÔNIA Z17 - Colônia de pescadores artesanais de Parintins.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDAM - O Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas.

MPPA - Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais.

SINDPESCA - Sindicato de Pescadores e Pescadoras Artesanais de Parintins.

UEA – Universidade do Estado do Amazonas.

UFAM – Universidade Federal do Amazonas.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO I – A PRODUÇÃO DOS LUGARES: O VIVER NA VÁRZEA AMAZÔNICA</b> .....	16
1.1 A Dinâmica Natural da Várzea e a produção da vida. ....	16
1.2 A Vida na várzea do Amazonas: as comunidades da Brasília e Catispera no município de Parintins-AM. ....	24
1.2.1 Brasília e Catispera na Várzea de Parintins. ....	31
1.2.1.1 De Portugal à comunidade de São Sebastião da Brasília. ....	33
1.2.1.1.1 A Pesca do Camarão virou Festa. ....	36
1.2.1.1.2 A Promessa a São Sebastião: A Festa do Mastro. ....	39
1.2.1.2 Comunidade do Catispera. ....	40
1.2.1.3 O transporte fluvial: o barco e a relação com os rios nas comunidades da Brasília e Catispera. ....	42
<b>CAPÍTULO II - TERRITORIALIDADES DA PESCA COMO MODO DE VIDA NO AMAZONAS</b> .....	48
2.1 Territorialidades da Pesca no município de Parintins. ....	55
<b>CAPÍTULO III - A PESCA DO CAMARÃO: “ISSO AÍ É TRABALHO DE MULHER”</b> . .....	67
3.1 A Pesca do camarão nas comunidades da Brasília e Catispera.....	73
3.1.1 Histórico .....	73
3.2 Os conflitos territoriais entre o lago e a feira.....	80
3.2.1 A Comercialização do Camarão e a disputa pelo lugar .....	82
3.2.2 Se “Quebrar”, Vai “Sujar” a venda! .....	87
3.3 Fazeres e dizeres das mulheres pescadoras. ....	90
3.3.1 “Cozida gorda” e uma bacia de “Cabeça”! .....	92
3.4 Os Mapas Mentais dos lugares de pesca do camarão: representação do território da mulher. ....	95
<b>CONSIDERAÇÕES E PROPOSIÇÕES</b> .....	102
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	106

## INTRODUÇÃO

A Amazônia se apresenta cheia de mistério e encanto porque consegue esconder sua flora e fauna terrestre, dentro da grande floresta, e a aquática nas entrelaçadas redes fluviais. Neste jogo da biodiversidade amazônica, há também a diversidade humana, produtora de relações socioculturais, econômicas e ambientais. As relações humanas, estabelecidas nas margens ou beiras dos rios, também não estão visíveis, mas existem, e são bastante significativas, por serem particulares de cada lugar.

A singularidade apresentada na beira do rio Amazonas está relacionada a atividades praticadas por mulheres das comunidades de Brasília e Catispera, do município de Parintins. Esta atividade é a captura, preparo e comercialização do camarão de água doce ou da várzea.

Assim, para quem navega pela margem esquerda do rio Amazonas, nunca vai perceber a ocorrência desta atividade feminina, porque tem hora para a captura, momentos para a preparação do camarão e o deslocamento para a comercialização na cidade de Parintins.

Esta pesquisa teve como objetivo entender as relações socioambientais produzidas e reproduzidas na economia feminina, praticada nas várzeas do município de Parintins nas comunidades da Brasília e Catispera; como também buscamos identificar os conhecimentos e as técnicas aprimoradas pelas mulheres no processo da pesca e comercialização do camarão; conhecer como as mulheres percebem e representam o mundo vivido através dos Mapas Mentais.

É importante salientar que esse tipo de trabalho feminino, a pesca do camarão, é praticado somente nestas duas comunidades do município de Parintins e, assim sendo, dedicamos esforços e estudos para caracterizar e analisar todo o processo do trabalho desenvolvido pelas mulheres na captura e comercialização do camarão. Além destes aspectos, ainda houve a necessidade de entendimento de todo processo da economia feminina, ou seja, entender como é estabelecido o preço da comercialização do camarão, o sistema de medida (litro e frasco), a escolha do local de comercialização e mesmo uma sendo concorrente da outra, buscam a união, fechando-se em um monopólio do camarão de água doce ou de várzea.

Quando se refere a monopólio é porque, o preço do litro ou do frasco (frasco é um sistema de medida local, ou seja, se refere a dois litros) é o mesmo para todas as pescadoras; outro aspecto importante que mereceu atenção e análise foi a forma como se organizam nas proximidades do mercado municipal para vender o camarão, caracterizando novas relações sociais e econômicas.

Esta pesquisa percorreu os caminhos da Geografia Cultural Humanista na perspectiva fenomenológica e histórica, a qual nos possibilitou construir uma compreensão não apenas dos aspectos físico e humano, mas principalmente, do mundo vivido pelas mulheres pescadoras de camarão na várzea. Assim adentramos os ambientes da várzea observando, ouvindo e conhecendo de perto seus trabalhos diários, suas relações e experiências vividas nas unidades produtivas dos cultivos do solo, das pequenas criações e especialmente nos lugares de pesca.

Assim partimos da seguinte metodologia para o desenvolvimento desta pesquisa. Na primeira etapa, efetuamos um levantamento bibliográfico, o qual nos proporcionou literaturas de sustentação e embasamento para as discussões teóricas sobre a temática em questão: a pesca. Na segunda etapa, adentramos nos ambientes da várzea das comunidades da Brasília e Catispera, com a facilitação de 13 famílias pescadoras de camarão, onde observamos e ouvimos, para assim entender como as mulheres pescadoras se relacionam e vivenciam com os ambientes da várzea. E para entender como as mulheres pescadoras de camarão percebem e representam o lugar por elas vivenciado, recorreremos aos Mapas Mentais como recurso metodológico, pois, como afirma Nogueira (2014, p. 26) é “a primeira forma de conhecimento do mundo que nos cerca”. Com a conclusão dessas etapas, organizamos a estruturação dessa pesquisa em três capítulos.

No primeiro capítulo: A produção dos lugares - o viver na várzea amazônica, buscamos discorrer como a vida é marcada por relações socioambientais construídas e fortalecidas na interação das mulheres pescadoras com a várzea, o seu mundo vivido. Essas relações carregadas de afetividades, apego e segurança tornam a várzea, um lugar especial por assim fazer parte da vida dessas mulheres que a experienciam em sua plenitude, na enchente e na vazante. Por isso, a várzea é um lugar de realização da vida.

No segundo capítulo: Territorialidades da pesca como modo de vida no Amazonas, abordamos a importância histórica que essa atividade extrativa vem desempenhando tanto para a manutenção e reprodução dos grupos humanos, por

encontrarem no peixe sua principal fonte de nutrientes, como para oxigenar a economia da região e especialmente dos municípios ribeirinhos, como Parintins. Destacamos também as riquezas lacustres e piscosas das várzeas das comunidades da Brasília e Catispera, os conhecimentos sobre o comportamento de algumas espécies e as técnicas de captura desenvolvidas não apenas por pescadores, mas, por pescadoras que estão envolvidas diretamente na pesca.

No terceiro capítulo: A pesca do camarão: “isso aí é trabalho de mulher”, destacamos primeiramente que mesmo a mulher possuindo uma história na pesca, participando nos trabalhos de evisceração, salga e comercialização do peixe, ela continua a enfrentar as resistências e o preconceito masculino que entendem a pesca como atividade essencialmente do homem. Em seguida, nos dedicamos para descrever sobre as atividades haliêuticas desenvolvidas nas várzeas das comunidades da Brasília e Catispera, particularmente a pesca do camarão, que é praticada por mulheres pescadoras que organizam e “comandam” a cadeia produtiva: da pesca a comercialização. São mulheres que construíram uma estreita relação com a dinâmica da várzea, seu lugar de pertencimento. Por isso, são detentoras de saberes e técnicas inventivas, riquezas da cultura imaterial ribeirinha, produzida a partir de suas percepções dos lugares de pesca, e que foram representadas por meio dos Mapas Mentais.

As nossas considerações se voltam para o reconhecimento e valorização do trabalho que as mulheres das comunidades da Brasília e Catispera desenvolvem nas unidades produtivas da várzea. Reconhecendo os saberes que possuem, e demonstram isso quando falam e representam a várzea como o mundo vivido que experienciam na enchente e na vazante. Entendemos que esse modo de vida ribeirinho construído na correlação como a água, a terra e a floresta merece atenção e reflexões dinâmicas que venham a contribuir para seu fortalecimento. Assim, através da criação de um comitê gestor, constituído por pescadores e pescadoras e representantes das mais diversificadas instituições em nível municipal, estadual e federal, começar a repensar sobre as relações impactantes que permeiam os espaços da várzea, especialmente a pesca.

## **CAPÍTULO I – A PRODUÇÃO DOS LUGARES: O VIVER NA VÁRZEA AMAZÔNICA**

As características naturais da várzea, representadas pela fertilidade do solo, grande riqueza fitoplâncton e elevada diversidade piscícola dos rios, são qualidades inerentes das planícies de inundação banhadas pelos rios de água branca. A várzea sempre foi lugar de morada para as famílias ribeirinhas, que aí vivenciam historicamente suas experiências de vida, a partir de um envolvimento equilibrado com o ambiente, simbolizado por relações dinâmicas e criativas, essenciais para a sua permanência e sobrevivência.

Na Amazônia, particularmente nas várzeas os lugares são produzidos através de relações socioambientais dinâmicas que as famílias ribeirinhas criam e recriam com a água, a terra e a floresta inundada (igapó), bases de suas unidades produtivas. Essa característica, que se fortalece cotidianamente, é produto da capacidade perceptiva que cada morador constrói na convivência com e na várzea. Essa estreita relação de inseparabilidade é o segredo que justifica o envolvimento, a manutenção e a reprodução de um modo de vida que experiencia a várzea na enchente e na vazante.

Na várzea do município de Parintins/AM, nas comunidades da Brasília e Catispera, lugar de nossa pesquisa, as famílias ribeirinhas conduzem suas vidas e desenvolvem suas atividades socioeconômicas obedecendo a sazonalidade das águas. Nessas comunidades a pesca é a atividade principal, com destaque à pesca do camarão que move e envolve famílias inteiras em busca da manutenção de sua subsistência alimentar e econômica. A pesca do camarão, nos despertou atenção não apenas pela importância socioeconômica que proporciona às famílias, mas especialmente por ser uma atividade que envolve a participação direta de mulheres que, desde criança, vivenciam as experiências de pescadoras da várzea.

### **1.1 A Dinâmica Natural da Várzea e a produção da vida.**

As várzeas como são conhecidas as planícies de inundação, são terrenos fertilizados anualmente através do processo de deposição sedimentar que ocorre no período da enchente. As riquezas da várzea não são encontradas apenas nas camadas do solo, nos rios de água branca que banham esses terrenos, mas

também em uma diversificada quantidade de espécies de peixes tanto de escama como de couro. Essa configuração natural da várzea, vem possibilitando a presença, a fixação e a reprodução de um modo de vida baseado na convivência com a água, a terra e a floresta.

Esse modo de vida ribeirinho, construído a partir de relações e interrelações com a várzea, possibilitou às famílias ribeirinhas uma compreensão sobre a dinâmica socioambiental da várzea. As relações também se reproduzem no âmbito sociocultural das famílias ribeirinhas, pois, no campo das experiências vividas pelas famílias ribeirinhas, identificamos fortes laços socioculturais predominantes também nas relações de vizinhança e parentesco, que se reproduzem em tempo presente através dos princípios do respeito e da reciprocidade socioambiental, características vivas que permeiam e se consolidam nas unidades familiares e comunitárias.

O depoimento de dona Sonira, pescadora de camarão da comunidade da Brasília, nos revela:

*[...] Aqui na Brasília a gente se junta com o pessoal do Catipera e do paraná, sempre quando algum comunitário nosso t passando necessidade ou t doente, como agora, essa nossa promoção de hoje (26/10/14), é pra ajudar a família do Sr. João Gadelha, conhecido aqui na Brasília por "lascado"[...] e que tá muito doente. Então é assim o problema não  só da família do doente  abraçado pela comunidade que se uni mesmo e bota pra ajudar. Olhe s, tudu isso aqui na mesa fomo nós que fizemo, agente se dividi assim: uns fico pra fazer os bolo, as comidas que vamo vender no dia, outros vo pra cidade pedir colaboração dos amigos pra colocar no bingo e fica um grupo responsável pela parte do esporte. E aí tudo que nós apurar a gente passa pra família do doente. Olhe, e no próximo dia 16/11/14, já temo outra promoção, essa vai acontecer l no São José no paraná de cima, um comunitário de l também t doente. (Figura 01).*

Essas promoções como os comunitários assim denominam, são organizadas previamente sempre para se desenvolverem nas tardes de domingo. O domingo  dia especial para os comunitários, que culturalmente se reúnem na igreja logo pela manhã para a realização do culto. Esse momento é reservado para a leitura e comentário da palavra de Deus. Na oportunidade, os organizadores das promoções aproveitam para renovar o convite reforçando a importância da participação e contribuição dos comunitários.

Figura 01: Promoção beneficente na comunidade da Brasília.



Foto: João Bosco Brasil. Outubro/2014.

Para quem não conhece a realidade sociocultural das comunidades ribeirinhas de Parintins, particularmente Brasília e Catispera, jamais vai perceber que toda aquela alegria e animação proporcionada pela música, pelos torneios esportivos e bingo, trata-se de um evento beneficente em prol de um enfermo, pois, como afirma Woortmann (1990), a comunidade faz festa para o doente.

Essas características socioculturais são construídas a partir das interrelações tecidas na convivência diária entre as famílias ribeirinhas e destas com a terra, a floresta e especialmente com a sazonalidade das águas (DIEGUES, 2002), ou seja, criam suas territorialidades de trabalho e lazer. Percebemos que essas qualidades socioambientais tornam a várzea um lugar acolhedor e envolvente, especial para o morador por fazer parte de sua vida, regulando suas relações de vivência sempre em harmonia com ela, seu modo de vida, seu comportamento e suas ações socioambientais.

Assim, o viver na várzea é aproveitar ao máximo o momento presente, mesmo sabendo dos desafios diários provocados pela enchente e pela vazante. Por isso, a valorização e o apego sociocultural que as famílias constroem com a várzea é imensurável, fortalecendo-se a cada dia, através de laços afetivos com o ambiente (TUAN, 2012). Uma relação alicerçada por um equilíbrio constante que vem se perpetuando e contribuindo para a fixação dessas famílias ao longo dos tempos e que a todo o momento se renova na vida de cada morador do lugar.

Viver na várzea é construir uma relação intrínseca com o lugar, pautada em “perdas” e ganhos orquestrados pelo contato direto com a terra, a água e a floresta, uma relação marcada pelo desenvolvimento constante de experiências, onde, os desafios, típico das famílias ribeirinhas, estão presentes, oxigenando-as e renovando suas esperanças para enfrentarem com muita criatividade, paciência e otimismo as adversidades socioambientais da várzea.

Essa íntima relação que o morador constrói com a várzea é destacada por Nogueira (2001, p. 43) quando afirma que “o lugar se apresenta como vivenciado pelos seus habitantes, o lugar, portanto, é constituído a partir da experiência que temos dele [...] expressa uma relação, sobretudo afetiva, emocional, simbólica e mítica com o lugar”.

A várzea é o lugar primeiro para o morador que a experiencia em sua plenitude cultivando em todos os momentos, cotidianamente um envolvimento profundo, movido por sentimentos plurais de alegria, apego, segurança e acima de tudo de realização da vida. A várzea é seu lugar de pertencimento, onde o morador ribeirinho também vivencia suas angústias e sofrimentos, mas por outro lado, é com e nela que fortalece as energias necessárias para o seu crescimento, principalmente na adversidade.

Esse envolvimento e apego com a várzea, como lugar de concretização de suas experiências pode ser compreendido também ao que Holzer (2012, p. 291), descreve em um de seus estudos: “o lugar está ligado a vivências individuais e coletivas a partir do contato do ser com seu entorno”.

Para Tuan (1983) esse profundo significado que a várzea representa na vida do morador, é construído pelo contínuo acréscimo de sentimento ao longo dos anos: sua casa, suas plantas, seus animais, a pesca. Todos esses elementos presentes em seu entorno fazem parte de sua vida cotidiana, portanto, carregados de significados e dotados de valor.

A partir desse pressuposto, podemos articular o pensamento e o posicionamento de algumas mulheres pescadoras de camarão que não desejam trocar a vivência da comunidade pela vida na cidade de Parintins.

As palavras da senhora Maria do Rosário, 55 anos, pescadora da Brasília, expressam todo o sentimento pela várzea, seu lugar de vivência e experiência:

*Eu vou à cidade assim, pra vender o camarão e fazer algumas compras, resolver alguns problemas no Banco, mas tudo rápido e no mesmo dia volto, só fico quando não consigo resolver. Olhe eu até conseguir comprar um terreno na cidade e mandei construir a casa, no bairro Itaúna 2, fica na rua 6, só com dinheiro do camarão mas, quem para lá é mais minha filha e meus dois filhos que estudam. Eu mesmo não gosto, não me acostumo, eu prefiro aqui na Brasília porque aqui é calmo não tem violência que agente escuta no radio todo dia, aqui a vida é tranquila, não temos problemas com vizinhos porque aqui todos se conhecem, a gente dormi sossegado. Logo que aprontou a casa na cidade eu até que tentei passar alguns dias lá, mas quando chegava à noite pra eu dormir custava muito porque o barulho era uma agonia. E hoje quando vou, não demoro mais do que 2 dias na cidade, eu quero logo voltar porque eu gosto mesmo é de ficar aqui onde tenho minhas coisas, olhe aqui na várzea nós temos as nossas plantaçoão, a gente pesca, e eu ainda crio, por isso eu prefiro mil vezes aqui do que a cidade. A nossa vida aqui é boa, a gente vivi bem. (Figura 02).*

Figura 02: Dona Rosário e seu Antônio na colheita do quiabo.



Foto: João Bosco Brasil. Dezembro/2014.

Nessa relação vimos o que Dardel denominou de geograficidade, elementos consistentes para melhor compreender o dinamismo presente no relacionamento que dona Maria do Rosário construiu com a várzea, o seu lugar de morada, sua “base [...]”. Não somente ponto de apoio espacial e suporte material, mas condição de toda posição da existência, de toda ação de assentar e de se estabelecer (DARDEL, 2011, p. 40). Sua vivencia é sinônimo de segurança, por isso o forte sentimento de apego demonstrado em suas palavras. O lugar onde a alegria e a tristeza se encontram cotidianamente interagindo em sua vida, contribuindo assim para o fortalecimento de suas experiências.

Viver na várzea é conviver também com as perdas materiais provocadas naturalmente pela força das águas em toda enchente. No entanto, as experiências vivenciadas no contato com a água não permitem o dominar pelo desânimo ou abater pelo desespero, fortalecem ainda mais sua relação e envolvimento com ela, reanimando-as sempre para um novo (re)começar. Como salienta Dardel (1990, p. 50) quando afirma: “as águas constituem o espaço primordial, possuindo o mais alto grau do poder de começar, [...] de renovar a energia vital dos seres que nelas mergulham”.

As famílias ribeirinhas da várzea são resilientes no pensamento, e, portanto, no modo de viver, enfrentando com naturalidade as perdas, que são superadas pelo vigor e disposição de recomeçar sempre, ano a ano, diante de uma várzea sempre renovada, fertilizada e pronta para o início de mais um ciclo da vida, proporcionada agora pela vazante.

Com a chegada da vazante, as águas recuam represando-se nas partes mais baixas dos terrenos, deixando as terras úmidas fertilizadas e prontas para mais um ciclo da vida, uma recompensa riquíssima proporcionada pela enchente para as famílias ribeirinhas, que agora dispõem de mais uma fonte natural para obtenção de sua subsistência alimentar. Segundo Murrieta (2006, p. 283):

A agricultura na várzea é altamente dependente do ciclo anual das cheias que renova e fertiliza o solo todo ano com camadas de nutrientes e matéria orgânica. Em função disso, estes solos não dependem tanto da cobertura vegetal e da decomposição de sua biomassa para manter níveis razoáveis de fertilidade.

Por isso, os solos de várzea são altamente produtivos e economicamente viáveis, pois, suas terras dão respostas rápidas às explorações agrícolas familiares, fazendo brotar com fartura o alimento. Poderíamos refletir empiricamente que, a pressa da terra, é resultado de uma íntima relação natural combinada e caracterizada por um revezamento anual entre água e terra, onde à segunda é reservado não mais de seis meses de vida até a próxima enchente.

Seus rios e particularmente os lagos que se formam com a vazante, tornam-se refúgios naturais para os mais diversificados cardumes de peixes, verdadeiros berçários, que agora tem que conviver, dividindo e disputando espaço e nutrientes com outros animais da fauna aquática e terrestre da várzea. Com isso, as atividades desenvolvidas nas unidades produtivas da pesca ganham proporções significativas

proporcionando com qualidade e quantidade a base alimentar das famílias ribeirinhas, qual seja, o peixe. O alimento da terra e da água, inerentes da várzea, são imprescindíveis e necessários para a manutenção alimentar e econômica das famílias ribeirinhas, como aborda Porro (1990, p. 150):

Com a retração das águas, as partes mais baixas da várzea, que geralmente ficam [...] afastadas do rio, retêm a fauna aquática em lagos interiores onde ela se concentra de forma a tornar a caça e a pesca altamente produtivas.

Portanto, viver na várzea é estar preparado para os desafios diários e para um recomeçar constante, é perceber que a realização da vida obedece à dinâmica da natureza, renovando-se a cada enchente, desenvolvendo-se a cada vazante, buscando com criatividade e paciência se beneficiar explorando no momento certo, os recursos naturais necessários à sobrevivência. Viver na várzea é aprender no convívio com ela a construir e reconstruir relações pautadas na racionalidade socioambiental responsável por estabelecer os limites de suas ações com resistência aos excessos suscitados pela ganância do lucro econômico.

Ressaltamos a importância e valorização que os conhecimentos historicamente produzidos representam para as famílias ribeirinhas que vivenciam os ambientes da várzea. São valores da cultura imaterial ribeirinha, instrumentos imprescindíveis para a sobrevivência, responsáveis pela criação e recriação de adaptações aos seus diferentes ciclos bem como tecer as mais criativas relações socioambientais de convivência.

Na vazante, buscam no cultivo do solo com emprego das práticas agrícolas tradicionais obterem parte significativa de seus alimentos, através das culturas de ciclo curto. A criação e manejo de pequenos animais, também estão presentes e fazem parte das atividades desenvolvidas como complemento alimentar e econômico na várzea. Porém, o elemento água que é responsável pelas perdas materiais na enchente, também proporciona ganhos para as famílias através da fertilização dos solos e da riqueza piscosa de seus rios e lagos na vazante, pois, a pesca para a maioria das famílias ribeirinhas, se traduz na principal atividade socioeconômica no período de águas baixas.

Com a chegada da enchente, buscam na capacidade criativa vencer os obstáculos naturais provocados pela água, e mesmo com as terras submersas,

continuam a desenvolver as atividades agrícolas cultivando principalmente hortaliças e ervas medicinais em canteiros suspensos. A construção de canteiros na várzea apresenta-se de acordo com Noda (2007, p. 33-34):

Como estratégia de diversificação e ampliação da capacidade produtiva do sistema de produção. Destaca-se a produção de hortaliças em tabuleiros, verificada em comunidades dos municípios de Parintins e Oriximiná, onde são cultivados espécies para abastecer o mercado local como couve (*Brassica oleraceae* sp.), alface (*Lactuca sativa* sp.), pimentão (*Capsicum annum*), tomate (*Lycopersicum esculentum*), coentro (*Coriandrum sativum*), chicória (*Erygium foetidum*), cebolinha (*Allium fisculosum*), pimentas diversas (*Capsicum* sp.), maxixe (*Cucumis anguria*), entre outras. Tal estratégia visa reproduzir as condições ideais de produção alternativa aos efeitos da sazonalidade das áreas de várzea [...]. Geralmente próximos às casas, caracteriza-se por canteiros suspensos construídos de madeira, preenchido com solo da várzea e esterco de gado disponível no local.

Além disso, na convivência intrínseca com a várzea, reconstroem seus saberes e aperfeiçoam suas técnicas indispensáveis para a sobrevivência socioambiental, como por exemplo, as instalações construídas com criatividade para sua família e os abrigos (marombas) para o manejo e proteção das pequenas e grandes criações.

As famílias da várzea sobrevivem basicamente dos produtos advindos da água (pesca), do cultivo da terra (frutos e hortaliças) e das pequenas criações. Logo, “antes da subida da água, os agricultores constroem instalações suspensas para seus animais e canteiros para os cultivos de suas hortaliças e algumas plantas medicinais” (FRAXE, 2011, p. 62).

Por outro lado, a subida da água, tão esperada pelos cardumes confinados nos lagos represados, facilita a migração para os mais amplos e diferentes ambientes aquáticos em busca de alimento e reprodução. Essa dispersão natural dos cardumes provoca uma diminuição da quantidade e oferta de peixe, tornando escassa nesse período as atividades da pesca.

As formas de vida na várzea são caracterizadas por comportamentos e ações dinâmicas que produzem estágios de cultivo, criação e pesca regulados sempre pelo pulso das águas e alimentados pela infinita capacidade de construção e reconstrução dos lugares por homens e mulheres que aí vivem.

## **1.2 A Vida na várzea do Amazonas: as comunidades da Brasília e Catispera no município de Parintins-AM.**

Os trabalhos desenvolvidos por Salati (1981) descrevem a Amazônia brasileira com uma área de aproximadamente 600 milhões de Km<sup>2</sup>, configurando-se no cenário mundial como um dos maiores e mais delicados complexos naturais da terra. Concebe ainda como uma das mais ricas e complexas regiões do planeta, com exuberante fauna e flora.

Para o autor, a Amazônia ao longo dos tempos vem resistindo às ações de conquista impetradas pelo homem desde a fase colonial até os nossos dias, caracterizados como verdadeiros saques. Suas diversificadas potencialidades em biodiversidade predominante nos ambientes de terra firme e várzea vêm despertando ao longo da história interesses econômicos e geopolíticos diversos além dos olhares insidiosos de parte da comunidade científica mundial.

Nesse delicado e complexo ambiente natural, destacamos a grande planície de inundação amazônica que anualmente está sujeita à sazonalidade das águas, denominada, regionalmente várzea (FRAXE, 2011).

Em seus trabalhos sobre a vida em comunidades no Amazonas, Fraxe, procura caracterizar os elementos presentes na paisagem ribeirinha da várzea e da terra firme, com ênfase principal, para a intensa e dinâmica relação com o homem ribeirinho, de onde obtém parte significativa dos alimentos necessários para a manutenção socioeconômica de sua família.

De acordo com estudos do IBGE (1977), a várzea ocupa uma área de aproximadamente 64.400 Km<sup>2</sup>, distribuídas ao longo das margens dos rios de águas brancas, perfazendo 1,5% da Amazônia brasileira. Acrescenta também, que são terrenos resultantes do processo de sedimentação Holocênica, formadas de materiais de textura pesadas, argila e siltes depositados por colmatagem nos lagos e terrenos periodicamente inundados. As várzeas podem também, apresentar características mais arenosas nos chamados diques marginais, pestanas ou *points bars*, constituídos e reconstruídos a cada cheia.

Assim, a várzea estende-se por toda extensão do grande rio Amazonas e seus tributários, acompanhando-o em suas margens direita e esquerda desde a sua nascente até sua foz.

Para Iriondo (1982), a planície amazônica compreende a várzea ou planície propriamente dita, que é a faixa deprimida dentro da qual corre o rio, constituída por seus depósitos de canal de inundação. Ressaltamos que as definições apresentadas pelo referido autor limitaram-se a leituras e análises de imagens de radar em laboratório, sem o devido acompanhamento de expedições de campo. Para Porro (1990, p. 15):

A várzea vem ser a planície aluvional propriamente dita que encontra-se disposta nas margens direita e esquerda do grande rio Amazonas e também em muitos tributários (Madeira, Purus, Juruá, Japurá, etc) estando sujeita a inundações periódicas. As maiores dimensões são encontradas a leste de Manaus onde o processo de sedimentação acontece com mais intensidade, apresentando de 15 a 50 km de largura.

Carvalho (2006) destaca a várzea na paisagem hidrográfica amazônica como uma planície Holocênica formada pela deposição de grande quantidade de sedimentos no período da enchente. Para o autor as maiores dimensões são encontradas ao longo do curso médio e inferior dos principais rios de água branca, particularmente com maior expressão no rio Amazonas, que controla essa unidade geomorfológica através da sua dinâmica e do regime fluvial.

Assim, as várzeas são terrenos jovens que se formam pelo acúmulo de sedimentos depositados na superfície da planície pelos rios de água branca. São planícies pouco consolidadas com textura variada e grande teor de matéria orgânica, característica marcante que viabiliza a exploração de cultivos diversificados e criações pelas famílias ribeirinhas.

Sua formação e renovação se justificam através do dinâmico processo provocado pela ação do grande rio Amazonas que estando ainda delineando a definição de seu leito, exerce intensas pressões contra os diques marginais, desgastando-os através de fortes e constantes erosões fluviais em toda sua extensão. Obedecendo assim à dinâmica natural: erosão – transporte – sedimentação – erosão.

O processo de sedimentação caracterizado pela deposição de grande quantidade de sedimentos (argila, silte, areia, matéria orgânica) durante a vazante é o fenômeno responsável pela fertilização natural da várzea, renovando-a a cada enchente, com ricas camadas de nutrientes resultando nos solos mais agricultáveis da Amazônia, os solos aluvionais.

Essas qualidades naturais atrativas destacam a várzea no relevo amazônico, configurando-se por excelência em ambientes socioeconomicamente viáveis para as mais diversificadas explorações agrícolas e não agrícolas (FRAXE, 2004).

Diferente dos solos de terra firme, os solos aluvionais não dependem tanto da cobertura vegetal e da decomposição da matéria orgânica para manter seu nível de fertilidade, com o regime das cheias renovam-se com espessa camada de nutrientes todos os anos (MURRIETA, 2006).

Nos ambientes das várzeas dos rios de águas brancas amazônicas, a densidade demográfica, se processou com mais intensidade em comparação as terras firmes banhadas pelos rios de águas pretas e claras. Característica bastante observada e narrada pelos primeiros exploradores e viajantes do século XVI. Oliveira (1981), descreve que as várzeas e as terras firmes do rio Amazonas já eram bastante povoadas por indivíduos que aprenderam no convívio com a natureza, a retirar apenas o suficiente para a sobrevivência. Para a autora, a natureza representava a principal fonte de alimentos advinda da floresta, da terra e da água, onde a oferta de frutas, mandioca, aves, tartaruga e peixes diversos, eram de tamanha fartura.

No Estado do Amazonas nas várzeas do rio Solimões/Amazonas (Solimões é a denominação que recebe o trecho do rio Amazonas ao adentrar o território brasileiro no município de Tabatinga/AM até o encontro com as águas do rio Negro próximo a cidade de Manaus. A partir do encontro das águas até a sua foz passa a denominar Amazonas) a presença humana se faz representar pelas famílias ribeirinhas que historicamente vivenciam nesses ambientes desenvolvendo pluriatividades (agrícolas e não agrícolas). A labuta diária nas unidades produtivas da várzea coloca essas famílias em contato direto com os elementos naturais (água, terra e floresta). Essa estreita ligação, contribui para a construção e reconstrução de saberes e de relações socioambientais, essenciais para a adaptação e sobrevivência, consolidando assim a fixação das famílias na várzea.

Os trabalhos de Wagley (1988), sobre comunidades na Amazônia, ajudam a entender, pois:

Uma sociedade não pode nascer do nada; deve ser construída a partir de antecedentes históricos. [...] e terá por base o conhecimento que o povo dessa região acumulou durante séculos, dos tempos aborígenes ao presente. No decorrer dos séculos, os índios e mais tarde os caboclos luso-brasileiros aprenderam a coexistir com o meio local e a explora-lo. Eles

conhecem os solos, a flora e a fauna, a cheia e a vazante dos grandes rios, a época das chuvas e os períodos relativamente secos, os perigos dos insetos e das doenças endêmicas, e muitos outros aspectos de seu meio ambiente. E, a partir dessa experiência, moldaram a sua própria cultura amazônica, com seu próprio sistema social, [...]. É uma herança rica que jamais deverá ser ignorada na moderna conquista da Amazônia (WAGLEY, 1988, p. 15).

Para o autor, o cabedal de informações e os conhecimentos socialmente produzidos ao longo dos tempos pelos povos amazônicos, foram possíveis em função da grande capacidade de observação e percepção que estes desenvolveram historicamente na convivência com a natureza. Portanto, são ferramentas estratégicas imprescindíveis para a manutenção e desenvolvimento cultural dos povos amazônicos, ou seja, na construção e reconstrução de suas vidas.

As características socioambientais ímpares credenciam a várzea como um ambiente sustentavelmente equilibrado e compensador para as famílias ribeirinhas, particularmente as que vivenciam nas comunidades da Brasília e Catispera no município de Parintins/AM pela oferta de alimentos da água e da terra e ao mesmo tempo é desafiadora em função das adversidades proporcionadas pelos pulsos da enchente e da vazante.

Os incômodos da enchente parecem não representar para o morador da várzea obstáculos a convivência ou permanência, tampouco se constitui em desestímulos ou justificativas para o não desenvolvimento das atividades nas unidades produtivas familiares, pois, as características qualitativas da várzea são tão fortes e necessárias para a manutenção socioeconômica das famílias, que os momentos difíceis e os danos ou prejuízos da enchente, são superados e percebidos como um fenômeno rotineiro da vida na várzea, sendo enfrentados com muita naturalidade e paciência.

Em estudos realizados por Fraxe (2011), Noda (2007) e Lima (2005), são descritos que nas unidades produtivas das várzeas do rio Solimões/Amazonas, a vida das famílias ribeirinhas e a organização, planejamento das atividades socioeconômicas (pesca, criações e nos cultivos agrícolas), se desenvolvem em detrimento do pulso das águas, ou seja, o calendário agrícola e não agrícola. Para os referidos autores, no período da enchente as atividades agrícolas e não agrícolas adquirem ritmos lentos e limitados. Trata-se de um estágio caracterizado pela queda nos índices dos produtos de origem vegetal e pesqueira, que são amenizados pelo estoque que estas famílias fazem de parte dos alimentos ainda no período da

vazante. Essa característica se faz desaparecer no baixar das águas, sinônimo de acentuada fartura advinda da água e da terra.

Na vazante, o peixe, típico da dieta alimentar ribeirinha é encontrado nos rios e lagos de várzea com fartura. O mesmo descrevemos sobre o alimento da terra: frutas, raízes e verduras que complementam a subsistência familiar e que predominam nos terrenos/quintais e área próximas das moradias. Acrescentamos que além das hortaliças e das frutíferas (goiaba, manga, graviola, outras), as plantas medicinais e ornamentais são vegetais que possuem espaços reservados nos terrenos/quintais e jardins de algumas casas nas unidades produtivas da várzea. A atenção e carinho dedicado se manifesta tanto na enchente como na vazante e podem ser observados também em vários cômodos das casas, distribuídas pelas varandas e janelas em vasos, baldes e ou latas improvisadas. É o toque suave e perfumado das folhas e flores que simbolizam o espaço e a presença da mulher no ambiente, tornando-o colorido e cheio de vida.

Para a senhora Maria do Rosário, 55 anos, moradora da comunidade da Brasília:

*Eu gosto muito de plantar, olhe ao redor da minha casa tá tudo tomado de plantas, e eu ainda cuido de minhas plantinhas de flor porque elas me alegram, deixam mais bonita a minha casa, eu gosto mesmo delas. Todo ano, a água vem leva, mas, assim que ela desce, eu já tô semeando, tem umas que eu cuido nos vasos em latas, elas me acompanham, ficam na minha varanda o ano todo. É assim. (Figuras 03 e 04).*

Figura 03: Jardim de Dona Rosária na vazante.



Foto: João Bosco Brasil. Dezembro/2014.

Figura 04: Jardim de Dona Rosária na enchente.



Fonte: João Bosco Brasil. Maio/2015.

Assim, o jardim mesmo não proporcionando um retorno econômico, como o camarão, o peixe e as hortaliças, desempenham função importante para as famílias da várzea, principalmente para a mulher que é a grande idealizadora e responsável pelos tratos culturais (capina, regas, tutoramento, podas, amontoa, etc.) e estando em contato constante com o colorido das folhas e flores, encontra a tranquilidade e paz para enfrentar com paciência os desafios diários.

Nesta perspectiva, Murrieta (2006, p. 284), menciona que:

Os jardins parecem desempenhar múltiplas funções para a unidade doméstica. Nesse sentido, desempenham um importante papel de apresentação para a mulher que os mantinham, como a manifestação de um prazer estético feminino e um espaço seguro para constantes experimentações de cultivo. Assim, o jardim e o quintal eram domínios e lócus inquestionáveis da mulher.

Nesses ambientes agrícolas, os tratos culturais, são atividades desenvolvidas quase que exclusivamente pelas mulheres e crianças (Noda, 2007). Essas especificidades naturais da várzea se configuram de certa forma para justificar a intensa presença e exploração humana com as mais diversificadas atividades produtivas.

Além da fertilidade natural dos solos da várzea, os rios de água branca ou barrentas que drenam e fertilizam esses terrenos de formação recente possuem também ricas e diversificada característica piscosa, particularmente nos conhecidos lagos de várzea, que se formam em toda extensão da planície de inundação pelo

represamento das águas no período da vazante. Assim, a várzea também se destaca configurando-se em um ambiente com grande riqueza de espécies de peixes, o que viabiliza a prática extrativa da pesca artesanal e econômica.

Diegues (2002), ao discorrer sobre a várzea, menciona um ecossistema único com elevada biodiversidade (peixes, madeiras, produtos não madeireiros), além de possuir os solos mais férteis da Amazônia, que são renovados periodicamente pela ação do pulso das águas que transportam e depositam as partículas orgânicas e minerais. Para o autor, a várzea é um ambiente rico e privilegiado por receber anualmente da água os nutrientes essenciais para a sua fertilização e por desempenhar a função de abrigo para a maioria das espécies de peixes e aves, caracterizando assim a sua importância para o equilíbrio socioambiental.

A fertilidade do solo associado à riqueza piscosa dos rios e lagos das várzeas conjuga-se em características qualitativas atrativas para a exploração e desenvolvimento de atividades socioeconômicas e culturais diversificadas que se fazem presentes nesses ambientes, onde o cultivo do solo e a pesca se destacam como práticas de subsistência alimentar e econômica para a maioria das famílias ribeirinhas que vivenciam com resiliência a sazonalidade das águas.

Segundo Fraxe (2011, p.38), “é na várzea que se encontra a maior faixa contínua de solos férteis da Amazônia e, historicamente, foi onde se concentrou as mais intensas atividades de pesca e de agricultura”. Para a autora, as várzeas são ambientes naturais que oferecem as vantagens socioambientais necessárias para que as famílias ribeirinhas possam sobreviver, desenvolvendo pluriatividades em harmonia com a água e a terra.

A várzea amazônica proporciona as vantagens naturais que contribuem para a sobrevivência e permanência das famílias ribeirinhas que se constroem culturalmente a partir das relações que se produzem e reproduzem na convivência diária e na interação com a enchente e com a vazante. Essas características inerentes da várzea, enchente e vazante não são responsáveis apenas pela renovação natural das camadas do solo, mais do que isso, contribui também, para a renovação dos espíritos de cada morador alimentando-os com uma grande carga de otimismo e energia para um eterno recomeçar, diante as adversidades socioambientais da várzea (MORIN, 2004).

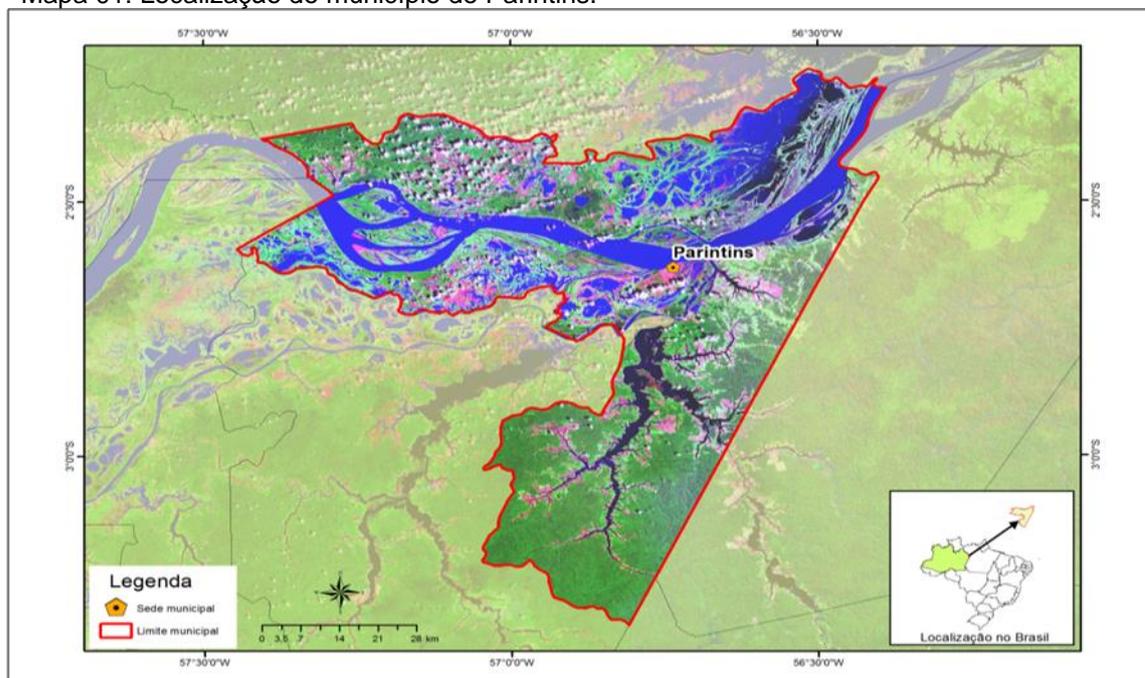
Assim, o dinamismo presente na vida das famílias ribeirinhas da várzea são peculiaridades pertinentes às comunidades da Brasília e Catispera do município de

Parintins/AM. São famílias que também acompanham a dinâmica da natureza, renovando-se para os desafios de cada dia, tornando-as fortalecidas para a convivência com os empecilhos naturais e sempre pacientes na busca de melhorias socioeconômicas e conquistas futuras. Portanto, são famílias vitoriosas e merecedoras de reconhecimento e valorização pelo exemplo de convivência que se constrói e reconstrói a partir das experiências vividas que se fortalecem a cada enchente a cada vazante. Esse diferencial qualitativo é característica marcante das famílias da várzea.

### 1.2.1 Brasília e Catispera na Várzea de Parintins.

O município de Parintins localizado no médio rio Amazonas, encontra-se na 9ª sub-região do Estado do Amazonas, com uma área de 5.951.200 km<sup>2</sup> e uma população de 102.033 mil habitantes (IBGE, 2010), é o segundo município mais populoso, depois da capital Manaus. (Mapa 01).

Mapa 01: Localização do município de Parintins.



Apoio Técnico: Willer Pinto – 2015.  
Organização: João Bosco Brasil – 2015.

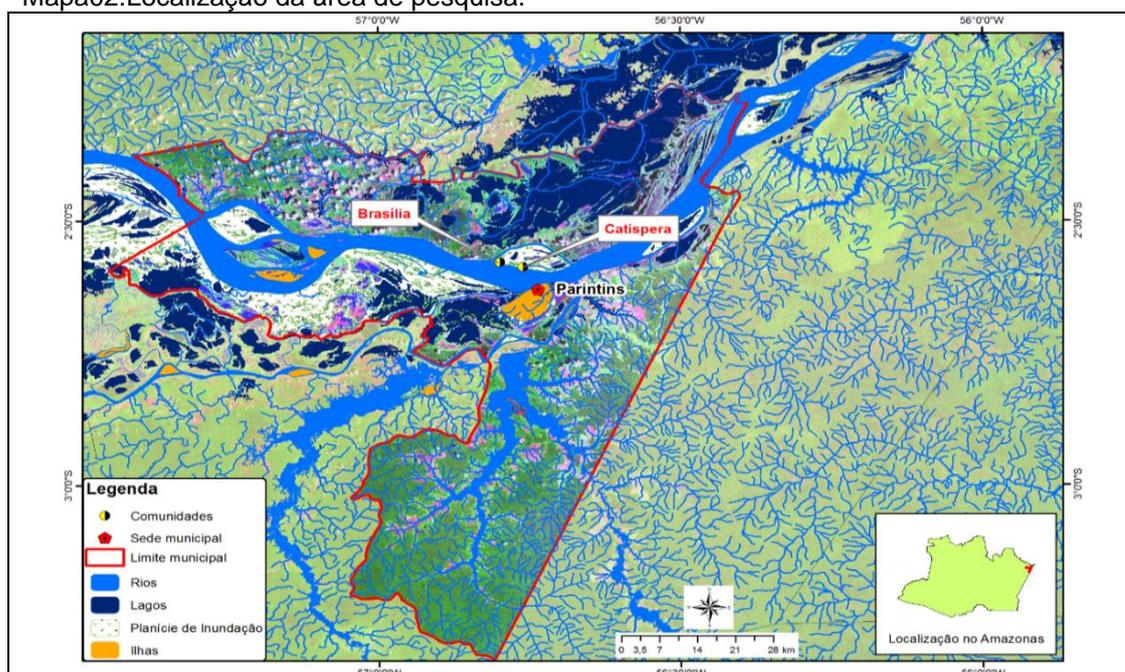
A cidade de Parintins é situada na ilha de Tupinambarana, distante 369 km em linha reta e 420 km por via fluvial da capital Manaus. Parintins é conhecida na Amazônia pelo canto das toadas que dão ritmo à festa do boi-bumbá. A cidade

ganhou referência no cenário cultural nacional e internacional em função da grande capacidade inventiva de seu povo, que através de seus talentos musicais e das artes plásticas expressam suas riquezas imateriais nas brincadeiras dos Bumbás Caprichoso e Garantido. Esses valores arraigados à história cultural do município encontram-se organizados e se materializam no mais importante evento turístico do município: o Festival Folclórico de Parintins. Reconhecemos a importância socioeconômica que o turismo pode proporcionar ao desenvolvimento do município, no entanto, os resultados e o retorno desse segmento para a melhoria da qualidade de vida da população parintinense ainda são insignificantes

Uma outra característica socioeconômica do município de Parintins é a pesca, atividade desenvolvida o ano todo nos ambientes de terra firme e de várzea. A várzea se credencia como principal ambiente de pesca por apresentar uma riqueza lacustre e conseqüentemente maior diversificação em sua ictiofauna, especialmente no período da vazante.

Nas comunidades da Brasília e Catispera, localizadas na várzea do município de Parintins, lugares de nossa pesquisa, a pesca responde como principal atividade socioeconômica, seguida pelos cultivos de hortaliças e pelas pequenas criações (Mapa 02).

Mapa02:Localização da área de pesquisa.



Apoio Técnico: Willer Pinto – 2015.  
Organização: João Bosco Brasil – 2015.

### 1.2.1.1 De Portugal à comunidade de São Sebastião da Brasília.

A comunidade de São Sebastião da Brasília encontra-se localizada na margem esquerda do rio Amazonas, em frente à cidade de Parintins, no estado do Amazonas (Figura 05). Apresenta como coordenadas geográficas 2° 34' 41.8" S e 56° 47' 54.2" W, limitando-se com o paraná do espirito santo ao norte, com o rio Amazonas ao sul, e com as comunidades do Catispera e São José a leste e a oeste respectivamente. Foi criada em 28 de março de 1968 por iniciativa da Igreja Católica, através da CEB, Comunidade Eclesial de Base que tinha como missão reorganizar as localidades rurais levando aos irmãos do interior os ensinamentos seguindo os preceitos do catolicismo (CERQUA, 1980). Foi uma estratégia adotada pela igreja católica, colocada em prática a partir das deliberações do Sínodo de Puebla, quando a igreja da América Latina direcionou suas ações aos menos favorecidos (TORRES, 2012). Como ação estratégica da Igreja para consolidar sua presença na nova comunidade, esta passou a ter um santo padroeiro, e uma igreja, que foi erguida pelos comunitários. São Sebasto foi o santo escolhido cujos festejos acontecem no mês de janeiro.

Figura 05: Comunidade da Brasília.



Foto: João Bosco Brasil – dezembro/2014.

A comunidade da Brasília criada em 1968, passou também a ter um grupo de trabalho formado pelo Presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro escolhidos pelos comunitários, sob a supervisão da CEB, que coordenava as ações da diretoria, como também, prestava as orientações necessárias para a organização e execução das atividades sociais, econômicas e religiosas da comunidade. A comunidade é constituída basicamente por famílias nucleares, que se encontram distribuídas dispersamente pelo terreno da comunidade.

Segundo os mais antigos da comunidade da Brasília, os primeiros moradores da localidade eram famílias de origem portuguesa que edificaram suas casas próximo a um igarapé que se comunicava com o rio Amazonas e que hoje sofreu assoreamento em sua foz. Em função do predomínio das famílias portuguesas, a localidade recebeu a denominação de Portugal, seu primeiro nome.

Segundo o Sr. João Ribeiro, 77 anos, neto de portugueses:

*As primeira famílias eram de portugueses, todos, os homens eles usavo camisa de mangas compridas, calças compridas, usavam botas de couro e chapéu, as mulher usavo vestido longos ate embaixo, muito bonitos, algumas usavo um abanador, com o tempo é que foi mudando, e hoje ninguém mais usa né? Uma das primeiras família era do senhor Osvaldino Ribeiro, o Vavá, muito conhecido na localidade porque tinha um barracão e organizava festa religiosa, ele não concordava com festa dançante dentro da localidade. Ele foi o pioneiro. Foi ele que mudou depois o nome quando o movimento da Igreja chegou, aí ele botou o nome de Brasília, acredito porque na época tavo construindo Brasília a capital do Brasil né?*

Para o Sr. Manoel da Silva, 80 anos, conhecido na comunidade por Derzuilo:

*Primeiro não era Brasília, o nome era Portugal, porque tinha umas famílias de portugueses puros que moravo la pra banda de cima próximo do igarapé que vem lá das Ciganas mas agora já sumiu a boca, mas ele saia pro amazonas grande é, era famílias de gente alta, olha meu pai era alto, ele contava que meu avô tinha quase 2 metro de altura é, eu sô alto tenho quase 1,90m, e graças a Deus com saúde, porque naquele tempo viu, não tinha essa coisa de hoje, tudo era bom. Olha vixe tinha muito fartura de tudo seu menino, a gente iscolia o peixe que queria comer, era só colocar a malhadeira e rapidinho pegava, não precisava ir longe, aqui pertinho a gente pegava. Agora, tem muita perseguição, o pessoal não deixa o lago descansar, é todo dia, num paro, pra gente pegar um tambaqui de 10 quilo vixe tem que madrugar e rezar pra vim, é tá acabando tudo. Olha, a mulher vai na cidade, ela traz castanha pra iscar no espinhel, só assim cai, mais tá difícil. O que ainda dá bem é o camarão, eu num pesco mais sabe eu me acometi de doença que me apareceu no braço e não tive mais condições de movimentar, só a mulher pesca camarão e outros peixe.*

No aspecto da infra-estrutura, a comunidade da Brasília apresenta, basicamente, uma escola municipal que atende alunos da Educação Básica e

Ensino Fundamental, uma casa para hospedar os professores da cidade de Parintins, uma igreja de madeira, uma cantina comunitária, uma sede que foi construída afastada da igreja para atender outros eventos festivos como a festa do mastro e posteriormente a festa do camarão, habitações de madeira cobertas de telhas de barro e de amianto. A água consumida na comunidade, parte vem da cidade em garrafas plásticas de 20l (vinte litros), outra é retirada do próprio rio e tratada com hipoclorito. A maioria das residências possui grupos geradores próprios, movidos à gasolina. A comunidade possui também grupo gerador, que é utilizado para a iluminação do quadro central onde ficam as principais instalações (escola, igreja), além de atender nas festividades do padroeiro e nas promoções comunitárias.

Em 2013, a comunidade começou a receber os primeiros serviços da empresa responsável pela execução do Projeto do Governo Federal: Luz para Todos. Em dezembro de 2014, entrou em funcionamento em fase experimental.

Estando localizada em terrenos aluvionais, as atividades socioeconômicas que são desenvolvidas nas unidades produtivas familiares e comunitárias, são organizadas em detrimento do pulso das águas. Assim, no período da vazante que oscila entre os meses de junho/julho indo até os meses de fevereiro/março, a pesca ganha destaque como principal atividade, seguida do cultivo de culturas anuais e pequenas criações.

A pesca, especialmente a do camarão, é a referência da comunidade, que possui vários lagos (Treme, Cigana, Rapariga,) com grande riqueza piscosa e em crustáceos. Além do camarão, as espécies de escama como o tambaqui, o tucunaré, o curimatã e o pacu se sobressaem. A pesca do bodó e do tamuatá, muito apreciados pelos consumidores urbanos também estão na lista das espécies capturadas/comercializadas pelos pescadores e pescadoras da comunidade da Brasília. Portanto, a pesca responde como a principal atividade socioeconômica e cultural para a maioria das famílias, seguida pelo cultivo de hortaliças (cebolinha, couve, coentro, tomate, pimenta de cheiro) e culturas de ciclo curto (mandioca, milho, feijão, maxixe, melancia, melão, jerimum, etc.). A criação de aves (galinhas, patos, perus) e pequenos animais (suínos) não objetivam necessariamente a comercialização; para algumas famílias, uma pequena parte é destinada para os festejos do santo padroeiro e aniversários de familiares, ficando a parte maior como

reserva alimentar principalmente para o período da subida da água, quando o peixe fica escasso.

No período da enchente, mesmo com os estoques pesqueiros limitados, as atividades da pesca continuam a desempenhar papel fundamental na economia doméstica, onde a captura se volta para as espécies que não estão no defeso. Como muitos pescadores e pescadoras possuem vínculo junto à Colônia Z17 (Colônia de pescadores artesanais de Parintins) e ao Sindicato de Pescadores e Pescadoras Artesanais de Parintins - SINDPESCA, estes recebem os benefícios proporcionados pelo seguro defeso<sup>1</sup>, o qual representa também, importante contribuição financeira para a manutenção do lar no período da cheia.

Portanto, descrever sobre a comunidade da Brasília, é vivenciar uma realidade socioambiental caracterizada por relações dinâmicas com a terra, a água e os elementos da floresta de igapó. É a partir dessa relação dinâmica de convivência com a várzea que homens e mulheres retiram parte significativa de sua subsistência socioeconômica, principalmente através da pesca do camarão.

#### 1.2.1.1.1 A Pesca do Camarão virou Festa.

A pesca do camarão não é uma atividade exclusiva dos pescadores e pescadoras da comunidade da Brasília, é também praticada na comunidade vizinha do Catispera. É uma atividade que envolve famílias inteiras que se dedicam quase que exclusivamente a, pesca e a comercialização do camarão. Apesar do trabalho cansativo, é compensador para os pescadores e pescadoras, que conseguem auferir um retorno financeiro rápido com a comercialização do camarão. Em função da renda advinda da pesca do camarão, um grupo de pescadoras em roda de conversa, pensaram em criar uma festa, para chamar a atenção para a importância da pesca e comercialização do camarão. E assim, começou a festa da pesca do camarão na comunidade da Brasília.

Em 2005, foi realizada a primeira festa do camarão que contou com a participação dos pescadores e pescadoras da comunidade do Catispera, que também desenvolvem essa atividade socioeconômica. Entre as atrações desenvolvidas durante o primeiro festejo do camarão destacamos: apresentação de

---

<sup>1</sup> De acordo com a Portaria/IBAMA nº 48, de 5 de novembro de 2007, no Estado do Amazonas é o período que vai de 15 de novembro a 15 de março e visa proteger as espécies durante o período de reprodução e garantir a manutenção dos estoques pesqueiros.

grupos musicais da cidade de Parintins; bingos; vendas de guloseimas e bebidas; disputa de rabetas (canoas com motor de popa 3hp), competição da pesca do camarão e o desfile e escolha da “garota camarão”.

Para a igreja católica, a festa do camarão é considerada profana, por envolver a mistura de festa dançante e bebida alcoólica, logo, seus representantes não permitem sua realização nas instalações da comunidade. Assim, os comunitários realizam a festa nos espaços da sede comunitária, construída afastada da comunidade. (Figura 06)

Figura 06: Sede da comunidade, lugar da festa do camarão.



Fonte: João Bosco Brasil – Dezembro/2014.

Em 2014, a programação da festa do camarão, que sempre é realizada no segundo semestre, no mês de setembro, sofreu várias alterações em função de problemas diversos. Primeiramente o principal patrocinador da festa: a prefeitura municipal de Parintins, alegando dificuldades financeiras, sugeriu a mudança de data para o final do mês de novembro, porém, o falecimento de um comunitário, motivou novamente a mudança para os dias 4 e 5 de dezembro quando a festa se realizou. Mesmo com tantas mudanças de data a festa contou com várias atrações: a pesca do camarão, disputa de rabetas, torneio de pênaltis, concurso do melhor prato e da garota camarão, além da festa dançante. (Figuras 07 e 08)

Figura 07: Disputas na festa do camarão: pesca.



Fonte: João Bosco Brasil – Dezembro/2014.

Figura 08: Disputas na festa do camarão: melhor prato.



Fonte: João Bosco Brasil – Dezembro/2014.

Assim, a pesca e a festa do camarão representam dois momentos importantes que são vivenciados pelos pescadores e pescadoras da comunidade da Brasília. Esses dois momentos distintos e complementares estão presentes na vida sociocultural e se materializam nas unidades produtivas familiar da várzea; o primeiro, a pesca do camarão, responsável maior pelas melhorias socioeconômicas das famílias e o segundo, a festa, momento de descontração, diversão, lazer e,

principalmente, de comemorar o êxito das pescarias e, especialmente, os ganhos financeiros advindos da comercialização do camarão.

#### 1.2.1.1.2 A Promessa a São Sebastião: A Festa do Mastro.

A festa do mastro, como é conhecida pelos comunitários da Brasília, é realizada todos os anos no mês de dezembro, trata-se de um evento de cunho religioso e considerado por seus organizadores como parte integrante dos festejos alusivos ao santo padroeiro São Sebastião.

Segundo um de seus organizadores, a responsabilidade da festa é da comunidade, porém, a família do senhor Izoque Ribeiro sempre está à frente do evento, em função da idealização que foi de seu pai, o Sr. Osvaldino Ribeiro, já falecido, em cumprimento ao pagamento de uma promessa que fez a São Sebastião.

De acordo com as palavras do Sr. Izoque, pescador da comunidade da Brasília e filho do idealizador da festa:

*O meu pai, o Sr. Osvaldino Ribeiro, foi ele que começou a festa, ele tinha feito uma promessa né pro São Sebastião, se ele ficasse curado do sarampo que ele pegô ele ía fazer todos os anos a festa do mastro em homenagem ao santo, até a sua morte. E foi assim até ele morrer. Aí né, nois filhos peguemo e demo continuidade o que nosso pai fez, todo os ano nois faz a festa, é muito participativo, todos brinco, é muito animado, vem gente de toda parte da comunidade aqui de perto, do São José, do Catispera, do Divino, da cidade, até da Vila Amazônia vem. Porque la pra vila nois tem parentes que moro lá, aí eles vem e convidam e traze os outros de lá também, é muito animado mesmo. Aí nois fais todo a programação da festa, tem bingo, porque todos coperam, ajudo mesmo, aí tem almoço que nois dá pros comunitário e a festa num pára vai até a noite com festa dançante. Mas o principal mesmo da festa, é a derrubada do mastro, olha nois vai retirar primeiro os mastro, prepara bem infeita com palha e os prêmios dos colaboradores, os que ajudo nois, aí geralmente a gente faz no final da tarde, aí o pessoal que quer participar da competição se inscreve, é muito divertido, aí começa a derrubada, primeiro vai, um depos o outro e assim vai, cada um só pode dar uma machadada no mastro, e no final aquele que conseguir derrubar, é ele que fica como responsável de ajudar a festa do próximo ano, doando um prêmio, que geralmente é um boi. É assim que a gente faz a brincadeira. De uns anos pra cá nós criemo uma associação que tá na frente da organização da festa e todos os anos se reúne para fazer outras promoções antes da festa principal, tudo pra ajudar.*

Portanto, as atividades socioculturais são características marcantes da comunidade da Brasília que são vivenciadas principalmente nos finais de semana no período da vazante. Os eventos desenvolvidos organizados pelos comunitários que

recebem denominações variadas tais como festas, promoções, são eventos inventivos que objetivam não apenas entretenimento, mas, especialmente reunir a comunidade, reaproximar os parentes e familiares distantes e agradecer as graças recebidas. A festa do mastro ultrapassou os limites da comunidade da Brasília, atraindo moradores de comunidades vizinhas e da cidade de Parintins. É a religiosidade presente na vida da comunidade que se manifesta através desse evento, movendo os comunitários a cultivar seus princípios cristãos.

#### 1.2.1.2 Comunidade do Catispera.

A comunidade do Catispera (Figura 09) está situada à margem esquerda do rio Amazonas, no município de Parintins/AM. Encontra-se nas coordenadas geográficas de 2° 35' 13.5" S e 56° 45' 35.0" W, limita-se com o paraná do espírito santo ao norte e a leste, estando o rio Amazonas ao sul, e a comunidade da Brasília a oeste. Foi criada em 13 de agosto de 1968 através do Movimento Eclesial de Base, que tinha como missão reorganizar as localidades em nome da fé cristã e dos ensinamentos católicos (CERQUA, 1980).

Figura 09: Comunidade do Catispera.



Fonte: João Bosco Brasil – Dezembro/2014.

Assim, a comunidade, como passou a ser chamada, recebeu também a devoção de um santo padroeiro: Santo Antônio, que em detrimento da sazonalidade das águas não possui uma data definida para os festejos. Geralmente, é no período que vai do mês de dezembro a março que o evento religioso se desenvolve

motivado pela participação das famílias que organizam toda a programação a partir dos grupos de trabalho constituídos por homens e mulheres que assumem a responsabilidade pelo planejamento e coordenação tanto da parte religiosa como social (festa dançante, atividades esportivas).

A comunidade devota de Santo Antônio possui uma igreja de madeira no centro da comunidade. O catolicismo é a religião predominante entre os comunitários, que recebem a visita do padre especialmente nas festividades, momento de oferecimento dos sacramentos (batismo, matrimônio, unção dos enfermos) aos cristãos comunitários.

A comunidade de Santo Antônio do Catispera, é constituída por famílias nucleares distribuídas dispersamente pelo terreno da comunidade e pelas margens do paraná-mirim do comprido. Possui uma escola que atende apenas as series iniciais da educação básica, funcionando em um barracão construído pela comunidade com alunos distribuídos em duas salas multiseriadas, acompanhados por dois professores da própria comunidade. O ensino fundamental não é disponibilizado na comunidade, ficando a clientela na dependência da escola São Sebastião da comunidade da Brasília, que atende também outras comunidades. É um desafio a mais na vida desses alunos e alunas desta comunidade que enfrentam diariamente os perigos do rio Amazonas em busca da escola.

Possui um agente de saúde escolhido pelos comunitários com noções de primeiros socorros orientado pela secretaria municipal de saúde.

As atividades socioeconômicas desenvolvidas na comunidade do Catispera são representadas pela pesca (bodó, tamoatá, camarão), cultivo de hortaliças, criações de pequenos e grandes animais. A pecuária representada pela criação de bovinos é desenvolvida no período da vazante.

No entanto, de acordo com o depoimento de alguns comunitários, a maioria das terras da comunidade pertencem ao senhor Erasmo Pessoa, criador de bovinos, que permitiu algumas famílias edificassem suas casas em sua propriedade. Como retribuição, as famílias beneficiadas, ficam com a responsabilidade do manejo de seus animais que são colocados nos terrenos de várzea logo após a descida da água. Em função da atividade ser caracterizada pela criação extensiva, o cultivo de hortaliças e de culturas anuais recebem cuidados especiais como a construção de cercas de proteção com arame ou estacas. Porém, para alguns comunitários, a pratica extensiva da pecuária vem impactando suas atividades, causado prejuízos

principalmente em seus quadros de roça (terrenos de aproximadamente 1ha., onde são cultivadas culturas de ciclo curto), pois, os animais constantemente invadem e consomem os cultivos de melancia, jerimum, milho, maxixe. Trata-se de um conflito silenciado por alguns comunitários que evitam questionar o problema em função dos mesmos encontrarem-se “reféns” dos pecuaristas, por vivenciarem em suas terras.

No entanto, a atividade que se destaca e movimenta a comunidade envolvendo a maioria das famílias é a pesca, especialmente a do camarão, que se desenvolve primeiramente nas margens do paraná-mirim do comprido. Os comunitários do Catispera afirmam com entusiasmo que o primeiro camarão que aparece na cidade de Parintins para a venda é do Catispera.

A pesca do camarão nessa comunidade acontece a partir do mês de julho e vai até o mês de dezembro. Essa atividade extrativa é bastante significativa para a vida socioeconômica das famílias ribeirinhas da comunidade do Catispera.

De acordo com a senhora Maria Raimunda, “com o dinheiro do camarão eu pude comprar a madeira pra construir minha casa nova, comprei o rabeta e outras coisas mais pra dentro de casa.”

Portanto, a pesca se caracteriza como principal fonte de renda para as famílias ribeirinhas da comunidade do Catispera, por se desenvolver o ano todo. No entanto, é no período de águas baixas que a pesca das espécies de bodó, tamoatá e especialmente a pesca e comercialização do camarão, proporcionam melhores rendimentos econômicos para as famílias da comunidade do Catispera. Destacamos que no segundo e terceiro capítulos retornaremos às discussões pertinentes à pesca.

#### 1.2.1.3 O transporte fluvial: o barco e a relação com os rios nas comunidades da Brasília e Catispera.

Como em outros municípios da Amazônia e particularmente do Estado do Amazonas, o transporte fluvial representa a principal modalidade de transporte de carga e passageiros. Ressaltamos que pela hidrografia da região amazônica, essa modalidade de transporte, é viabilizada, seja no período da enchente, quando o nível das águas sobe, ou mesmo na vazante, quando observa esse volume baixar.

Nessa perspectiva Nogueira (1995, p. 57), acrescenta:

[...] no estado do Amazonas [...]. Até os dias atuais, os fluxos de mercadorias e pessoas segue, salvo raras exceções, a intrincada rede dendrítica da hidrografia regional, em virtude da quase totalidade dos núcleos populacionais estarem estabelecidos às margens dos diversos rios que compõem a bacia amazônica.

Assim, o barco para a maioria dos municípios amazonenses é o principal ou único meio de transporte e comunicação. Em Parintins, mesmo com toda a infraestrutura aeroportuária (aeroporto e as companhias aéreas MAP e AZUL disponibilizando voos diários para Manaus e Belém), o transporte fluvial continua como principal meio de transporte de carga e passageiros, pois, o custo da passagem, acaba por atrair e privilegiar essa modalidade de transporte.

As famílias das comunidades ribeirinhas de Parintins, localizadas tanto na terra firme como na várzea, dependem quase que exclusivamente do barco para o seu deslocamento e transporte dos produtos agrícolas e não agrícolas até a cidade.

Nas comunidades da Brasília e Catispera localizadas à margem esquerda do rio Amazonas em frente à cidade de Parintins, estando separadas desta apenas pelo grande rio, o barco sempre desempenhou função importante na vida das famílias ribeirinhas, que dependiam deste para o transporte de toda a produção da várzea (peixe, melancia, jerimum, camarão, milho, macaxeira, etc.) além de passageiros.

No entanto, em meados da década de 90, do século passado, em decorrência do aparecimento dos rabetas<sup>2</sup> e posteriormente das bajaranas<sup>3</sup>, abriu-se a concorrência no transporte fluvial, o que provocou o declínio e posterior desistência por parte de alguns proprietários de embarcações.

Foi o que nos revelou o senhor Ezildomar Jacaúna, 47 anos, morador da comunidade do São José do paraná do espírito santo de cima:

*O meu pai o Sr. Domingos Fonseca Jacaúna, conhecido Dominginho, foi quem começou aqui no paraná por volta de 1975 a trabalhar com o barco na linha. Eu tava com 7 anos e acompanhava nas viagens até a cidade. As viagens aconteciam todos os dias, de segunda à segunda. A linha ia da comunidade do paraná de cima as vezes esticávamos até a comunidade do Boto (na época da juta e melancia) aí voltava até próximo ao terreno do Vieira no paraná de baixo, aí entrava no rio Amazonas passando pela Brasília, Catispera até a cidade de Parintins, por todo esse beiradão onde tivesse passageiro ou produto a gente parava e ia pegando. Naquela época,*

<sup>2</sup> Canoa de madeira (Itaúba) com dimensões que variam entre 5m a 8m de comprimento, impulsionada por um motor com potência de 5,5hp a no máximo 9hp acoplado em sua popa (traseira). É conhecida localmente por rabeta.

<sup>3</sup> Canoa de madeira (Itaúba) com tamanhos que variam entre 7m a 12m de comprimento e 2m de largura (boca) impulsionada por um motor de centro com potência de 9,5hp a no máximo 22hp, podendo conter cobertura (tolda) total ou parcial.

*eu lembro era muito divertido as viagens, tinha vezes que o barco vinha baixo de tanto produto (peixe, melancia, juta, frutas, verduras), era muito farto, agora tem muita exploração, tudo ficou difícil [...]. Com o tempo, algumas famílias dessas comunidades conseguiram adquirir com ajuda dos bancos e com a pesca principalmente seu próprio transporte (bajara e rabeta). Com isso, começou a cair a quantidade de produtos e passageiros, e por volta de 1997, passamos a realizar as viagens em dias alternados (2ª, 4ª e 6ª) [...]. E aproximadamente em 2005, resolvemos parar definitivamente com o transporte, pois, como a maioria das famílias já tinham seu rabeta ou bajara, eles deixaram de usar o barco [...].*

Com base no depoimento do senhor Ezildomar, a concorrência e os problemas decorrentes da queda da produção agrícola nas unidades produtivas das comunidades de várzea contribuíram em parte para o declínio do transporte fluvial. Porém, observamos que a pesca foi a única atividade que não sofreu tantos problemas como as demais, aliás, continua como responsável maior pelas melhorias socioeconômicas das famílias ribeirinhas. Essas melhorias proporcionadas pela pesca passam pela compra de meios de transporte próprio conhecidas localmente por rabeta e bajara (Figura 10), e que refletiram diretamente para a queda e posterior saída dos conhecidos barcos de linha, que atendiam diariamente as famílias no transporte de cargas e passageiros.

Figura 10: Meios de transportes: rabeta e bajara.



Foto: João Bosco Brasil – Dezembro/2014.

As famílias observadas das comunidades pesquisadas nos relataram que a aquisição dos rabetas e das bajaranas, além de outros equipamentos e utensílios do lar, só foram possíveis “graças ao dinheiro da pesca”, que é a principal fonte de renda e reserva econômica importante das famílias. Como a maioria dos membros

das famílias pescadoras possuem vínculo com a Colônia Z17 e ao Sindpesca, estes são beneficiados com empréstimos e financiamentos do Pronaf (Programa Nacional da Agricultura Familiar), através do Banco da Amazônia. A reserva econômica proporcionada pela pesca contribui para ajudar a sanar as dívidas contraídas no comércio local, e especialmente, para o pagamento das parcelas do financiamento junto ao Banco. Segundo dona Maria do Rosário: “o financiamento bancário é uma vantagem pra nós que somos sindicalizadas [...], eu já fiz vários pra comprar motor de luz, rabeta [...] e o dinheiro do camarão entra no pagamento de grande parte do financiamento que tenho no Basa e o restante entra o dinheiro da melancia, quiabo, jerimum [...]”.

Assim evidenciamos que a pesca desempenha função preponderante para a vida das famílias das comunidades da Brasília e Catispera, que além de assegurar a manutenção socioeconômica do lar, contribui para a aquisição de bens e investimentos futuros.

Para a família do senhor Edvaldo e Maria Nilza, sindicalizados da Colônia Z17, também encontraram na economia proporcionada pela pesca, às possibilidades econômicas e financeiras para aquisição de transporte fluvial próprio: “a pesca é o que garante a gente viver aqui na várzea, porque se não fosse ela hoje nois não tinha as nossas coisas aqui dentro de casa nem a nossa bajara, nois tava como antes dependendo do motor da linha, que as veis botava dificuldade pra levar nosso produto pra cidade [...]. Aí, como nois somo da colônia resolvemo encarar o financiamento do Basa [...], com o financiamento melhoramo a nossa casa [...], agora tamo pagando um outro de uma bajara [...]. O dinheiro da pesca ajuda e muito a gente aqui, ela dá uma fracassadinha na cheia mas logo ela se recupera na baixada da água.”

Pela fala de dona Rosaria e seu Edvaldo, percebemos a existência de uma forte relação construída com a atividade da pesca, que desempenha a função de principal pilar econômico na vida dessas famílias que vivenciam a várzea.

Observamos que a maioria das famílias que vivem basicamente da economia proporcionada pela pesca possuem hoje transporte próprio (bajara ou rabeta), o que se constitui em uma vantagem para estas por assim conseguir organizar e decidir o dia e melhor horário de suas viagens, especialmente para a comercialização de seus produtos na cidade de Parintins. Para os proprietários dos barcos que no passado atendiam as duas comunidades, transportando basicamente passageiros e a

produção da várzea, a melhoria socioeconômica das famílias, impactou o transporte fluvial, obrigando-os a reduzir o número de viagens semanais.

Hoje, o transporte fluvial realizado pelo barco que atendia as comunidades da Brasília e Catispera passa por momentos difíceis, provocados pela queda no fluxo de passageiros e cargas. O transporte fluvial que ainda resiste é realizado esporadicamente por duas embarcações que efetuam apenas duas viagens na semana: Fabia e Jordana. O primeiro atende principalmente as famílias do paraná do espírito santo dois dias na semana (segundas e sextas), seguindo até a cidade de Parintins, com eventual escala apenas na comunidades da Brasília. (Figuras 11)

Figura 11: Fabia - Barco de linha que atende o Paraná do Espírito Santo e comunidade da Brasília.



Foto: João Bosco Brasil – Janeiro/2015.

O segundo organizou suas viagens às terças, quintas e aos sábados, realizando o mesmo itinerário do primeiro. A escolha dos dias alternados justifica-se, particularmente: evitar a concorrência, em momentos de baixa procura que vivencia essa modalidade de transporte. Nesse contexto, observamos que as famílias da comunidade do Catispera se desprenderam completamente do transporte realizado pelo barco, pois no momento nenhuma das embarcações, atendem a comunidade. (Figuras 12)

Portanto o transporte fluvial para as comunidades rurais de Parintins, representa o principal meio para a circulação de pessoas entre a comunidade/cidade e comunidade/comunidade bem como da produção agrícola e não agrícola, ou seja,

é um fator preponderante por contribuir diretamente para o desenvolvimento e fortalecimento das atividades econômicas do setor primário, especialmente, a pesca.

Figura 12: Jordana Ribeiro- Barco de linha que atende a comunidade da Brasília.



Foto: João Bosco Brasil – Janeiro/2015.

No segundo capítulo, particularmente buscamos discorrer sobre as potencialidades das atividades haliêuticas no Amazonas, particularizando o município de Parintins, onde procuramos não apenas reconhecer sua importância alimentar e econômica, mas, compreender o valor cultural que representa para as famílias ribeirinhas que vivenciam principalmente a várzea, e que construíram um modo de vida baseado na estreita relação com a água, a terra e a floresta.

## **CAPÍTULO II - TERRITORIALIDADES DA PESCA COMO MODO DE VIDA NO AMAZONAS.**

A pesca na região amazônica e, especificamente, no Estado do Amazonas é reconhecidamente uma das mais antigas atividades socioeconômicas desenvolvidas ao longo dos tempos, pelas comunidades indígenas e ribeirinhas (VERISSIMO, 1970). Drenada pela maior bacia hidrográfica do mundo, a Amazônia, que armazena uma das maiores reservas de água doce do planeta, se destaca também quando o assunto é a pesca, pois abriga aproximadamente 3.000 espécies de peixes (FREITAS, 2004, p.15). Sua imensa bacia hídrica é constituída principalmente por rios de águas brancas, pretas e claras, que apresentam características naturais peculiares e distintas, com exponencial riqueza piscosa.

A grande oferta de peixes encontrados nos rios e lagos amazônicos refletem diretamente na dieta alimentar das famílias ribeirinhas, em que o peixe representa sua principal fonte nutricional de proteína. Neste cenário fluvial, os rios de águas brancas ganham destaque frente aos rios de águas pretas e claras, quando o assunto é a pesca, pois apresentam maior produtividade biológica, sendo a base da cadeia trófica que sustenta direta ou indiretamente a maioria das espécies de peixes explorados (FRAXE, 2009).

Historicamente, a pesca na Amazônia é caracterizada como uma importante atividade sociocultural e econômica que antes da chegada do conquistador/invasor, já representava a principal fonte alimentar para as sociedades indígenas, além da caça e o consumo de frutos e raízes (VERÍSSIMO 1970).

Como atividade econômica, a pesca vem contribuindo para o fortalecimento da economia da região, pois, de acordo com Almeida apud Furtado (1981), “a pesca [...] foi uma das primeiras atividades econômicas da Amazônia colonial. No século XVII, os portugueses começaram a utilizar o pescado como moeda de pagamento e de troca”. Valêncio et al (2010, p.206), acrescenta que “a pesca na Amazônia, adquiriu maior expressão econômica na vida dos povos ribeirinhos, com a ampliação e valorização do comércio do pescado como produto de troca”.

Para os autores, a atividade pesqueira na Amazônia de tempos pretéritos ao presente, vem desempenhando função elementar tanto para a manutenção e reprodução dos grupos humanos, por encontrarem no peixe sua principal fonte de

nutrientes, como também para o desenvolvimento e especialmente para a recuperação e equilíbrio econômico da região.

As características naturais amazônicas facilitaram e viabilizaram a prática artesanal e profissional da pesca, enquanto atividade socioeconômica, cultural e fomentadora da economia da região e especialmente dos municípios ribeirinhos, como em Parintins. Para Junk (1981), os grandes números de rios de água branca na Amazônia com exuberante ictiofauna provocaram o desenvolvimento da atividade pesqueira e lhe deram uma importância tradicional elevada.

Em seus estudos sobre os rios da Amazônia, Junk descreve com entusiasmo a riqueza imensurável da ictiofauna, chegando a justificar a importância alimentar que os rios representaram para o êxito das expedições exploratórias no período colonial.

Atualmente, a pesca continua a desempenhar importante contribuição como uma das atividades fomentadora da economia da região, oxigenando a vida socioeconômica de muitos municípios que sobrevivem basicamente das atividades da pesca, além de representar também a principal fonte alimentar para os povos de comunidades tradicionais ribeirinhos, que vivem principalmente em pequenas vilas na Amazônia.

As riquezas piscosas são encontradas com maior intensidade nos lagos de várzea como afirma Cruz (2007, p.162), “esses lagos continuam sendo fundamentais, pois é desse ambiente que os camponeses ribeirinhos têm retirado parte significativa de sua existência por meio da pesca”.

Os lagos que se formam nas várzeas no período da vazante se caracterizam como verdadeiros refúgios naturais para milhares de espécies de peixes. Suas riquezas piscosas representam especialmente para as famílias ribeirinhas a principal fonte de proteína alimentar além de contribuir para a subsistência econômica.

As atividades pertinentes à pesca encontram nesses ambientes aquáticos da várzea amazônica todas as vantagens necessárias para o desenvolvimento tanto da pesca de subsistências como a pesca comercial/profissional. A abundante oferta de pescado caracteriza as famílias ribeirinhas da várzea amazônica como pescadoras por excelência. Detentoras dos saberes sobre a arte da pesca acumulam também os conhecimentos dos hábitos alimentares, comportamento e mobilidade das mais diversificadas espécies (JUNK, 1981), praticam, portanto, com bastante propriedade as atividades pesqueiras configurando-se em exímios pescadores.

Para Witkoski et al (2009, p. 51) “os pescadores conhecem pontos no rio onde determinadas espécies são encontradas, e em função do aspecto seletivo da pesca, diferentes técnicas são usadas para a captura das espécies”.

A abundante fartura de peixes proporcionada pelos lagos de várzea já observada pelos primeiros viajantes salta aos olhos dos pescadores profissionais que em tempos presentes buscam nesses ambientes aquáticos explorar ao máximo os recursos pesqueiros. Ao utilizar os mais sofisticados instrumentos para a captura do pescado, evidencia-se o desconhecimento ou desrespeito à legislação e à importância socioambiental que os lagos representam no período da vazante, tanto para as famílias ribeirinhas como para a manutenção da fauna aquática e terrestre. Com esse comportamento, os pescadores profissionais acabam por transformar a pesca comercial em prática predatória dos recursos pesqueiros.

Soares (2013) afirma que a prática da pesca com auxílio de instrumentos que permitam a captura em larga escala de espécies de tamanhos variados tem sido classificada como predatória responsável pela extinção eminente de determinadas espécies aquáticas.

O aumento da demanda do consumo de pescado nos centros urbanos da Amazônia, aliado à crescente exportação dos recursos pesqueiros para as demais regiões do Brasil, são fatores que exercem pressão pela busca incessante e, às vezes, predatória de parte significativa de espécies nobres tanto de escamas como de couro. Como consequência, há uma alteração nas condições de vida dos pescadores de subsistência, pois, de acordo com Witkoski (2009, p. 321):

[...] são grupos sociais que têm na pesca apenas uma atividade complementar a outras, possuem uma economia diversificada [...] desenvolvida ciclicamente durante o ano, sofrem juntamente com sua família com as mudanças nas condições de subsistência provocadas pela escassez do pescado.

Para o referido autor, os pescadores de subsistência, não dependem exclusivamente da pesca para a sustentabilidade socioeconômica de sua família, estes também, desenvolvem outras atividades em terra, como cultivo de roças, pequenas criações, as quais se complementam e juntas representam a base alimentar e econômica para a manutenção familiar. Logo, são atores sociais que se relacionam com a natureza obedecendo e respeitando seus limites, pois, retiram dos rios, apenas as espécies necessárias para a subsistência de sua família.

Portanto, essa combinação e complementação das diversificadas atividades nas unidades produtivas da várzea e da terra firme, garantem a reprodução sociocultural do grupo doméstico.

Por outro lado, Cruz (2007, p. 172-173) descreve que os pescadores profissionais “são por natureza migrantes, portanto seu território de pesca não apresenta característica de contiguidade geográfica, é instável, móvel, não cessa de se estender [...]”. Portanto, são pescadores que praticam a pesca sem nenhuma preocupação socioambiental buscando sempre selecionar os ambientes aquáticos que possibilitem pescarias fartas e conseqüentemente com bons rendimentos econômicos.

Preocupados com os impactos socioambientais que a prática da pesca profissional vem acarretando tanto para a subsistência das famílias ribeirinhas da várzea como para o equilíbrio entre as espécies animais e vegetais, em muitas comunidades ribeirinhas da Amazônia, iniciativas promissoras estão em evidência, começando pela organização de grupos familiares e comunitários com o objetivo de impedir a ação e proteger seus territórios de pesca dos pescadores profissionais.

Lima (2005) menciona que em muitas comunidades da várzea, que dependem dos recursos pesqueiros para a manutenção de sua subsistência socioeconômica, os moradores resolveram fechar o acesso dos pescadores profissionais aos recursos existentes em seus territórios de pesca, ou seja, aos lagos e os trechos de rio próximo às comunidades.

Essas ações se voltam basicamente para despertar e chamar atenção para reflexões socioambientais sobre os prejuízos diretos que a pesca profissional vem provocando às vidas na várzea. São movimentos que envolvem a união dos principais atores sociais da várzea: pescadores e pescadoras, agricultores e agricultoras, criadores e criadoras, que buscam, através das relações de diálogo e das discussões familiares e comunitárias, estabelecer as normas e acordos sobre as formas de acesso aos territórios de pesca bem como o uso dos recursos pesqueiros.

Para Heidrich (2008) o território na vida do homem desempenha funções diversificadas e variadas dependendo de seus interesses e necessidades, quer como fonte e reserva de recursos naturais ou simplesmente abrigo e proteção. Portanto, o território é produzido socialmente, a partir das relações históricas entre homens e mulheres que se estabeleceram em defesa de seus espaços de vivência.

Essas relações e as práticas sócioespaciais que se desenvolvem e são concretizadas pelos moradores dos ambientes da várzea, sejam elas conflitantes ou não, criam o poder, que para Raffestin (1993), é parte inerente das relações humanas. Assim, o espaço construído e reconstruído a partir das relações sociais de poder, cria nos ambientes fluviais da várzea, o território.

Para Saquet (2009, p. 217) “o território é, de início, um espaço cultural de identificação ou de pertencimento e a sua apropriação só acontece em um segundo momento”. Os territórios são espaços pensados e criados pelo homem e pela mulher para atender aos múltiplos interesses e necessidades, sejam elas coletivas ou individuais.

Haesbaert (2011) descreve o território como fruto de uma apropriação simbólica, especialmente através das identidades territoriais, ou seja, da identificação que determinados grupos sociais desenvolvem com seus espaços vividos.

Assim como no passado, esses espaços territoriais se reproduzem na vida presente de muitas comunidades amazônicas, que em sua luta diária pela sobrevivência, defendem delimitando o seu espaço de coleta vegetal, de caça e principalmente de pesca. Ao estabelecer uma relação de poder com o espaço de vivência, o homem cria regras que vão nortear a relação de acesso à terra, aos rios, lagos, ao trabalho e ao consumo, ou seja, cria-se a territorialidade.

Segundo Sack (1986), a territorialidade é uma forma de união, a partir do uso comum dos recursos, facilitando a reciprocidade nas tarefas para indivíduos e famílias.

Para Raffestin (1993) a territorialidade pode assumir diferentes significados e interpretações, dependendo da abordagem que se faz. São as relações sócioespaciais de poder que criam as territorialidades, sejam elas econômica, política, culturais e ambientais que se desenvolvem e se fortalecem no espaço. Como as relações historicamente tecidas pelos povos amazônicos, mediadas pela estreita interação que estabelecem com o lugar de vivência, estando assim, em constante processo de construção e reconstrução.

Na Amazônia, as territorialidades construídas e reconstruídas historicamente pelos povos da várzea e da terra firme se configuram enquanto espaços por excelência de valores socioculturais e ambientais, cultivadas através de relações íntimas com o rio, com a floresta e com a terra. Nesses ambientes homens e

mulheres, constroem suas histórias, fortalecem suas territorialidades a partir de relações socioambientais de convivência, as quais estabelecem as formas de acesso e uso dos recursos naturais, norteados pelo princípio racional de exploração. São relações que persistem e resistem às influências geradas pelo modelo econômico que em nome do desenvolvimento, expropria e exclui da vida socioeconômica centenas de famílias, interferindo diretamente na organização sociocultural das comunidades amazônicas, ou seja, em suas territorialidades.

Como mecanismo de defesa contra as influências do modelo econômico em suas territorialidades de subsistência, particularmente, de pesca, muitas famílias buscam nos arranjos comunitários encontrar as saídas para amenizar os problemas pertinentes à exploração e escassez dos recursos pesqueiros. Por outro lado, buscam também suprir a carência das políticas públicas que além de serem planejadas de forma descontextualizadas da realidade socioambiental, nunca ou dificilmente chegam à zona rural, evidenciando um completo abandono por parte das esferas do Estado (TORRES, 2012).

Quando nos reportamos ao rio como fonte e reserva alimentar, em algumas comunidades da Amazônia que dependem da pesca para a sua reprodução sócioeconômica, em particular do Estado do Amazonas, as relações socioambientais de convivência não são mais as mesmas. Em um passado recente, os rios e lagos se constituíam em espaços de pesca comuns para todos, com liberdade ao acesso e uso dos recursos da ictiofauna, foi um passado marcado pela abundante fartura de peixe, que até os dias de hoje encontra-se vivo na memória dos mais antigos (CRUZ, 2007).

Os tempos mudaram, mudando as características de abundância e fartura dos rios. Hoje, a procura e a escassez marcam como características presentes em muitas comunidades rurais do Amazonas, onde as próprias famílias ribeirinhas que retiram parte de sua subsistência dos rios e lagos, não conseguem obter o mínimo necessário de alimento para a manutenção de sua família. O agravamento das questões ambientais certamente levará a uma valorização cada vez maior do controle dos recursos, como a água [...], o que poderá gerar novos conflitos pelo domínio territorial (COSTA, 2009). Com isso, novas relações socioambientais de convivências e de poder emergem a partir de conflitos de ordem material e imaterial. A partir dessa realidade, os rios e em particular os lagos que desempenham a função biológica da procriação, passam a ser monitorados, vigiados pelas famílias e

pelas comunidades próximas. Assim, os lagos adquirem configurações de território e de territorialidades por ser uma área geográfica controlada dotada de estratégias geográficas espaciais próprias (CRUZ, 2013).

Ressaltamos a importância alimentar, econômica e cultural que os rios da Amazônia representam na vida do amazônida, não apenas como um componente indispensável no equilíbrio ambiental, mas como um ser vivo, presente em sua vida. Por esta razão, acreditamos ser essa a principal motivação de muitas famílias de comunidades de várzea e de terra firme, estarem se organizando em defesa da proteção e fiscalização de seus espaços de pesca.

Cruz (2007, p. 163) afirma que “os camponeses-ribeirinhos na várzea de Manacapuru protegiam com rigor suas territorialidades de pesca, raramente permitindo pessoas estranhas pescarem nos lagos no fundo de suas propriedades”. Essas ações podem ser reflexos de iniciativas coletivas, representadas pela prática dos acordos de pesca, desenvolvidas por várias comunidades na amazônica, como respostas positivas das famílias ribeirinhas que reconhecem a importância vital dos rios para a sobrevivência e perpetuação das espécies pesqueiras, bem como, para a manutenção de suas famílias, e que, portanto, se preocupam com os problemas socioambientais de suas comunidades.

Para essas comunidades da várzea que vivenciam essa realidade socioambiental, os acordos de pesca, se configuram como um importante instrumento gerenciador dos estoques pesqueiros, uma saída racional para amenizar os problemas provocados pela pesca comercial predatória (LIMA, 2005).

Os acordos de pesca vêm se traduzindo em um importante instrumento para a manutenção da vida nos rios e lagos, pois são frutos de amplas discussões e decisões coletivas. Dessa forma, os acordos de pesca, se configuram como novos territórios e novas territorialidades, com identificação e delimitação da área a ser envolvida e protegida, bem como as formas de acesso e uso dos rios e lagos e da quantidade a pescar para cada comunitário.

No entanto, os acordos de pesca também são geradores de conflitos, entre aqueles que resistem às mudanças nas relações socioambientais da pesca, especialmente sobre as regras que norteiam e estabelecem os diferentes graus de acesso e uso dos espaços de pesca pelos moradores, ou seja, de suas territorialidades (SACK, 1986).

Portanto, as famílias ribeirinhas têm encontrado nos acordos de pesca, as saídas socioambientais para amenizar os conflitos provocados pela escassez do pescado em suas territorialidades de pesca. Pois, nos acordos de pesca são estabelecidas todas as ações que irão normatizar as formas de acesso e uso dos espaços de pesca, constituindo-se na forma mais justa de captura do pescado pelas famílias de pescadores e pescadoras da Amazônia.

## **2.1 Territorialidades da Pesca no município de Parintins.**

A pesca para a maioria dos municípios amazonenses continua a desempenhar papel relevante para o desenvolvimento, onde há séculos vem nutrindo as necessidades básicas de subsistência alimentar e econômica, particularmente nos momentos difíceis de crises. Almeida (2007) menciona que nos períodos de decadência de outros produtos regionais, como a borracha e a juta, a pesca foi intensificada chegando a representar a principal atividade econômica da região.

Em seu trabalho, Almeida procura enfatizar a importância histórica da pesca para o desenvolvimento e manutenção da vida ribeirinha na Amazônia. Diante dos interesses econômicos do colonizador europeu, que privilegiou a exploração de alguns produtos da floresta, as conhecidas drogas do sertão, a pesca sempre foi a atividade que se manteve como básica, não sofrendo com as crises e, portanto, servindo de sustentação para o desenvolvimento das demais atividades extrativas da época.

Scherer (2013) salienta que a pesca não representa apenas valor comercial ou fonte de renda e alimentação. A pesca se configura também como uma expressão social e cultural de suma importância para as famílias ribeirinhas, que exploram essa atividade como meio de subsistência.

A pesca, para as famílias ribeirinhas, é uma atividade intrínseca em suas vidas, pois, está presente em todos os momentos, em todas as estações que permeiam seu lugar de vivência, contribuindo diretamente para a manutenção do modo de vida ribeirinho. Assim, o peixe é o alimento da preferência da população amazonense, que apresenta elevados índices diários de consumo, especialmente os de escama, o que dá a essa espécie um destaque e importância econômica sobre a espécie de couro (liso).

Nos trabalhos de Almeida (2007, p. 62), nos certificamos que “as espécies de tambaqui, tucunaré e o curimatã se sobressaem no paladar popular e conseqüentemente, são as principais espécies comercializadas no mercado local”. A rejeição da população local pelo consumo das espécies de couro, como a dourada, a piramutaba, o filhote, está associada aos contos dos moradores mais antigos que diziam: o consumo das espécies de couro podem transmitir doenças como a hanseníase (CRUZ, 2007).

Reconhecidamente a pesca é uma das principais atividades socioeconômica e cultural do Amazonas e particularmente do município de Parintins, onde milhares de famílias ribeirinhas estão envolvidas diretamente, dedicando grande parte de seu trabalho diário.

De acordo com Couto (2005, p. 29), “o peixe é considerado a principal fonte de proteína animal do município e principal fonte de renda da população ribeirinha, sendo a atividade pesqueira praticada em todo o município”. Segundo o autor, no município de Parintins, a atividade extrativa da pesca, encontra-se em pleno desenvolvimento buscando suprir o mercado local com espécies de escama, e com as espécies de couro para a exportação.

No município de Parintins-AM, a pesca ocupa posição relevante na economia chegando a representar a principal atividade desenvolvida no período da vazante nas comunidades localizadas na terra firme e nas várzeas. É nas várzeas que essa importante atividade apresenta os melhores rendimentos econômicos, particularmente nas comunidades da Brasília e Catispera, onde no período de águas baixas, formam-se grandes e pequenos lagos com diversificada riqueza piscosa.

A pesca das espécies de couro e de escama são práticas pertinentes na vida familiar e comunitária. A pesca do peixe de couro como a pirarara, o filhote, a dourada é praticada por alguns pescadores e pescadoras comunitários. O ambiente de pesca do peixe de couro é quase que exclusivamente no rio principal, o Amazonas, no entanto alguns pescadores e pescadoras preferem as águas do paraná do espírito santo para o desenvolvimento da prática. Por esta razão, as comunidades localizadas na margem esquerda do rio Amazonas como Boto, Espírito Santo de Cima, Brasília, Catispera e Itaboraí tiram proveito da localização privilegiada para explorar essa atividade como complementação socioeconômica.

Essa modalidade de pesca, no passado recente, chegou a ocupar posição relevante na economia familiar ribeirinha. Pela importância socioeconômica que a

atividade representa no período da vazante, em 1992, um grupo de pescadores e pescadoras da comunidade de São José do paraná do espirito santo de cima, liderados pelo Sr. Ezildomar Jacaúna, idealizaram um evento festivo para comemorar os resultados positivos proporcionado pela atividade. A partir da iniciativa desses pescadores que a festa do peixe liso como ficou conhecida passou a ser organizada e realizada todos os anos no período da vazante (setembro) onde a pesca dessas espécies alcança seu pico máximo. No entanto, nos últimos dois anos o evento deixou de acontecer em função da ausência das instituições que atuam no setor pesqueiro (Idam, Colônia Z17) e principalmente a falta de incentivos das autoridades do município de Parintins.

O Sr. Ezildomar Jacaúna, 47 anos nos relatou o seguinte:

*No início, fomos começando do zero, e aí nós passamos a receber um financiamento em espécie e em apetrechos de pesca junto à Coopesca (Cooperativa Mista de Serviços Pesqueiros do Médio Amazonas). Porque a gente dávamos continuidade da safra da juta, passávamos para a safra do peixe liso (surubim, dourado, filhote, piramutaba, pirarara, jaú), com destaque para a espécie de surubim. Como recebíamos financiamento da Coopesca, a comercialização era efetuada diretamente com ela, que ficava com a responsabilidade de negociar com outros centros do sul do Brasil. Naquela época, todo o trabalho da pesca era realizado em canoas médias (22 a 25 palmos) movidas a remo, então exigia força e habilidade para os participantes. Não tinha um horário específico, indo das primeiras horas da manhã até noite a dentro. Nós pescávamos geralmente em grupos de quatro pescadores, que fazíamos o revezamento em duplas: uma trabalhava o dia todo e a outra a noite. A pesca do peixe liso se desenvolvia principalmente no paraná, obedecendo os critérios da vez, cada grupo tinha um ponto específico para pescar, sempre obedecendo a ordem de chegada, e todos respeitavam, sem relações conflituosas. Era assim a nossa pesca do peixe liso.*

A pesca do peixe de couro também contava com a participação mesmo que discreta e em menor número das mulheres dos pescadores que desempenhavam trabalhos como evisceração do pescado além de atuarem em algumas situações como piloto das canoas.

Hoje, a pesca do peixe de couro continua a ser praticada como atividade complementar para algumas famílias das comunidades localizadas no paraná do espirito santo. Porém, para as famílias dos pecadores da Brasília e Catispera, essa atividade vem perdendo fôlego junto a seus praticantes, que encontraram na pesca do camarão, vantagens socioeconômicas como: menor tempo de trabalho dedicado; pouca exposição ao sol; venda direta ao consumidor; retorno financeiro rápido e seguro.

De acordo com o Sr. José de Souza (Figura 13), pescador da comunidade da Brasília:

*Hoje (12/11/2014), eu só coloco as minhas malhadeiras pra pegar algum peixe liso, aqui no porto de casa mesmo, porque é assim, Eu e a Nega, Nega é assim que a Gorethe é conhecida aqui na comunidade. Como eu tava contando, nós temos varias coisas pra fazer. E então eu coloco à noitinha a malhadeira, o espinhel que é isso aqui que eu tô preparando e pela manhã bem cedo, vejo! Se tiver alguma coisa: uma pirara, um filhote, já levo tratado pra vender na cidade quando for levar a Gorethe (Nega) pra vender o camarão em Parintins. Mas, tá lento, na época mesmo, as veis a gente chegava a passar dias no sol pra conseguir alguns quilos. Já o camarão não, é rápido. Olha professor, aqui na Brasília, o pessoal não sabe como corre muito dinheiro, mas, eu lhe digo: é o camarão. Aqui a gente faz dinheiro rápido com o camarão.*

Figura 13: Seu José confeccionando espinhéu.



Foto: João Boco Brasil, novembro/2014.

Na fala do Sr. José, fica evidente que a pesca do peixe de couro na comunidade, não desapareceu, no entanto, vem perdendo espaço e importância socioeconômica para a pesca do camarão, que em função das vantagens que proporciona para a família do pescador e da pescadora, vem provocando migrações de praticantes que atuavam em outras modalidades de pesca.

A pesca das espécies de escama é outra modalidade bastante desenvolvida pelas comunidades ribeirinhas do município de Parintins, onde a captura é praticada o ano todo, excetuando as espécies proibidas que se encontram no defeso. É uma modalidade que proporciona bons rendimentos para as famílias ribeirinhas, pois, a procura pelas espécies de escama pelos consumidores urbanos é bastante elevada.

Em algumas comunidades ribeirinhas, a captura de algumas espécies como o pacu, o jaraqui, o tucunaré, bodó, tamuatá chegam a mobilizar todos os membros da família, como é o caso da pesca do jaraqui de escama fina: *Semaprochilodus taeniurus* e do jaraqui de escama grossa: *Semaprochilodus insignis*, (SANTOS, 2006), desenvolvida no trecho do rio Amazonas, à jusante da cidade de Parintins, próximo à agrovila de Vila Amazônia, onde são encontrados grandes cardumes nos meses de maio e junho. É uma pesca desenvolvida exclusivamente por pescadores de subsistência das comunidades próximas a Vila Amazônia, que utilizam a malhadeira de nylon (miqueiras) como instrumento principal, além de tarrafas.

A comercialização do jaraqui é realizada em cambadas<sup>4</sup> que variam de R\$ 8,00 a R\$ 10,00, contendo de 10 a 15 unidades (Figura 14). A venda acontece na escadaria do bairro da francesa, localizado na parte leste da cidade de Parintins e o consumidor urbano tem a possibilidade de adquirir o pescado diretamente do pescador ainda fresco, sem o contato com o gelo, às vezes, vivo. O fato é possibilitado pela proximidade do local de pesca, nas lajes da comunidade de Vila Amazônia com a cidade de Parintins, que se encontra localizada na porção leste do município, a 10 minutos de viagem em uma voadeira (nome atribuído às lanchas) de 15hp de potência.

Figura 14: A comercialização do jaraqui em cambadas.



Foto: João Bosco Brasil, maio/2015.

<sup>4</sup> Quantidade variada de peixes geralmente da mesma espécie enfiados ou amarrados com fibra vegetal.

No entanto, nos últimos anos, grupos de pescadores artesanais e esportistas vindos da cidade de Parintins, atraídos pela fartura da espécie, adentraram o trecho do rio Amazonas e passaram a praticar a pesca na localidade com a finalidade de manter a subsistência alimentar e econômica, enquanto outros buscavam apenas lazer. Em função disso, os pescadores locais tentaram sem êxito, controlar o acesso dos pescadores urbanos a esse trecho do rio Amazonas, como mecanismo de proteger suas territorialidades de pesca. Como consequência, várias reclamações e discussões se processaram entre pescadores da cidade e pescadores tradicionais ribeirinhos, em que os primeiros alegavam que o rio Amazonas não tem dono, por isso, todos tem direito à pesca, e os segundos buscam garantir sua subsistência alimentar e econômica.

Hoje, as relações entre pescadores tradicionais ribeirinhos e urbanos parecem que foram amenizadas, e a pesca do jaraqui continua a ser praticada todos os anos, nos meses de maio e junho.

Na comunidade da Brasília e Catispera, a pesca da espécie de pacu-branco: *Myleus torquatus* (SANTOS, 2006), também mobiliza várias famílias, que no período da enchente, se dedicam a captura dessa espécie como complemento socioeconômico. O pacu é uma espécie herbívora que se alimenta de frutos e sementes. Com a subida do nível da água, os aningais (Figura 15) que predominam margeando os lagos localizados na comunidade, ricos em frutos, são inundados, proporcionando farta oferta alimentar.

Junk (1981, p. 68), descreve com muita propriedade essa relação intrínseca do rio com a floresta, quando menciona:

Na cheia os peixes podem procurar sua alimentação na floresta inundada e em áreas cobertas com plantas aquáticas. Por isso, não causa surpresa que muitas espécies se alimentem de frutas e sementes que caem na água. Mesmo sementes de palmeiras, com casca muito duras, são trituradas pelos dentes fortes de algumas espécies, como o tambaqui (*Colossoma macropomum*). Porém algumas são engolidas inteiras e passam pelo trato digestivo dos peixes, que assim ajudam na distribuição das sementes. Um grupo de peixes, como por exemplo vários aracus (*Leporinus spp*), alimenta-se de raízes e folhas de vegetação aquática, enquanto que outros chupam com suas bocas de grandes lábios o limo composto algas, fungos e pequenos animais das folhas e arvores inundadas, como é o caso do jaraqui (*Semaprochilodus spp*) e do curimatã (*Prochilodus nigricans*).

De acordo com Junk, no grande ecossistema amazônico, os elementos da paisagem natural, água, floresta, solo e clima, estão em constante e ininterrupta

interação, processo de importância vital para a reprodução das espécies animais, vegetais e conseqüentemente para o equilíbrio climático local e mundial.

Figura 15: Mata de igapó na comunidade da Brasília.



Foto: João Bosco Brasil, maio/2015.

A pesca do pacu tem início assim que as águas de abril/maio alcançam a floresta de igapó onde se encontram uma diversificação de árvores frutíferas. Para a captura do pacu nos igapós, o caniço é o principal instrumento de pesca. Conhecendo a dieta alimentar do peixe, o pescador posiciona-se próximo ou embaixo das espécies frutíferas, com o auxílio de um outro caniço contendo uma fruta de louro amarrada na ponta da linha cuja função especial é tentar reproduzir a queda na água de frutos das árvores do igapó, atraindo os cardumes de pacus em direção à falsa isca. Num movimento rápido, a falsa isca que é sustentada pela mão esquerda, é retirada repentinamente da água e, em seu lugar é colocada a isca no anzol com caniço que se encontra na mão direita, fisingando com muita precisão o pescado. Trata-se de uma técnica repassada de uma geração para outra, muito eficaz na captura das espécies de pacu.

As palavras de Dona Lucineia ajudam a compreender as técnicas de pesca do pacu:

*Olha, quando chega a cheia depois de abril mais ou meno, é quando a água começa a chegar nos igapó, onde tem os frutos que os pacus come. Porque o pacu só pega com loro, com a fruta do loreiro, que tem muito lá para as paragens do lago da rapariga. Também, pega bem com a fruta dum cipó*

*que chamo de sabatucu. Então pra a gente pega pacu rapidinho é fácil, é só prepara bem os caniço porque eu sempre levo mais de um caniço, e aí é só ficar perto das arvres de fruto e esperar que num demora eles vem. E ainda tem um segredo pra chama o peixe, como eu sempre ia pescar com meus pais desde cunhantãe, eu aprendi com eles. Agente pega, amarra e pendura a fruta do loro na ponta do caniço e fica jogando na agua, o peixe pensa que é a fruta que tão caíndo, aí ele vem. E aí quando começa a pegar, num para é um atrás do outro, é muito divertido, e de repente a gente pega. E eu tô aqui cuíra pra água chegar logo, pra eu começar a dar pau nos pacus. E ainda esse ano eu não tirei minha bajara lá do lago do treme, e agora ela tá lá presa, só vou poder tirar quando a água subir.*

Na fala de dona Lucineia, fica evidente a importância das experiências vivenciadas ao longo de sua vida, que possibilitaram a construção de conhecimentos tão necessários para a manutenção e sobrevivência socioeconômica da família. Essas experiências vivenciadas na e com a várzea é que a tornam íntima na vida do morador, que não consegue caminhar sem se desligar de suas entranhas, uma relação pautada pela inseparabilidade, porque a várzea é para o morador, a sua casa, o lugar experienciado, o mundo vivido de Dardel.

Além das espécies de escama já descritas, a pesca do bodó (*Liposarcus pardalis*) e do tamuatá (*Hoplosternum littorale*) das famílias *Loricariidae* e *Callichthyidae* respectivamente (SANTOS, 2006), também estão no calendário das atividades haliêuticas praticadas principalmente nas comunidades de várzea. São espécies que vivem no fundo de rios e lagos de água branca onde encontram ambientes com muita matéria orgânica, composto de lama e detritos.

A pesca do bodó e do tamuatá, ganham importância socioeconômica na comunidade da Brasília e Catispera quando as atividades pertinentes à pesca do camarão começam a dar sinais de declínio, o que é percebido com a redução do tamanho do crustáceo capturado, ocorrendo geralmente no final do mês de outubro. Trata-se de uma atividade bastante rentável para as famílias ribeirinhas de comunidades de várzea do município de Parintins. Nas comunidades da Brasília e Catispera, a pesca dessas espécies envolve famílias inteiras que se dedicam quase que exclusivamente para a captura e comercialização. As atividades haliêuticas do bodó e do tamuatá são práticas desenvolvidas com muita habilidade pelas famílias ribeirinhas da várzea, que são detentoras de um profundo conhecimento das particularidades do rio e do comportamento dos peixes e ainda garante a transferência dos conhecimentos dos pais aos filhos (JUNK, 1981, p.70).

Wagley (1988) acrescenta que os conhecimentos sobre as particularidades da caça e da pesca na Amazônia são de origem fundamentalmente aborígene, ou seja,

as técnicas que o ribeirinho emprega nas práticas haliêuticas, foram transmitidas pela herança cultural indígena.

Para os autores, a sobrevivência das famílias ribeirinhas não pode ser explicada se não mediante as contribuições que os conhecimentos historicamente produzidos sobre os segredos e as riquezas da floresta, da água e da terra, para a manutenção e reprodução da vida ao longo dos tempos na Amazônia.

No entanto, nas comunidades de várzeas estudadas, a atividade haliêutica que mais se destaca, é a pesca do camarão, que se desenvolve com mais intensidade nos meses de julho a outubro. Sua importância socioeconômica é inquestionável, em função do retorno financeiro proporcionado às famílias das comunidades da Brasília e do Catispera.

Nessa importante atividade, as mulheres estão diretamente envolvidas assumindo a organização e comando de todos os estágios da cadeia produtiva do camarão. Desde a confecção artesanal das camaroeiras, preparo das iscas, pesca, lavagem e cozimento do camarão. Nas comunidades estudadas, algumas mulheres não participam do processo da comercialização do camarão na cidade de Parintins, preferem vender na própria comunidade para algumas famílias de pescadores e pescadoras, muitas das quais são parentes próximos (irmão, comadres, sobrinha). Estes por sua vez, adquirem percebendo a possibilidade de ampliar seus ganhos com a compra do camarão na comunidade e posterior venda na cidade. E assim, começava a se produzir novas relações socioeconômicas na cadeia produtiva do camarão, baseado na compra e venda entre os próprios pescadores e pescadoras de camarão.

É o caso da família do Sr. José e da Sra. Gorethe moradores da comunidade da Brasília que nos revelaram a seguinte estratégia no comércio do camarão:

*Quando às vezes elas não querem ir pra cidade vender o camarão, e tudo começou primeiro, quando a comadre me pediu pra levar o camarão dela pra mim vender na cidade, porque ela não podia ir por algum problema de doença na família ou outra atividade que tinha pra fazer, o certo é que eu levava, vendia e entregava o dinheiro pra ela, e assim a gente fazia aqui, uma ajudava a outra. Depois, elas não quiseram mesmo ir pra cidade vender o camarão, e aí elas fizeram a proposta né? olha pega o meu camarão e vende, depois a gente acerta. Então nós passamos a pegar o camarão aqui na comunidade pra vender na cidade, e quando era no final da semana ou no mesmo dia a gente justava. Mas aí, porque as vezes tinha desconforme camarão, nós aqui em casa, pensamos, vamos comprar um frizer para armazenar o camarão se não a gente vai perder. Porque é assim, o camarão não pode ir pro gelo, não presta, no gelo ele amassa e esfarela, quebra tudo, o pessoal aqui na comunidade já isprimentô e não deu certo,*

*pra conservar mesmo só no frízer. Aí, nós compramo e tá lá no mercado na parte de baixo que era onde vendiam peixe e agora tá desativado. Olhe, esse frízer foi um achado pra nós, foi a melhor coisa que nós fizemo, e hoje ele mesmo se paga, porque depos que os outros paro com a pesca e a venda do camarão, a gente continua vendendo o ano todo, e dá pra tirar bem, mesmo pegando o camarão aqui na comunidade a R\$ 5,00 o frasco agente ainda ganha porque a gente vende de R\$8,00 e até R\$ 10,00 já vendemo.*

O aumento dos ganhos proporcionados por esse novo segmento nas relações comerciais do camarão motivou também outras famílias a entrarem no ramo de compra e revenda do camarão. Vale ressaltar que as famílias envolvidas na compra e revenda, não deixaram de pescar o camarão, apenas incorporaram mais uma atividade dentro da cadeia produtiva do camarão. Para alcançar o lucro desejado, as famílias investiram em montar uma estrutura dentro do mercado municipal na cidade de Parintins, com frízeres para armazenar o camarão adquirido.

Foi o que nos revelou Dona Nazaré Ribeiro, pescadora da comunidade da Brasília:

*Nós comecemos a comprar o camarão do pessoal daqui da Brasília porque quando é pelo mês de agosto dá disconforme camarão aí eles facilitavo pra gente. Aí nós decidimo comprar um frízer, falemo com o administrador do mercado pra gente colocar o frízer lá embaixo onde funcionava a venda do peixe.[...] Mas primeiro nós isprimentô colocar no gelo, num prestou. Foi aí que pensemo comprar o frízer. Depos disso, nós comecemos comprar, comprava e armazenava no frízer. Olhe agente começô com um frízer de 200l, agora já temo quatro frízer e todos cheio de camarão, tudo comprado com dinheiro do camarão. Olhe dá pra tirar bem, porque a gente paga R\$ 3,00, R\$4,00 até R\$5,00 o frasco aqui na comunidade e quando chega no final de dezembro agente começa a tirar e vender o camarão armazenado a R\$10,00 o frasco.[...] Dá trabalho porque, todo dia tem que ir pra cidade vender, aí a gente faz também assim, porque o camarão que dá no treme é graúdo e bem vermelho, e o pessoal gosta mais dele. Então a gente guarda algumas sacolas desse camarão pra vender intremiado com os outros.[...] Olhe, ano passado, em 2013, nós lucremo fora dispesa R\$15.000,00 (quinze mil reais) só do camarão, sem contar o bodó, o tamuatá, que também a gente pesca. (Figura 16).*

Apesar de pouco estudo, dona Nazaré demonstra ser detentora de uma visão administrativa, a aquisição e posterior ampliação do número de frízeres, comprova sua iniciativa de implementar novos investimentos. Assim, sua capacidade empreendedora caracteriza-se perfeitamente racional e dentro dos padrões comerciais (WOORTMANN, 1990).

Figura 16: Seu Izoque, esposo de Dona Nazaré acondicionando camarão em frizer.



Foto: João Bosco Brasil, agosto/2015.

A pesca do camarão representa para as famílias dessas mulheres a principal fonte econômica, pois, como a comercialização acontece diretamente ao consumidor na cidade de Parintins, o retorno financeiro é rápido. O mesmo não acontece com as espécies de peixes de couro (surubim, dourada, pirarara, piramutaba) que são comercializados respectivamente junto aos atravessadores e frigoríficos de Parintins, os quais ditam o preço do pescado, gerando desvalorização e perdas econômicas ao pescador e sua família.

A pesca desenvolvida na maioria das unidades produtivas das comunidades de várzea de Parintins, a mão de obra é essencialmente familiar e objetiva particularmente a garantia da manutenção da subsistência alimentar (CHAYANOV, 1970).

Nas comunidades da Brasília e Catispera em Parintins, o desenvolvimento da pesca geralmente ocorre com a participação da esposa, filhos e netos e, na impossibilidade, contam com a participação dos parentes mais próximos (irmãos, sobrinhos, primos, compadres), por meio de parcerias, onde, a retribuição pelo trabalho compartilhado se processa através do pagamento com parte da produção ou com parte dos lucros da comercialização. Na pesca do camarão, na qual esta pesquisa se repousa, particularmente a presença da mulher é indispensável, não como uma simples ajudante do marido ou companheiro, mas como personagem

importante que assume a responsabilidade de organizar e comandar as atividades da pesca e comercialização do crustáceo.

Essa característica está muito presente na vida socioeconômica e cultural das comunidades ribeirinhas da Amazônia, particularmente nos ambientes das várzeas de Parintins, onde as famílias, diante as diversidades ambientais, inventam e reinventam formas de sobrevivência (FRAXE, 2009, p.35), a cada sazonalidade das águas. Um constante e ininterrupto recomeço, que se renova dinamicamente através da capacidade criativa de se adaptar a cada enchente a cada vazante.

No entanto, identificamos no contexto das literaturas pertinentes à pesca na Amazônia, um conteúdo produzido dentro de um ambiente essencialmente masculino (D'INCAO, 2001), negligenciando por completo a participação do trabalho feminino. Essa tendência vem contribuindo diretamente para o aumento da invisibilidade da presença e trabalho da mulher na pesca. As referências em sua maioria preconceituosas destacam com uma riqueza de informações o predomínio da participação masculina em detrimento da feminina. A participação e envolvimento da mulher na pesca, ainda não recebeu a devida atenção ficando seus trabalhos na invisibilidade das literaturas, ou quando mencionam, limitam-se a descrever as tarefas essencialmente domésticas: cuidar da casa, do alimento e das crianças, ou seja, cuidar do espaço privado (MAUÉS, 1993).

Assim, mesmo sem o devido reconhecimento e valorização do trabalho feminino, as mulheres das comunidades amazônicas, além de desenvolverem seus afazeres domésticos, estão presentes realizando trabalhos na roça, nos puxiruns e principalmente na pesca, fazendo parceria ao marido ou companheiro, particularmente nas regiões de várzeas, onde esta importante atividade extrativa é bastante significativa e produtiva.

Nas comunidades da Brasília e Catispera, localizadas no ambiente de várzea do município de Parintins, a presença da mulher nas unidades produtivas é uma característica viva, mas é na pesca, particularmente do camarão, que observamos o predomínio dos braços femininos. No terceiro e último capítulo passaremos a dedicar atenção especial, onde iremos discorrer sobre a temática em questão buscando compreender como essas mulheres se relacionam com a várzea e como percebem e representam seus lugares de trabalho.

### **CAPÍTULO III - A PESCA DO CAMARÃO: “ISSO AÍ É TRABALHO DE MULHER”.**

As mulheres, historicamente, sempre se fizeram presentes e desempenharam funções específicas nas unidades produtivas no âmbito familiar e comunitário. Foi com a participação e contribuição dos braços da mulher que muitos trabalhos se realizaram ou foram concluídos. Geralmente, desenvolviam diversificados trabalhos tanto no espaço privado como no espaço público, passando pela manutenção do lar; cultivo e tratos culturais nos sistemas de roça; nos puxiruns (ajuri) desenvolvidos na várzea ou na terra firme. Na pesca, sua participação é inquestionável, pois atua em todos os setores da cadeia produtiva, qual seja da captura a comercialização do pescado.

Em um dos primeiros estudos sobre as atividades haliêuticas na Amazônia, Veríssimo (1970, p. 62) já descreve mesmo em poucas linhas, o envolvimento e participação da mulher na pesca, onde a ela competia a responsabilidade de executar diversificadas funções, além de serem “responsável pelo preparo do alimento, a ela era reservado o cuidado com as crianças e a organização da casa flutuante”. De acordo com Verissimo (1970), a presença da mulher também é marcante na pesca no mar.

Apesar das grandes mudanças socioambientais proporcionadas pelo desenvolvimento técnico-científico e os avanços no campo dos direitos da mulher, ainda vivenciamos no limiar do século XXI com antigos e preconceituosos problemas, especialmente no campo das legislações trabalhistas, que não acompanharam o desenvolvimento em questão ao apresentar-se conservador de velhas relações socioculturais e política, desconhecendo a presença, a importância e os direitos da mulher em determinados segmentos do trabalho.

Torres (2012) salienta que é inquestionável a superioridade de tempo que as mulheres dedicam aos trabalhos laborais em comparação aos homens. Ainda assim, seu trabalho continua na invisibilidade das ciências econômicas bem como pela sociologia do trabalho.

Nas unidades produtivas domésticas da várzea ou da terra firme, as diversificadas atividades são desenvolvidas quase que exclusivamente pelos braços da família, voltando-se basicamente para atender o consumo da casa e posteriormente do mercado (SIQUEIRA, 2006). Nessas unidades produtivas, a

presença e atuação da mulher é determinante, quer na execução dos afazeres domésticos como também no envolvimento e participação nas tarefas fora de casa (roça, pesca, comércio). Essa postura lhe credencia uma posição de destaque, como elemento fundamental para a reprodução social e econômica da unidade doméstica.

Murrieta et al (2006) destaca que, mesmo desenvolvendo com muita responsabilidade todas as tarefas no âmbito doméstico e nas unidades produtivas, as mulheres ainda assim, estão constantemente sujeitas a sofrer pressões da autoridade masculina. Segundo a autora, apesar dos avanços observados nos direitos da mulher no campo do trabalho, estas ainda vivem confinadas ao espaço doméstico, aceitando passivamente as decisões e imposições do marido.

Scherer (2013) acrescenta, particularizando que as atividades desenvolvidas pelas mulheres dentro do espaço doméstico não eram vistas pelo marido como trabalho, pois, não geravam renda, ainda que seus familiares dependessem de seus afazeres para se reproduzir socialmente. Para a autora, a visão retrógada e limitada que o marido tem sobre trabalho, é o principal fator que contribui para o não reconhecimento de suas atividades como trabalho, uma vez que, para este, trabalho é tão somente as atividades remuneradas.

Almeida (2001) descreve que mesmo atuando diretamente na pesca, o trabalho da mulher não é reconhecido, como o do homem. Para a autora, o fato de serem geralmente esposas ou filhas de pescadores, seus trabalhos na limpeza e evisceração, na salga e comercialização do pescado é visto como ajuda, não como trabalho.

O posicionamento dos autores converge para o reconhecimento do papel da mulher nas atividades pertinentes ao setor primário, particularmente a pesca, pois, as atividades desenvolvidas com participação dos braços femininos são visíveis e inquestionáveis, porém, na prática ainda persiste o velho paradigma que designa o espaço doméstico (particular) como domínio exclusivo da mulher, enquanto o espaço da pesca (público) é domínio do homem.

Maués (1993), em trabalhos desenvolvidos em comunidade amazônica, afirma que além das incumbências domésticas as atividades na igreja e na roça são reservadas às mulheres, enquanto ao homem, está o domínio do espaço da pesca e controla os recursos financeiros que é percebido como um bem masculino. Segundo a autora, em algumas famílias de comunidades amazônicas, é nítida a reprodução

de núcleos familiares caracterizados pelo patriarcado, no qual ao homem é reservada toda e exclusiva autonomia sobre os destinos da família, ficando a mulher e os filhos submissos à suas decisões e autoridade.

Porém, diante de um cenário socioambiental adverso, a mulher vem realizando mesmo que timidamente conquistas significativas no campo do trabalho, e, portanto em sua vida ao assumir funções que historicamente foram consideradas típicas de papéis masculinos.

Segundo Maués (1993), as mulheres não se intimidam, e apesar do preconceito masculino representado pela invisibilidade de seus trabalhos, elas estão envolvidas e participam acompanhando o marido, desempenhando diversificadas práticas da pesca.

Soares (2013) afirma que nas comunidades varzeiras no Estado do Amazonas que tem a pesca como atividade fundamental para a sustentabilidade alimentar e econômica de seu modo de vida, as mulheres há muito tempo fazem parte desse processo produtivo.

Em tempos pretéritos, a participação da mulher na pesca, mesmo que discreta, era indispensável, especialmente nas pescarias consideradas longas que se desenvolviam durante vários dias, exigindo o deslocamento e envolvimento de todos da família (homens, mulheres e crianças).

De acordo com Veríssimo (1970) em pescarias realizadas no litoral paraense algumas atividades eram reservadas a mulher, como a evisceração do pescado, o preparo do alimento e os cuidados com os filhos menores. Relata ainda que a retirada dos peixes dos currais construídos ao longo do litoral, também eram de responsabilidade da mulher.

No entanto, a participação da mulher na pesca, não se limita ao desempenho das funções essencialmente domésticas (em terra), do cuidar da casa e das crianças, na confecção ou nos consertos dos apetrechos de pesca (malhadeira, tarrafa, espinhel, etc.). Elas também acumulam os trabalhos pertinentes à organização dos festejos religiosos da comunidade e participam diretamente em alguns casos da comercialização dos produtos agrícolas e não agrícolas.

As pesquisas desenvolvidas por Maneschy (1994), revelam que elas participam diretamente no beneficiamento realizando a limpeza e evisceração do pescado naqueles locais onde ainda se praticam a salga e a secagem, além da comercialização nas feiras.

Nas comunidades da Brasília e Catispera, lugar de nossa pesquisa, observamos a forte presença feminina nas diversificadas atividades desenvolvidas nas unidades produtivas. Algumas mulheres, que pela sua determinação, coragem e habilidade frente às atividades pertinentes à pesca, ficaram conhecidas na comunidade e principalmente na cidade, onde se realiza a comercialização de seus produtos. O reconhecimento masculino ainda é tímido, mas, foi observado e identificado na fala de alguns maridos, que foram enfáticos em afirmar a importância do trabalho que a mulher realiza diariamente.

Portanto, a pesca se destaca como uma das principais atividades econômicas desenvolvidas nas referidas comunidades, onde um grande número de famílias estão envolvidas diretamente nesta atividade extrativa. Particularmente, é nas várzeas que essa importante atividade socioeconômica apresenta os maiores rendimentos no período de águas baixas.

Nas várzeas das comunidades da Brasília e Catispera, destacamos o desenvolvimento de uma atividade extrativa ímpar e bastante significativa, a pesca ou captura do camarão, a qual nos despertou um olhar especial de análise, não necessariamente por sua importância para a vida socioeconômica das famílias, mas por se tratar de uma prática desenvolvida com a participação direta de braços femininos, que ditam o ritmo de seu trabalho e comandam todas as etapas da atividade, ou seja, da captura à comercialização.

A participação das mulheres no universo das atividades pesqueiras na Amazônia é um fato relevante que precisa ser observado e interpretado como um todo, embora essas atividades não ocorram na mesma frequência das atividades masculinas (FURTADO, LEITÃO e MELO, 1993).

As mulheres das comunidades ribeirinhas da várzea amazônica, que vivenciam em suas lutas diárias, as atividades domésticas, os cultivos e a captura e comercialização do camarão, enfrentam ainda todas as dificuldades impostas pelo ambiente e principalmente os problemas gerados pelas relações socioculturais que se estabelecem no campo do trabalho nas unidades produtivas.

Em pleno limiar do século XXI ainda são fortes e presentes a discriminação e desvalorização do trabalho feminino pelo masculino. Para Siqueira (2006, p. 272-273), “as mulheres, embora sejam parte significativa da economia regional e

nacional, são afetadas por sistemas costumeiros e legais que tendem a favorecer o gênero masculino”. Para a autora, as mulheres pescadoras ainda encontram muitas resistências quando buscam por seus direitos junto às instituições ligadas ao setor primário, geralmente são criados obstáculos burocráticos para a sua inclusão a colônias de pescadores bem como o acesso ao financiamento bancário.

Apesar de atuarem diretamente em uma das mais antigas atividades socioeconômicas que se conhece, as mulheres continuam no anonimato passando despercebidas pelas visões masculinas e das leis constituídas. A própria Constituição de 1988 em seu art. 195, parágrafo 8º, deixou de reconhecer o trabalho que as mulheres realizam na pesca, ao outorgar a profissão apenas para os homens (SCHERER, 2013), concedendo os direitos trabalhista e previdenciário somente para os que se encontravam devidamente vinculados a colônias, sindicatos ou cooperativas de pescadores.

O não reconhecimento pelo Estado brasileiro através de sua Constituição Federal foi motivo de grandes frustrações e decepções na vida das mulheres pescadoras, justamente elas que estão presentes enfrentando com muita coragem todas as dificuldades imposta pela atividade pesqueira.

No entanto, as vontades de vencer as correntezas do preconceito masculino são mais fortes, não se deixando abater pelo desânimo nem dominar pela desistência, buscam incessantemente alcançar esse ideal, de um dia poder vivenciar de verdade os princípios da equidade nas relações pertinentes ao processo produtivo da pesca.

Alencar (2013) menciona que os anos 80 foram o marco para a movimentação e articulação política das mulheres pescadoras no Brasil, que começavam a buscar de forma organizada questionar a invisibilidade de seu trabalho no processo produtivo da pesca. Com isso, objetivavam reivindicar politicamente o reconhecimento legal de trabalhadoras e assim usufruírem os mesmos direitos que os homens quanto aos benefícios de seguridade e previdência social.

Suas conquistas pelo reconhecimento e direitos dentro dos espaços da pesca começaram ser visualizadas a partir do momento que elas se reconheceram como pescadoras, desmistificando o entendimento que tinham das atividades que realizavam (da pesca a comercialização eram vistas como ajuda ao marido na atividade ou extensão dos afazeres domésticos) e que eram fortalecidas pelas

políticas vigentes que amparavam e reconheciam apenas o trabalho dos homens (SOARES, 2013).

Reconhecemos que a “viagem” em busca do reconhecimento legal das mulheres pescadoras é longa e difícil, exigindo coragem nas tomadas de decisão e segurança nas “remadas”, buscando sempre articulação política para superar as sinuosidades e os “banzeiros” decorrentes do forte preconceito masculino que permeia o cenário produtivo da pesca.

Scherer (2013) afirma que por todo o Brasil, como iniciativa elementar, as mulheres buscaram vinculação junto a Colônias de Pescadores para obtenção da carteira de pescadoras, ou seja, o Registro Geral da Pesca, cumprindo ao que preconiza a Constituição Federal, para assim assegurar seus direitos trabalhistas e previdenciários. Acrescenta ainda, que no decorrer da luta pelos seus direitos, as mulheres pescadoras ganharam um aliado inesperado: os pescadores de águas continentais que não foram contemplados com o seguro defeso (Lei No 8.287/91), a qual concedia o benefício apenas aos pescadores marítimos.

Embora enfrentando as resistências masculinas dentro das instituições, que dificultavam ou negavam o acesso às informações pertinentes aos seus direitos, elas não se abalaram encarando como desafio a ser superado. Então, buscaram organização e envolvimento junto ao movimento de Articulação Nacional das Pescadoras (ANP) e ao Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPPA). Esses movimentos exerceram fortes pressões junto à classe política nacional e, em 2009, foi promulgada a Lei No 11.959, “que tardiamente as reconheceu não apenas como coadjuvantes, mas como partícipes na produção pesqueira” (SCHERER, 2013, p. 81).

A promulgação da Lei No 11.959/2009, não foi suficiente para garantir o reconhecimento bem como os direitos trabalhistas e previdenciários, elas ainda enfrentam dentro das instituições a resistência masculina que se faz representar pela burocracia na liberação do Registro Geral da Pesca, documento emitido exclusivamente pelas colônias de pescadores. É através desse importante documento, conhecido como a carteira de identidade do pescador e da pescadora, que no período do defeso, elas podem assegurar os direitos de se beneficiar do seguro desemprego da pescadora artesanal.

### 3.1 A Pesca do camarão nas comunidades da Brasília e Catispera.

#### 3.1.1 Histórico

Nas comunidades de várzea no município de Parintins, a pesca e a agricultura se destacam representando as principais atividades socioeconômicas desenvolvidas pelas famílias no período de águas baixas. A pesca além de contribuir com parte significativa dos recursos financeiros para a manutenção da unidade doméstica é a grande responsável por fornecer a principal fonte de proteína alimentar para as famílias ribeirinhas.

As atividades haliêuticas para as famílias das comunidades da Brasília e Catispera estão presentes no cotidiano de cada morador, que conduz a sua vida através de uma constante e ininterrupta relação com o rio, lagos e paranás quer na enchente ou na vazante. São atividades essenciais para a manutenção sociocultural das comunidades e vitais para algumas famílias que vivem exclusivamente dos recursos obtidos pela pesca.

Para a família do Sr. Izoque Ribeiro e de Dona Nazaré Ribeiro, a pesca representa a principal atividade socioeconômica desenvolvida na várzea, seja na vazante ou na enchente. Dona Nazaré nos relata e representa essa pratica, demonstrando seu conhecimento e relação com o lugar:

*A gente aqui na várzea pesca o ano todo de domingo a domingo, e vai todo mundo aqui de casa não fica ninguém, a gente num para, porque a nossa vida é ansim: logo no começo de janeiro até mais ou meno abril nois ainda tamo vendendo camarão que nois armazena. Quando é maio vem a pesca do bodó e do tamuatá aí, eu o Izoque e nosso cinco filho nois se muda pra bajara, a nossa bajara é a nossa casa quando tamo no lago lá no macuricanã, isso quando ainda tá cheio, aí pra gente pegar eles a gente faz ansim: pro bodó a gente coloca as malhadeira de fio 4 com malha de 55mm e pro tamuatá a gente usa as miqueiras de fio 20 com malha 30mm, aí a gente espalha elas por cima da peremembeca<sup>5</sup>, do murizal, não é como a gente coloca de costume pra dentro da água, é por cima do capim. Aí é esperar o bodó e o tamuatá que eles vem chupar o limo que fica debaixo da peremembeca, se não for ansim não pega, porque a época mesmo do bodó com o tamuatá é na seca, quando agente pega eles no poço. E o bodó ainda tem uma coisa, a gente tem que olhar de dez em dez minutos porque o bodó é fraco, se não tirar logo, ele morre na malhadeira, aí fica difícil vender, porque o pessoal gosta de comprar ele vivo. Essa pescaria vai ate junho/julho, porque quando chega no final de julho, aí é quando começa o camarão, aí mesmo que ninguém fica em casa e a gente fica pescando até dezembro.*

---

<sup>5</sup> Para Junk (1981) trata-se de uma macrófita aquática que predomina flutuando na superfície da água próxima as margens de lagos e paranás onde o camarão encontra abrigo e alimento.

O relato observado nas informações de Dona Nazaré nos possibilitaram a construir a representação no Mapa Mental Nº 01, como também a organização do Quadro 01.

Mapa Mental 01: A pesca do bodó e do tamoatá no período da enchente.



Apoio Técnico: Rafael dos Anjos – 2015.  
Organização: João Bosco Brasil – 2015.

A estreita relação com os lagos de pesca possibilitaram a construção de um rico e valioso conhecimento sobre os lugares de pesca, o comportamento diferenciado de algumas espécies de peixe no período da enchente e da vazante, além dos segredos escondidos na vegetação do igapó. Foi o que identificamos nas palavras de dona Nazaré, a revelação de um profundo conhecimento e domínio de técnicas especiais de pesca.

Toda essa riqueza da cultura imaterial ribeirinha é produto da percepção de mulheres pescadoras de pouco estudo, mas que construíram uma estreita relação com a dinâmica da várzea, o lugar vivido que na enchente ou na vazante é experienciado, principalmente através das atividades haliêuticas.

Esse conhecimento específico sobre a várzea possibilita às famílias ribeirinhas a construção de um planejamento onde organizam a distribuição e o desenvolvimento de todas as atividades socioeconômicas com bastante precisão, sempre em detrimento à sazonalidade da água, particularmente as pertinentes a pesca. (Tabela 01).

Tabela 01: Distribuição das atividades Haliêuticas da família de dona Nazaré e Seu Izoque.

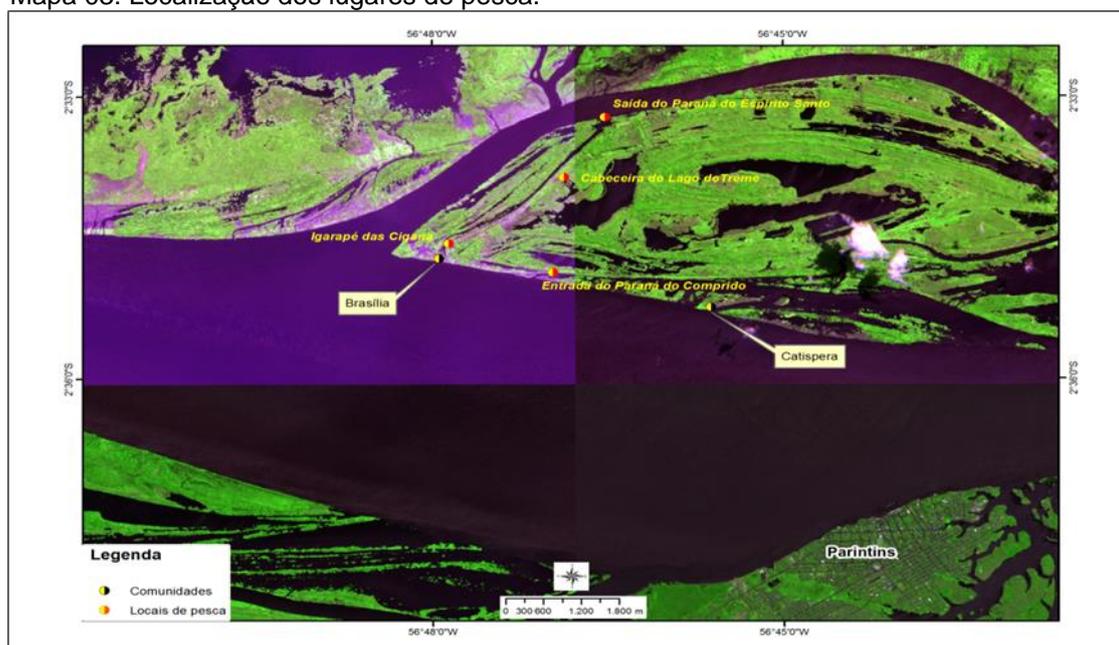
Períodos	Atividades Haliêuticas	Utensílios de Pesca e Venda	Lugar de Pesca e Comercialização	Sazonalidade
Janeiro/Abril	Venda/revenda do Camarão e pesca de subsistência	Malhadeiras, Bacia, litro, colher, sombreiros	Macuricanã; Ao lado do Mercado Municipal – Parintins/AM;	Enchente
Março/Junho	Pesca e comercialização do Bodó e Tamuatá	Malhadeiras de pano e náilon	Macuricanã (Lambari, Escondido, Boto Grande)	Enchente
Julho/Dezembro	Pesca e venda do Camarão	Camaroeiras, lanternas, isca (peixe cozido)	Comprido, Treme, Arara, Boi, Rapariga, Ciganas e Macuricanã	Vazante

Fonte: Dona Nazaré Ribeiro – 2015.

Organização: João Bosco Brasil – 2015.

A pesca do camarão (*Macrobrachium amazonicum*) nas comunidades da Brasília e Catispera que se desenvolve particularmente nos lagos do treme, rapariga, ciganas, arara, boi e no paraná do comprido (Mapa 03), possui um calendário de pesca que vai de julho a dezembro. É a principal atividade que mobiliza famílias inteiras em torno da pesca, beneficiamento e comercialização do crustáceo. A presença da mulher é característica marcante e viva na história da pesca do camarão, que pela sua grande capacidade inventiva e pujança de seus braços vem conduzindo com muita habilidade os problemas socioambientais que permeiam o espaço da pesca à comercialização.

Mapa 03: Localização dos lugares de pesca.



Apoio Técnico: Willer Pinto – 2015.

Organização: João Bosco Brasil – 2015.

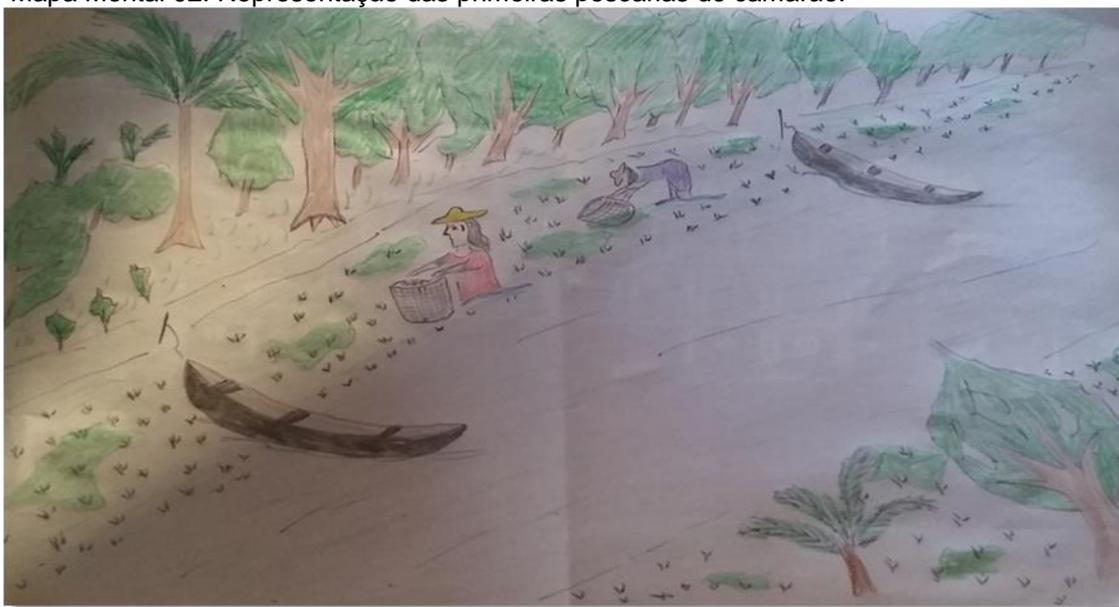
O camarão de água doce é um crustáceo que encontrou nos lagos e paranás das comunidades da Brasília e Catispera ambiente riquíssimo em macrófitas aquáticas (peremembeca), constituindo-se como principal habitat, servindo assim de base para a manutenção e a reprodução da espécie. A pesca do camarão que, inicialmente, se desenvolvia unicamente para a subsistência alimentar dos comunitários, era praticada em pequena escala e sempre nos horários da manhã e tarde. Posteriormente, com o aumento da procura do camarão pelos consumidores urbanos, houve uma valorização econômica do preço. Somado, ao horário da comercialização do camarão, que se desenvolve pela manhã na cidade de Parintins, as pescarias, assim, sofreram mudanças, passando do dia para a noite.

A presença da mulher na pesca do camarão é antiga, como nos revela a senhora Maria do Carmo Xavier da Silva, 83 anos, comunitária da Brasília:

*De primeiro a pesca era só pra comer, depois que a comadre Ana com o compadre Constantino começaram a levar pra vender na cidade, e deu certo. Naquela época o frasco custava um cruzeiro [...] e a pesca não era como agora. Naquela época nós se juntava lá pras bandas do furo do Vieira (bom sucesso) pra pescar camarão. [...] e a gente tinha que entrar dentro d'água pra pegar camarão, com a água pela cintura. De primeiro nós usava paneiro pra pegar eles debaixo do muri, da peremembeca que ficava pela berada, depois passemos pras sacas vermelhas que era de cebola, e só mais tarde que mudamos pras camaroeiras de sarrapilha. [...] a gente pegava, mergulhava o paneiro por baixo do capim e suspendia, naquela época tinha desconforme camarão, não é como agora, que tem muita perseguição. [...] como as vezes nós pescava até a boca da noite, nós levava também lamparina, poronga ou lanterna pra gente ver direito e alumiar por causa dos bichos que tem no meio do murizal[...] escute, teve uma viagem que eu tava pescando e olhando sempre prum lado e outro, quando olhei pro lado de baixo aquele enorme jacaré só me olhando, nem mas olhei minhas camaroeiras, aí meu filho levô a lanterna e pegou as camaroeiras [...]. Naquela época pra gente chegar pra cidade era no remo, nós vinha de canoa remando pra vender camarão na cidade.[...] e a venda começou na rampa depois que foi pro outro lado do mercado. [...] eu gostava muito de pescar, [...]. Escute, se eu tivesse alguém que me levasse pro lago, eu ia pescar ainda.*

A fala em detalhes de Dona Maria revelou ricas informações sobre a história da pesca do camarão que foi construída de momentos de dificuldades como o deslocamento em canoas movidas a remo até a cidade de Parintins. Além, dos perigos iminentes proporcionados pelo jacaré, mas, também e principalmente por momentos de alegria e diversão, porque a pesca do camarão no passado possuía importância alimentar, diferentemente de hoje, onde a preocupação maior é a importância econômica. As informações de Dona Maria do Carmo foram fundamentais e nos possibilitaram a construção do Mapa Mental 02.

Mapa Mental 02: Representação das primeiras pescarias do camarão.



Apoio Técnico: Rafael dos Anjos – 2015.  
Organização: João Bosco Brasil – 2015.

É perceptível como dona Maria do Carmo fala com saudosismo sobre a pesca, particularmente a do camarão, mesmo diante dos perigos iminentes e dos desafios proporcionados na travessia do grande rio Amazonas. Como também percebemos sua identificação e seu apego à várzea, demonstrado pela preocupação quanto à conservação socioambiental dos lagos de pesca, fonte significativa de alimento. Destacamos que essa consciência socioambiental foi uma constante nas falas dos pescadores e pescadoras mais antigos. Portanto, falar da história da pesca do camarão nas comunidades da Brasília e Catispera é falar da presença da mulher nessa importante atividade socioeconômica que sempre em companhia do marido ou dos filhos estavam envolvidas.

A venda do camarão na cidade de Parintins, também é antiga, e foi através da ideia do casal Osvaldino (Constantino) e Ana Lima Gomes que suas mãos levaram pela primeira vez o crustáceo para ser comercializado.

Segundo relatos da senhora Maria Gorete, 42 anos, filha do Sr. Osvaldino e de Dona Ana Gomes:

*O meu pai isprimentou a pesca do camarão, isprimentou foi pescou, ai ele disse que ia levar pra vender na cidade, porque ele gostava, não tem aquela subida da rampa (Figura 17) lá no lado do mercado, pois é era lá, foi lá que começou a venda, porque antigamente lá na rampa funcionava a feira dos farinhaes e minha mãe não gostava de vender junto com as outras mulheres que vendiam outras coisas: macaxeira, melancia, maxixe, jerimum, milho. Ela vendia bem lá no canto, depois que eles levaram a*

*primeira vez e venderam tudo, e o camarão era vendido vivo, fresco mesmo, não era cozido como é agora. Ai depois que a minha tia Maria do Carmo acompanhou eles, ai depois já pegou os netos, os filhos dela mesmo, ai foi embora a pescaria, mais o início da pescaria foi ele mesmo que fundou. Ai depois disso os outros foram começando a tomar gosto, a pesca mesmo começou com o pessoal da Brasília, ai depois já intremiou o Catispera, até o pessoal do paranã do espirito santo, eles já tentaram pescar mais eles num aguentam, porque quando dá onze horas eles quere ir embora ai num dá pra eles, porque nois aguenta lá até duas horas, uma hora, meio dia, ai eles é desse que quere abandonar, ai nois já tomemo a frente da pesca.*

Pela fala de dona Gorethe, é perceptível que trata-se de uma atividade extrativa bastante cansativa, exigindo das pescadoras coragem e resistência para superar os desafios ambientais presentes nos paranás e lagos de pesca. A exposição ao sol e os constantes ataques dos carapanãs são obstáculos naturais comuns nos ambientes de pesca. Em se tratando de comunidades de várzea banhadas por rios de águas brancas, cujo Ph é de aproximadamente 6,5 (JUNK, 1881), a proliferação de insetos em geral, é bastante acentuada. Soma-se a isso o período de pesca do camarão que vai de julho a dezembro, com pico máximo de captura entre agosto a outubro, portanto, em pleno verão amazônico. No entanto, para as pescadoras da Brasília e Catispera, esses fatores não se constituem em obstáculos para o desenvolvimento dos trabalhos pertinentes à pesca do camarão, ao contrário, elas desenvolveram formas criativas para se proteger e vencer os desafios ambientais do dia e da noite.

Figura 17: Rampa do mercado – primeiro lugar de venda do camarão.



Foto: João Bosco Brasil. Janeiro /2015.

A senhora Nazaré Ribeiro, também filha do casal Osvaldino e Ana Gomes Lima, acrescentou no seu relato:

*Quando eu me casei, quer dizer eu não sou casada de verdade com o Izoque, nós se juntamo né? eu tinha 13 ano e ele 19 ano. Mas, eu comecei a pescar camarão foi com a minha mãe, a dona Ana, que foi quem começou a pesca aqui na comunidade da Brasília. E eu era a popeira dela, então eu tinha que agasalhar bem a canoa pra ela botar a camaroeira, olha eu peguei muito ralho dela porque eu não acertava pilotar a canoa como ela queria. Naquele tempo eu me lembro, ela trazia da cidade aquelas sacolas de fibra vermelha que vinha com cebola, pois é, as camaroeiras eram feitas de saca de cebola, e só depois que viram que a saca de fibra de juta era melhor e durava mais que mudaram e até hoje é feito assim de sarrapilha.*

A história da pesca do camarão em Parintins foi e vem sendo construída principalmente com a participação dos braços femininos de mulheres das comunidades da Brasília e Catispera, que ainda na fase de criança, já tinham lugar nas canoas junto com suas mães, não apenas como companhia, mas acima de tudo como parceiras e com um dever a desempenhar na pesca. As pescarias se traduziram em verdadeiras aulas, um aprendizado significativo que possibilitou através da observação e da percepção a transferência e a construção de conhecimentos específicos sobre a fauna e a flora dos ambientes da várzea. Ao mesmo tempo, que se construíam dinamicamente como mulheres pescadoras, conhecedoras dos segredos escondidos nos igapós, paranás e lagos de pesca, onde o camarão encontra alimento e abrigo.

Foram momentos inesquecíveis e marcantes na vida das mulheres pescadoras de camarão, como relata dona Luzia Xavier da Silva:

*Pra mim foi muito bom, porque desde dos meus 9 anos eu já pescava camarão com minha mãe, dona Maria D’Carmo. [...] eu era popeira dela, então eu ia todas as vez com ela pescar, e eu via como ela fazia pra colocar as camaroeiras,[...] ela sempre falava pra eu ir reparando como fazia. Mas primeiro tinha que preparar a isca, minha mãe ela pegava colocava pra cozinhar o peixe com sal e pronto, tava pronto a isca. [...] quando a gente chegava no lago, ela pegava o remo e afastava bem a peremembeca que fica na berada, porque ela dizia que era debaixo da peremembeca que os camarão ficavo, aí ela agasalhava as camaroeiras bem e depois colocava um pouco da isca bem no centro da camaroeira. Aí era só ficar vigiando o tempo todo porque minha mãe dizia, que os camarão ero espertos, eles come e vão embora,[...] e ainda tinha o poblema dos outros peixe que também vinho comer a isca, [...] então tinha que ficar olhando o tempo todo, a gente num ficava parado.[...], hoje, continuo pescando, mas num vendo mais, prefiro entregar o camarão aqui na comunidade, porque nois tem as outras coisas e as veis a gente chegava tarde da cidade e já tinha que trabalhar[...]. A gente trabalha também com melancia, milho, feijão,*

*macaxeira e ainda crio, então toda essa plantação nois tem que cuidar, dá trabalho.*

Na fala de dona Luzia, identificamos a diversificação de atividades que são desenvolvidas nas unidades produtivas familiares da várzea. Assim como dona Luzia outras mulheres também organizam seus trabalhos agrícolas e não agrícolas, sem contudo ausentar-se dos afazeres domésticos. São dupla, tripla e às vezes quádrupla jornadas de trabalho que essas mulheres pescadoras enfrentam silenciosamente em seu cotidiano. Portanto, desenvolver estudos sobre a presença da mulher na pesca, é vivenciar e revelar a dura realidade de trabalho a que estão sujeitas, sem necessariamente receber a devida valorização e reconhecimento.

Por outro lado, ouvimos o reconhecimento atribuído ao casal Osvaldino e Ana, como os idealizadores da pesca e venda do camarão na cidade de Parintins. Foi a partir da iniciativa deles que seus filhos, filhas, netos, netas e posteriormente outras famílias passaram a participar diretamente da pesca e comercialização do camarão.

As comunidades da Brasília e Catispera estão localizadas em ambientes de várzea, formadas por solos aluvionais, florestas de igapó além de uma grande riqueza lacustre. É nesses ambientes aquáticos, que as atividades haliêuticas são bastantes desenvolvidas, particularmente a pesca do camarão.

A pesca do camarão, que no passado objetivava unicamente a subsistência alimentar familiar, hoje, com a procura e valorização crescente no mercado de Parintins, vem se destacando frente a demais atividades socioeconômicas que são desenvolvidas nas referidas comunidades. Em função disso, os ambientes de pesca, lagos e paranás, passaram a ser explorados com mais intensidade pelas famílias que encontraram na economia do camarão uma alternativa bastante lucrativa.

### **3.2 Os conflitos territoriais entre o lago e a feira.**

A corrida aos lagos, especialmente ao Treme, suscitou discussões acirradas e por vezes até agressões verbais entre os pescadores e pescadoras, tudo por causa de lugar. A preferência pela pesca no Treme, segundo a maioria dos pescadores e pescadoras se justifica pelo tamanho e coloração do camarão: grande e vermelho. Essas características ajudam a atrair o consumidor urbano de Parintins, e conseqüentemente contribuem com a venda. No entanto, os próprios comunitários,

encontraram estratégias bastante criativas para amenizar ou evitar os conflitos recorrentes nos lugares de pesca do camarão.

De acordo com a senhora Maria Eliana, 39 anos que desde dos 10 trabalha com o camarão:

*Já teve muita briga por causa de lugar [...]. Agora já tá calmo, e as pessoas se respeitam, porque todos que pescam são daqui da Brasília ou do Catispera.[...] olhe, o paraná do Comprido é o primeiro lugar que dá camarão, o pessoal do Catispera são os primeiro a pescar camarão. Depois é que vai dar camarão no Treme, na Rapariga e na Cigana [...]. Então pra segurar o lugar, a gente teve a ideia de amarrá sacola plástica colorida na ponta dum varinha, tem gente que coloca garrafa pet, tudo pra segurar o lugar [...]. Então, agente já sabe de quem é o lugar, e respeita. [...] mas, já tem gente isperto que pesca de madrugada pra pegar o lugar dos outros, porque o horário mesmo que a maioria pesca camarão é a tardinha pra noite.*

As palavras de dona Eliana, denunciam as relações conflituosas que se reproduzem nos ambientes de pesca do camarão, tudo motivado pela valorização econômica, que impulsiona a acirrada disputa pelo lugar de captura do crustáceo. Ao mesmo tempo, em que os próprios pescadores e pescadoras constroem socialmente suas territorialidades de pesca, organizando seus lugares e normatizando suas formas de uso (SACK, 1986).

Essas relações conflitantes vivenciadas no Treme, são reforçadas por dona Aldarina, que presenciou e ouviu:

*É lá no Treme tem conflito por lugar, lá todos tem lugar certo, no Treme toda berada é marcada,[...] pra pegar lugar dos outros tem que ir pescar de madrugada escondido. Teve uma vez que nois tinha uma encomenda da cidade, que era de camarão vivo. Aí, nois viemo de noite da pesca, cozinhamo o camarão, e voltemo já de madrugada pra pegar os camarão da encomenda. Quando agente já tava pra voltar, o pessoal da Brasília chegaram e disseram: olha de noite todo mundo tem lugar, mas de madrugada ninguém tem lugar, e aí nois já tinha batido a beirada aí que eles vinho chegando.*

Os lagos de pesca do camarão para os pescadores e pescadoras, possui acima de tudo, valor simbólico, particularmente o Treme, que representa para estes, lugar que possibilita a vida, pois, é fonte que mantém a segurança alimentar e econômica de suas famílias e acima de tudo é lugar de procriação para as espécies (TUAN, 1983). Em função disso, a disputa e preocupação para assegurar um bom lugar de pesca, mesmo que para isso, se tenha que usar de estratégias incomuns e impactantes.

### 3.2.1 A Comercialização do Camarão e a disputa pelo lugar

A pesca e o beneficiamento do camarão nas comunidades da Brasília e Catispera são atividades caracterizadas por momentos distintos e complementares onde o medo, alegria, descontração, perigo, coragem e resistência se misturam tornando as práticas descontraídas e ao mesmo tempo desafiadoras. Após esse estágio, é chegado o momento que, para algumas famílias pescadoras, é considerado o mais importante, o comércio do camarão.

A comercialização do camarão que se desenvolve ao lado do Mercado Municipal na cidade de Parintins (Figura 18), também apresenta características próprias com ênfase às especificidades nas relações socioeconômicas e culturais que se produzem e reproduzem entre as pescadoras e os consumidores urbanos.

Figura 18: Lugar de comercialização de camarão e produtos agrícolas.



Foto: João Bosco Brasil. Novembro/2014.

Ressaltamos que, assim como nos lagos de pesca, no ambiente de comercialização do camarão, as relações também são permeadas por harmonia e conflito. Assim, cada pescadora vivencia momentos de vendedora buscando criar e recriar estratégias para delimitar e assegurar seu lugar de venda, ou seja, o seu território. Para tanto, estão dispostas a enfrentar os desafios proporcionados pelo rio Amazonas ainda na escuridão da madrugada, tudo para assegurar ainda nas primeiras horas da manhã um bom lugar ao lado do mercado na cidade de Parintins.

Para o casal Izoque e Nazaré (Figura 19):

*Nós já temos nosso lugar certo mesmo, mas mesmo assim a gente sai ainda de madrugada bem cedo pra pegar o lugar. E aí, quando dá 4h a gente já tá saindo porque a gente arruma tudo de noite o nosso bagulho pra venda pra não se atrasar, porque quando é 5h a gente já tem que tá lá, porque no forte mesmo do camarão (agosto/setembro) é muito disputado aquele lado do mercado e se não chegar cedo, rum, perde o lugar, por isso nós chega cedo, e o pessoal já nos conhece e sabe que aquela ponta esquerda como o pessoal chama pro lado da drogaria Amazonas é o nosso lugar e ninguém pega.*

Figura 19: Lugar de Dona Nazaré na comercialização do camarão.



Foto: João Bosco Brasil. Novembro/2014.

Para outras famílias, as amizades construídas junto aos proprietários de estabelecimentos comerciais localizados próximo ao mercado constituíram-se em estratégias criativas para assegurar um bom lugar. Segundo o casal José Silva e Gorethe Ribeiro:

*Às 4h ou 4:30 no máximo temos que sair que é pra pegar o lugar, porque quando tá na safra mesmo do camarão tem muito camaroeiro querendo pegar lugar, aí agente já usa de outra estratégia também, aqueles pessoal do comércio lá de perto tudo conhece a gente, aí a gente já deixa a mesa e o banco. Olhe, o Sr. Ademir que é dono daquele comércio de dentro do mercado, ele chega 5 horas, às 5 já tá no comércio dele, aí a gente pede: Ademir coloca essa mesa aqui. Porque tendo a mesa lá, o outro que chega já sabe que o lugar é nosso, aí ele vai colocando no lado e se formando aquela fila em direção à drogaria Amazonas. Porque todo tempo a gente só vende lá perto do queijeiro, a Luzia só vende lá quando ela tem melancia pra vender, ela não vende camarão, ela pesca e passa pro outro. Agora no*

*tempo da “planta” (vazante) ela vende lá, mas aquele local lá no lado do queijeiro o pessoal tá acostumado com a gente lá, e tem gente que compra comigo faz anos, e como hoje nois vendemo num outro lugar as pessoas estranhou, aonde é que tá a moreninha que vende lá na ponta? eu tava lá no fim, aí o pessoal perguntava, porque a senhora não tá no seu lugar? Porque, o camarão é que diz se nois vai ou não pra cidade, se tiver camarão a gente vai, tem semanas que nois vai de domingo a domingo pra cidade. Então é assim a nossa vida no tempo do camarão. Se num chegar cedo num pega um bom lugar.*

Assim como no lago de pesca do camarão, onde a delimitação do lugar, ou seja, a territorialidade de pesca é realizada com a fixação de sacolas plásticas coloridas ou garrafas pet. As sacolas coloridas são fixadas de uma extremidade a outra na margem do lago. Como cada pescadora, trabalha com 06 (seis) a 07 (sete) camaroeiras no máximo, distanciadas a 08 metros, sua territorialidade de pesca do camarão na margem do lago varia entre 50 (cinquenta) a 60 (sessenta) metros de comprimento. Na cidade, as estratégias de demarcação também se reproduzem no momento do comercio do camarão, agora com a utilização de mesas, bancos que são colocados como forma de assegurar o lugar.

No entanto, algumas estratégias criadas por muitos pescadores e pescadoras para assegurar o lugar de venda não são compreendidas e aceitas passivamente por outros pescadores e pescadoras envolvidas na comercialização do camarão. Para algumas mulheres, essas estratégias acabam contribuindo também para a geração de conflitos entre os pescadores e pescadoras que não concordam e não aceitam as imposições praticadas, especialmente os referentes ao preço do camarão.

Foi o que relatou a Sra. Sonira da Silva, 50 anos, pescadora de camarão da comunidade da Brasília (Figura 20):

*Eu de primeiro pescava e ainda ia vender o camarão na cidade, agora prefiro só pescar e vendo aqui mesmo na comunidade pra Gorethe ou pro Mauro, porque é muita aporrinhção lá na hora de vender, a gente não pode colocar o nosso preço, é muita implicância do grupo que querem só um preço, por isso eu deixei de vender camarão, eu só vou vender peixe e meus produtos da minha plantação (milho, melancia, maxixe, quiabo, macaxeira), porque o preço quem coloca sou eu que plantei e cuidei e também porque eu pesco com meu marido e a gente pega pacu, tambaqui, sardinha, tucunaré e leva pra vender, mas, camarão, larguei de vender mesmo é muita briga e eu não gosto disso.*

Diante da fala de dona Sonira moradora da comunidade da Brasília, fica evidente que aquela aparente relação amistosa entre elas, onde as conversas

descontraídas e a alegria observada nos semblantes das pescadoras pode esconder a insatisfação de algumas que preferem renunciar o comércio, silenciando-se frente às imposições do “monopólio” do comércio do camarão, ao questionar e exigir a livre concorrência nos preços que são previamente acordados.

Figura 20: Dona Sonira na comercialização do peixe e produtos agrícolas.



Foto: João Bosco Brasil, Novembro/2014.

Essas relações conflitantes, escondidas no silêncio de seus olhares, não são exclusivas do comércio do camarão em Parintins. Para Loureiro (1985) são relações que se reproduzem em todos ambientes destinados à comercialização de produtos agrícolas e principalmente nas feiras livres de pescado.

Não podemos deixar de mencionar que nos espaços destinados ao comércio de mercadorias (centros e bairros comerciais, avenidas, feiras etc), a disputa gerada pela concorrência podem produzir relações conflitantes, discussões ásperas, por vezes, físicas, pois, de acordo com Woortmann (1990), no comércio as relações são injustas, onde nas negociações sempre um sai perdendo.

Foi o que identificamos nas falas do senhor Marcio e Aldarina Ribeiro, que pescam e comercializam camarão juntamente com seus filhos. Em função de conflitos ásperos em um passado recente por causa de lugar com outros vendedores, deixaram de vender ao lado do mercador municipal. (Figura 21).

*A gente começou vender no lado do mercado né, ela vendia só ela lá, mas aí lá tem muita confusão, é uma gritaria, tem uns que quiere mandar, aí teve*

*uma confusãozinha lá comigo por causa de lugar [...], aí eu pensei, é melhor eu procurar um outro lugar, [...] foi aí que nois fumo lá pra francesa. Lá tem uma marreteira, mas não faz confusão, aí quando nois leva 2 bacia, ela fica bem na entrada do mercadinho e eu fico bem confronte a feira do peixe, e lá na francesa é bom porque lá não tem disputa, e aí no lado do mercado você tem que se virar pra agarrar mesmo o freguês, porque se não for assim você não vende quase nada.*

Figura 21: Mercado da Francesa – Novo Lugar de comercialização do camarão.



Foto: João Bosco Brasil. Novembro/2014.

Também, identificamos no desenvolver de nossas entrevistas, depoimentos de algumas mulheres que há mais de vinte anos dedicam sua vida à pesca e à comercialização do camarão. No entanto, nos últimos anos a participação e envolvimento das mesmas no comércio do camarão vem declinando acompanhado pelo desânimo crescente. Segundo elas, a justificativa maior está na discordância com a forma de condução e o direcionamento nas tomadas de decisões referentes à organização do lugar de comercialização e particularmente ao preço do camarão. Pois, apesar de não possuírem uma organização oficialmente instituída, para deliberar sobre os mais diversificados problemas socioambientais que permeiam os espaços da pesca e comercialização do camarão (período do defeso, melhorias do lugar de desembarque e comercialização, preço, etc.), o preço do frasco (2 litros) do camarão é o único fator que recebe atenção particular, sendo o valor previamente combinado. Em função disso, reservaram-se em comercializar o camarão na própria comunidade, como descrito pela senhora Sonira.

Por outro lado, observamos que tais medidas, mesmo gerando impacto na vida de algumas mulheres pescadoras de camarão, estas são pensadas

estrategicamente como mecanismo de defesa para manter fechado o comércio do camarão somente para os pescadores e pescadoras das comunidades da Brasília e Catispera. Pois, não identificamos no percurso de toda a pesquisa, e principalmente no período correspondente a comercialização do camarão (julho a março), a presença de nenhum atravessador nos locais de venda, ou seja, ao lado esquerdo do Mercado Municipal de Parintins.

É pertinente enfatizar também que, através de nossas observações e especialmente os depoimentos coletados junto aos pescadores e pescadoras de camarão, percebemos que para algumas famílias da Brasília é extremamente vantajoso adquirir camarão na comunidade. Pois, a renúncia de algumas mulheres pescadoras ao comércio do camarão, acaba por colocá-las em uma situação difícil, obrigando-as a comercializarem o frasco do camarão a um preço mínimo na própria comunidade. Com isso, as famílias além de atuarem na pesca do camarão, passaram também a comprar e armazenar a produção para posterior comercialização na cidade de Parintins. E assim, controlar parte da cadeia produtiva do camarão, especialmente, o preço.

### 3.2.2 Se “Quebrar”, Vai “Sujar” a venda!

As atividades da pesca e do comércio do camarão que se desenvolvem no segundo semestre, proporciona para as famílias envolvidas das comunidades da Brasília e Catispera excelentes rendimentos, quer como renda principal ou complementar. Em se tratando de uma atividade que proporciona um retorno financeiro bastante significativo, a motivação socioeconômica é ainda maior chegando a envolver a participação em algumas famílias de todos os seus membros. Com isso, muda a rotina de trabalho dentro dos ambientes comunitários, pois, a pesca do camarão tem hora e momento para acontecer. Pois, de acordo com os pescadores e pescadoras nos lagos de água preta (Treme), o horário da pesca é impreterivelmente a partir das 18h, onde se observa maior presença de camarão e nos lagos de água branca (ciganas, boi, arara) o horário da manhã é onde a pesca se desenvolve com mais intensidade.

Porém é no processo de comercialização do camarão que observamos a habilidade de alguns pescadores e pescadoras, em criar novas relações socioeconômicas na cadeia produtiva do camarão, ou seja, a compra do camarão na

comunidade para a posterior revenda na cidade. Como já nos referimos anteriormente, algumas mulheres se limitaram apenas em praticar a pesca e comercializam na própria comunidade em função de outros afazeres (cultivo e criação), como também, procurando evitar as relações conflituosas que se produzem no ambiente de comercialização. Esse último, porém, é o determinante e o principal motivador das desistências femininas.

Como a comercialização do camarão se processa com a venda direta ao consumidor, os pescadores e pescadoras conseguem controlar através de acordos prévios, um preço único, que é respeitado e praticado por todas as pescadoras. No entanto, foi possível, observar a criatividade de algumas mulheres que usando de muita habilidade conseguiam burlar o que foi previamente estabelecido, qual seja: o preço.

Segundo, dona Gorethe (Figura 22) que além de pescar, também compra camarão para revender:

*Quando eu quero chegar cedo em casa, pra descansar um pouco antes de sair novamente pra pescar, ou quando as veis é um freguês antigo, eu “quebro”! Quer dizer eu faço um preço menor, porque pros fregueses mesmo da gente, a gente tem que tratar bem, tem que agradar. Outras veis para agradar eu dô um pouco a mais de camarão (meio litro), ou um pouco de pimenta cheirosa ou queimosa quando tenho. Eu sei que não é certo “quebrar” o preço, as veis eu escuto uns chaveco das outras por causa disso, mas eu num ligo, se ligar aí vai discutir, vai dá confusão.*

Figura 22: Lugar de Dona Gorethe na comercialização do camarão.



Fonte: João Bosco Brasil. Novembro/2014.

Essa habilidade no comércio do camarão também observamos na fala de Dona Maria Raimunda, 53 anos, pescadora da comunidade do Catispera:

Eu pesco desde dos meus 25 anos quando vim de Maués [...] quando cheguei pra cá vim morara aqui no Catispera [...]. Eu comecei pescando com meu marido Acides que já pescava, e depois com meu filho Reinaldo (28 anos), agora não pesco mais porque eu sofro de pressão alta, diabete e os medico me recomendaram parar [...]. Agora é só o Reinaldo que pesca, ele faz tudo só, pesca, cozinha e vende na cidade. Nois pescava aqui no cumprido que passa aqui atrás de casa [...], é onde começa a pesca do camarão, tem porção [...]. Eu acho porque tem muito capim pela berada os primeiros que pesca camarão como nois, o pessoal do Catispera, o primeiro camarão que chega na cidade é do Catispera, depois que vai dá no Treme. Aqui no cumprido é assim, a gente sai já a tardinha, porque é logo aqui perto, aí a gente leva sete camaroeira pra pesca até novembro, depois vô pro macuricanã.

A interessante fórmula criada pelas mulheres para conquistar o consumidor e manter a venda demonstra o grande conhecimento que possuem os quais foram produzidos a partir de experiências vivenciadas. Segundo Dona Gorethe, essas estratégias na hora da venda foram criações suas, não aprendeu com ninguém, mas percebe que as outras mulheres também, usam dessa estratégia em certos momentos.

No comercio do camarão, ter o controle sobre o preço é decisivo para a manutenção dos lucros. É nesse momento também, que alguns pescadores e pescadoras de camarão, se valeram de uma outra estratégia comercial, como mecanismo de defesa e manutenção do preço. Quando algum pescador ou pescadora comenta ainda nos lagos de pesca que pretendem baixar o preço do frasco do camarão, estes se apresentam como compradores e argumentam que merecem a preferência, para justamente impedir que estes cheguem a comercializar a um preço menor na cidade, ou repassem para as mãos de atravessadores na comunidade.

Segundo o senhor Izoque de Jesus Costa, um exímio pescador e vendedor de camarão, nos relatou:

*Quando tá no forte mesmo do camarão por volta de setembro a outubro, tem muito camarão pra vender na cidade, e as veis tem uns que quere baixar o preço, porque dizem que tem muito camarão, e não tá saindo. Aí eu digo pra elas: Se baixar o preço vai "sujar" a venda!*

Assim, evidencia-se que a compra do camarão na própria comunidade, não pode se restringir apenas como contribuição para as famílias que não desejam vender na cidade, mas também, e principalmente como mecanismo de manter o controle sobre o preço atribuído ao consumidor final, e conseqüentemente seus lucros. Trata-se de uma estratégia comercial, que contribui por um lado para pressionar os outros a manter o preço e por outro para impedir a inserção de vendedores/atravessadores urbanos no comércio do camarão.

### **3.3 Fazeres e dizeres das mulheres pescadoras.**

Na cadeia produtiva do camarão nas comunidades da Brasília e Catispera, a presença da mulher é uma característica viva, por fazer parte como personagem importante na história da pesca do camarão. Seu trabalho nas unidades produtivas da várzea é árduo e cansativo, mas seus braços e pernas são firmes, como são fortes sua resistência e coragem, para o desenvolver dos afazeres, sejam eles, domésticos, agrícolas e não agrícolas. Porém, o que nos chamou a atenção é a infinita capacidade de tornar os trabalhos pertinentes à pesca e comercialização do camarão em atividades prazerosas e divertidas, mesmo sabendo de suas exigências.

De acordo com o relato de dona Lucineia, 37 anos pescadora da comunidade da Brasília (Figura 23):

*Olhe, a nossa pescaria do camarão é muito divertida, porque é assim, se a gente for ligar e reclamar do cansaço, a gente não vive, porque dá trabalho, não é fácil chegar da venda na cidade e já ter que sair pra pescaria do camarão. Então, a gente cria brincadeiras, conta piadas e histórias de visagens, aí o Marcio marido da Aldarina começa a imitar o jacaré pra fazer medo pra gente, aí pronto é só uma gargalhada, porque lá no Treme o perigo maior é o jacaré. Aí quando começa a cair camarão na camaroeira, aí mesmo que fica divertido. E ainda tem a merenda que a Rosangela leva pra vender lá no lago, porque tem gente que chega da cidade tarde e não dá tempo de comer, então eles compram fiado dela. Num é divertido comprar merenda no lago!*

Através das palavras, dos gestos e dos sorrisos que sempre se manifestavam durante a narrativa de dona Lucineia, podemos perceber como os pescadores e pescadoras são capazes de superar com criatividade as adversidades da pesca do camarão, transformando-a mesmo que momentaneamente em prática divertida e de lazer, esquecendo os perigos e os incômodos do carapanã.

Figura 23: Dona Lucineia na pesca do camarão.



Fonte: João Bosco Brasil. Novembro/2014.

Para a senhora Rosangela Batista (Figura 24), que desde os 8 anos experiência a pesca do camarão em companhia de sua mãe, Rosa dos Santos Pereira, os momentos vivenciados nessa prática extrativa foram bastante significativos e hoje, encontrou nos lagos de pesca, uma opção diferenciada e divertida para aumentar seus rendimentos.

*Foi assim, eu pesco camarão desde os 8 anos e hoje com 50 anos ainda estou pescando.[...] na comunidade o pessoal me conhece bem porque tenho habilidades culinárias, quando tem festa na escola, os professores e alunos encomendam os doces ou comidas e eu faço. De uns quatro anos pra cá, foi que eu pensei em levar uma tarde merenda (bolo, salgados, suco e refrigerante) pra vender lá no Treme, e deu certo,[...] na primeira vez, ficou tudo fiado, porque o pessoal não sabia, já na segunda vez, uns já levaram dinheiro e pagaram, outros eu anotava e eles me pagavam no final da semana. Daí, eles também começaram a pedir pra mim levar comida mesmo, então eu passei a levar também frango assado, farofa de camarão, peixe frito.[...] e aí, as brincadeiras e a bagunça começa. Vai levar pino! Hum esse aí só vai pagar na próxima subida da água. É assim na pescaria do camarão, uma animação só. Por isso, pra mim e muito divertido os momentos são alegres. Mas, a venda de comida não atrapalha a minha pescaria do camarão, como a minha mãe já é falecida, agora a minha parceira é a comadre Maria do Carmo Conceição.*

Figura 24: Dona Rosangela condicionando a merenda.



Fonte: João Bosco Brasil. /2014.

A capacidade criativa das mulheres pescadoras é surpreendente, não se limitam apenas aos conhecimentos e ao domínio de técnicas de pesca, elas buscam criar e recriar formas inteligentes de ampliar e fortalecer seus relacionamentos, e mesmo nos momentos de pesca, conseguem inventar fórmulas comerciais criativas.

### 3.3.1 “Cozida gorda” e uma bacia de “Cabeça”!

A capacidade inventiva das mulheres pescadoras de camarão não se limita apenas na confecção das camaroeiras, na criação das técnicas de pesca do camarão, do bodó e tamuatá ou nas estratégias de venda do camarão na cidade de Parintins.

É nos ambientes da pesca e da comercialização do camarão, que elas costumam encontrar oportunidade para colocar as conversas em dia, comentar as

novidades da cidade, como também inventarem adjetivos “engraçados” para os mais diferentes momentos que permeiam a cadeia produtiva do camarão.

No período conhecido por elas como a safra do camarão, ou seja, os meses de setembro e outubro, o mínimo que costuma-se pescar por noite são 80L de camarão por casal, ou seja, o equivalente a duas sacas de cebola bem cheia. Diante do volume pescado, e pela experiência vivenciada no beneficiamento do camarão, as mulheres pescadoras deduzem que serão necessárias no mínimo duas “cozidas bem gordas”, pois, cada “cozida gorda”, equivale aproximadamente 40L de camarão.

Dona Aldarina Ribeiro nos relatou:

*Eu comecei mesmo quando tinha 9 anos com a minha mãe, passou mesmo de mãe para filha, eu era a piloto dela e desde de lá eu não parei mais de pescar camarão, e até agora que ainda tô viva, tô pescando. Hoje, eu pesco com meu marido, o Marcio até esses molequinhos já vão com nois[...]. Aí quando tá na safra mesmo do camarão, nós vai em duas canoas, eu vou numa e o Marcio vai noutra, cada um com sete camaroeiras, aí é de repente que a gente enche duas sacas vermelhas de cebola, porque essas sacas fica fácil pra gente lavar o camarão quando chega. Nessa época como dá muito camarão, aí a gente tem que fazer as cozidas bem gorda [...]. Cozida gorda é quando agente enche bem as panelas ou bacias na hora de cozinhar, porque se não fizer assim agente amanhece cozinhando, e aí, num dorme, porque quando dá 4h, agente tem que sair pra cidade. Por isso, que agente fala entre nois que pesca camarão: quando pega muito tem que fazer “cozidas gordas”.*

O ambiente da comercialização ao lado do mercado também é outro momento de encontro para as mulheres pescadoras, sendo que agora as conversas descontraídas são pausadas e às vezes interrompidas repentinamente, tudo porque as atenções devem ser direcionadas ao cliente, seja ele novo ou velho freguês.

O velho cliente que assiduamente adquire camarão para o próprio consumo ou para a revenda como ingrediente importante da culinária parintinense, sempre consegue alguns minutos a mais para uma boa conversa, momento para socializar as informações tanto da cidade como da comunidade. Sem, necessariamente, descuidar-se de sua venda e particularmente de sua bacia cheia de camarão.

Após uma pesca farta que culmina com várias “cozidas gordas”, elas chegam à cidade nas primeiras horas da manhã para mais um dia de trabalho: a comercialização do camarão. Com as bacias bem cheias (aproximadamente 70L a 80L o equivalente a 35 e 40 frascos), as mulheres pescadoras começam dentro dos espaços previamente delimitados, ou seja, o seu lugar de venda, a organização de suas mesas que servirão de suporte para as sempre ariadas bacias que

acionam os camarões. E quando as bacias encontram-se bem cheias, apresentando o formato de um cone, elas inventaram a denominação: bacia de “cabeça”.

De acordo com a senhora Arlene Barbosa de Souza, pescadora da comunidade do Catispera (Figura 25):

*Olhe, as nossas brincadeiras vêm desde do cumprido que é um paranazinho que passa por trás do Catispera, é o primeiro lugar de pesca do camarão, lá que é divertido as brincadeiras [...]. Aqui na nossa venda no lado do mercado é assim, todas nós sempre tamo alegres não tem cara feia, porque a gente é feliz, tanto é que a gente mesmo vendendo tamo sempre conversando descontraídas e as vez até brincando com o freguês. E aí uma pergunta: quantas sacas pescou? Teve cozida gorda? E assim vai a descontração aqui na venda. E ainda tem o nome que nois chama pra bacia quando tá lá por cima. Puxa! Essa bacia tá de cabeça[...]. Mas essas coisas de cozida gorda, bacia de cabeça é só entre a gente que conhece porque pesca e vende camarão, os outros num sabe, nois só fala isso entre nois.*

Figura 25: Dona Arlene e sua bacia de “cabeça”.



Foto: João Bosco Brasil. Novembro/2014.

Para melhor compreendermos a geograficidade das mulheres pescadoras de camarão das comunidades da Brasília e Catispera, buscamos identificar como essas mulheres percebem e se relacionam com a várzea, particularmente os lagos de pesca, lugar vivido e experienciado por elas. Para tanto além de ouvirmos as falas das mulheres pescadoras sobre os lugares de pesca e plantio, recorreremos aos

Mapas Mentais, como recurso metodológico para observar como estas representam esses lugares de trabalho.

### **3.4 Os Mapas Mentais dos lugares de pesca do camarão: representação do território da mulher.**

O desenho foi uma das primeiras formas que o homem primitivo utilizou para se comunicar em seu grupo social, como também, foi através dessas obras, que buscavam representar seus sentimentos de alegria e tristeza e especialmente sua estreita relação com a natureza. O desenho é tão antigo como é a história do homem, que o produzia a partir de suas crenças espirituais, de suas observações e percepções do mundo real circundante. Para Claval (2014), o desenho na antiguidade se materializou como um importante meio de comunicação, pois representava com clareza e fácil compreensão as mensagens que expressavam basicamente o que existia de mais essencial, a vida.

Almeida (2011) salienta que o homem da caverna já utilizava as pinturas, representação própria de sua linguagem, para expressar seu deslocamento e as possibilidades de caça, e assim assegurar a manutenção alimentar e a sobrevivência.

Para a autora essas obras, entendidas como expressão de sua cultura são ricas em informações, pois representavam através de símbolos pictóricos toda ou parte de sua história de forma clara e direta.

De acordo com Santos (2009, p.196) “os desenhos revelam muito sobre a natureza do pensamento humano e a sua capacidade de resolver problemas, sendo o resultado de uma experiência vivida”.

Segundo a autora, para se chegar à representação dos desenhos sobre a realidade socioambiental, o primeiro caminho imprescindível a ser percorrido é o da percepção, a qual possibilitará descrever pictoricamente o mundo vivido, dinâmico, que na maioria das vezes não é dito, nem percebido por aqueles que não a vivenciam.

Merleau-Ponty (2006), um dos grandes expoentes do pensamento fenomenológico, menciona que toda forma de conhecimento produzido, só é possível pelas aberturas proporcionadas pela percepção. A percepção, portanto, desempenha função mediadora para as produções gráficas por fornecer a base

material e imaterial das informações, constituindo-se em um pré-requisito indispensável, isto é, quando o objetivo primeiro é representar a realidade vivida. Para o autor, o desenvolvimento da percepção acontece porque:

[...] temos um campo perceptivo presente e atual, uma superfície de contato com o mundo ou perpetuamente enraizado nele, é porque sem cessar ele vem assaltar e investir a subjetividade [...] (MERLEAU-PONTY 2006, p. 280).

Portanto, Merleau-Ponty que dedicou parte de sua vida para discorrer sobre a percepção, nos revela que temos a capacidade perceptiva presente em todo nosso corpo, nossa relação e interrelação com o ambiente de vivência não se estabelece apenas através de nossos órgãos do sentido, mas com o corpo como um todo, e acrescenta: “o corpo é um eu natural e como que o sujeito da percepção” (p.278).

Para Nogueira que desenvolveu trabalho junto aos comandantes de embarcação do Careiro da várzea, buscando compreender como percebem e representam o mundo vivido, os seus lugares; quando se objetiva estudar o espaço sob um viés fenomenológico, ou seja, como lugar de realização da vida, a percepção é entendida como uma “ação humana de compreensão do mundo, que se dá no momento em que o homem vai ao mundo, se ver no mundo, se construindo com ele” (Nogueira 2014, p. 79).

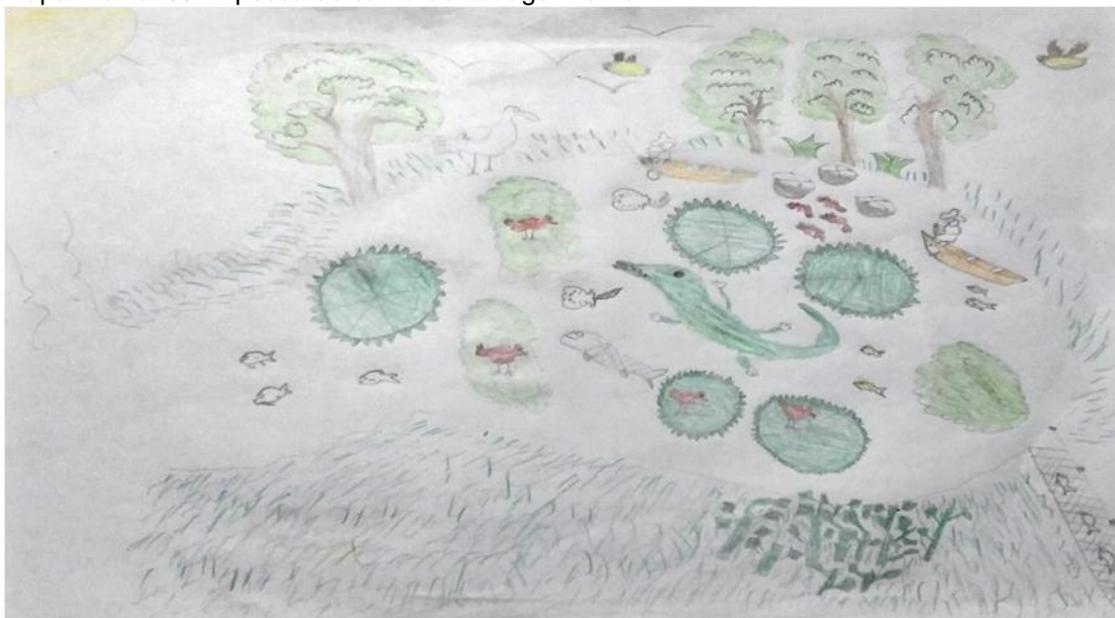
Nesse sentido, buscaremos através dos Mapas Mentais, compreender como as mulheres pescadoras se relacionam com a várzea, as experiências vividas nos lugares de cultivo e particularmente na pesca. Como bem salienta Nogueira (2014, p. 103): o mapa mental “é a representação da forma de como o homem percebe, representa, descreve e vive o lugar”.

Segundo Nogueira (2009), ao longo dos tempos os mapas mentais foram objetos de estudos de vários pesquisadores geógrafos e não geógrafos (arquitetos, sociólogos, antropólogos) que procuraram explorar esse importante recurso dentro de seus campos de atuação, atribuindo-lhe assim inúmeras utilidades. Mas, foi com as contribuições de Kelvin Lynch, Peter Gould e White, acrescenta a autora, que a temática ganhou notoriedade, quando estes procuraram em seus trabalhos valorizar as imagens mentais construídas individualmente pelas pessoas e que posteriormente foram representadas e assim denominadas de mapas mentais percebidos.

Entendemos isso quando ouvimos os relatos de Dona Gorethe sobre o Treme, o lago de pesca do camarão e o Mapa Mental que ela traz em sua memória:

*É assim, olhe pra ir pro Treme só tem uma entrada mesmo, é essa daqui que é a mais fácil, tem que saber bem porque é cheio de aningal por todo lado, já teve gente que entrou mas não conseguiu sair de noite, e tem as histórias das visagens que dizem que tem lá, mas eu nunca vi nada. Olhe esses são nós que pesca camarão lá, vejo essas são as camaroeiras que a gente coloca pela berada, esses capim aqui é a peremembeca e senauá, eles fica rodando o lago é aí que os camarão vivi, tem muito peixe, pirarucu, camarão então, disconforme e o lago pela berada dele é cheio de arvores: taxizeiro, mungubeira. Tem arraia também, ela também comi a isca da camaroeira, parece que ela já sabe, é só a gente começar colocar que elas começo aparecer, por isso que tem que vigiar. Olhe isso aqui é a vitória regia onde as piaçoca gostam de ficar. Esse jacaré aqui, esse bicho é o que mais mete medo na gente, tem uns grande, quando a gente chega pela noitinha e a gente foca a lanterna é difícil num ter uns só olhando com a cabeça de fora [...]. Mas a nossa arma é a lanterna, ele tem medo da lanterna [...]. Em 14/06/2015.*

Mapa Mental 03: A pesca do camarão no lago Treme.



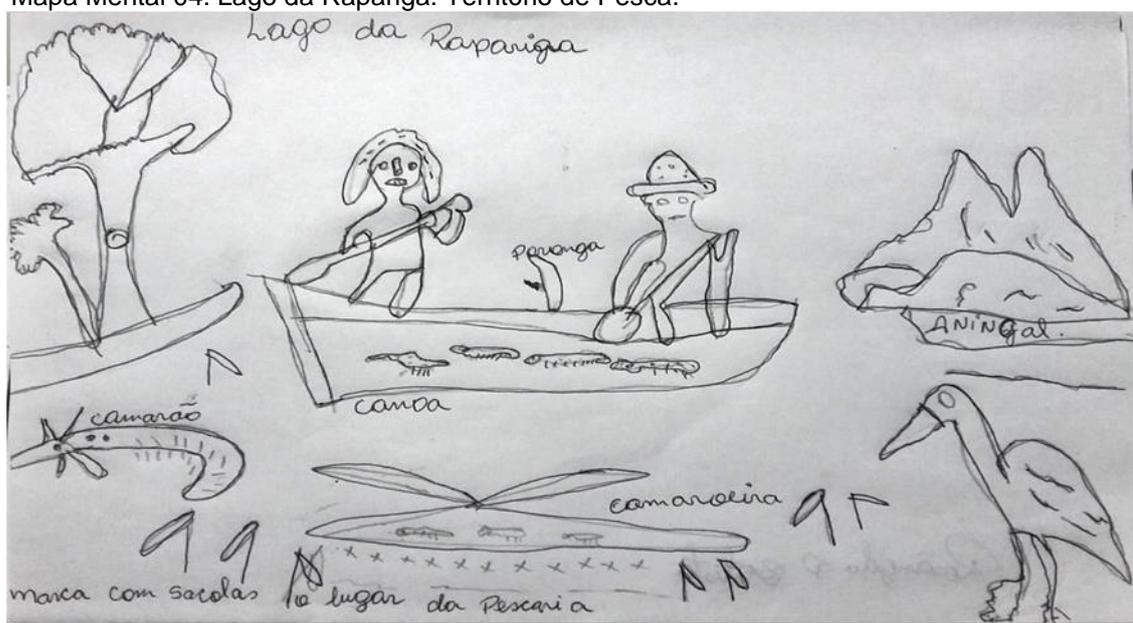
Fonte: Dona Gorethe (2015).

Dona Gorethe ao descrever o que tinha representado em seu desenho, sobre o lago de pesca, explicou com muita precisão e em detalhes sobre os elementos da fauna e flora que habitam o ambiente aquático, principalmente o comportamento e a relação estreita e de dependência entre algumas espécies da fauna e flora. Em seu relato Dona Gorethe demonstrou ser detentora de um grande conhecimento, que só foi possível produzir a partir de suas experiências vividas em seu cotidiano com o lago de pesca.

Quando conversamos com Dona Rosangela, para construir o desenho do lugar de pesca, esta foi logo adiantando: “eu não sei desenhar”!

*Esse é o lago da Rapariga, porque dizem o pessoal foi porque desapareceu uma mulher jovem que era rapariga, daí ficou esse nome[...]. É assim que pescamos o camarão. Enfrentamos sol, chuva, cobras, jacarés, o canto do bem-ti-vi aguento. Usamos para a comida do camarão peixe cozido, farinha ou peixe assado. Para pegarmos o camarão usamos sete camaroeira, usamos para alumiar, lanterna ou poronga. Ah, isso aqui são as sacolas que a gente coloca pra marca o lugar, a beirada que tem sacola aquele lugar já tem dono. Em 13/06/2015.*

Mapa Mental 04: Lago da Rapariga: Território de Pesca.



Fonte: Dona Rosangela (2015).

Em sua narrativa Dona Rosangela, 50 anos pescadora da comunidade da Brasília, expõe os sacrifícios e os perigos que a pesca do camarão proporciona, mas não são empecilhos nem inibidores à presença feminina no lago. Pois percebemos como falava com naturalidade sobre as adversidades da várzea, mas, com firmeza e a coragem de quem experiência o lugar desde criança. Ressaltamos os símbolos utilizados como instrumentos estratégicos para delimitar e assegurar o domínio do lugar, uma relação possessiva coletiva que se estabelecem com o lago.

As explicações apresentadas por Dona Rosangela revelando os momentos difíceis que são vivenciados na pesca do camarão, vão ao encontro das palavras de Nogueira (2014, p. 130) quando afirma: estas “informações [...] se renovam na dinamicidade da natureza amazônica e só quem a experiência cotidianamente apreende e a enfrenta com a naturalidade de quem conhece”.

Dona Maria de Jesus Gomes Ribeiro, pescadora da comunidade do Catispera, nos relata e representa seu lugar de vida, com a segurança que só é possível dizer por quem vivencia o lugar.

*O lago é imenso e cheio de árvores ele é tomado de pupunheira, jauarizeiro, ingazeiro das folhas grossa que o tambaqui comi os frutos, aningueiras, mungubeiras, mureru folhudo próximo à beira, capim pela berada, peremembeca, todo ele é rodado de aningal onde fica as ciganas. É ai que nós pesca camarão, veja, as mulheres todas com lanterna, que era pra lumiar o local onde a gente bota a camaroeira e ispiar quando tem camarão, mas isso é de agora, porque antigamente nós usava a poronga que tá aqui na canoa e a panela com a isca. A gente sempre fica na proa, como proeira pra agasalhar as camaroeiras[...]. Os camarão sempre tão na peremembeca, porque agente suspende com o remo e eles pulo, é ai que eles estão iscondido na raiz que parece uma peruca. Pra gente entrar no Treme, nós temo o nosso caminho que fizemo aqui atrás de casa, ele fica aqui nos fundos, é o nosso quintal. O pessoal da Brasília vara lá pelo lago das Ciganas[...]. Olhe só, aqui tem muito camarão, peixe porque o Treme é lago criador. Olhe, quando é na época da seca, é assim, ele se fecha e ninguém mais passa pra lá, aí quando ele volta tá assim tomado de camarão". Em 06/06/2015.*

Mapa Mental 05: A pesca do camarão.



Fonte: Dona Maria de Jesus Gomes Ribeiro (2015).

Nas palavras de Dona Jesus, podemos perceber o conhecimento que detém sobre a pesca. Pescadora desde criança, portanto, conhecedora das entranhas do lago de suas particularidades e segredos, de sua importância alimentar e econômica, representado com tamanha descrição: uma relação íntima. Nos chamou atenção também a leitura e compreensão que tem sobre a importância da vazante para a manutenção da vida no lago. Esse conhecimento de Dona Jesus como de

algumas mulheres pescadoras começou ainda na fase de criança quando já vivenciavam as experiências na companhia de suas mães na pesca, e que foram se fortalecendo com o tempo. Com a alegria em seu rosto, Dona Jesus descreve com precisão e detalhes o seu lugar de pesca, levando-nos a refletir sobre o pensamento de Tuan (1983, p. 156): “os lugares íntimos são tantos quantas as ocasiões em que as pessoas [...] estabelecem contato. [...]. Podem ficar gravados no mais profundo da memória, cada vez que são lembrados, produzem intensa satisfação [...]”.

Quando conversamos com a Dona Eliana, pescadora da comunidade da Brasília e pedimos que construísse o mapa do lugar de pesca, percebemos uma mudança em sua fisionomia, mas, logo nos respondeu dizendo: não sei se vou dar conta disso, eu não sei desenhar!

*Veja, eu desenhei quando tá seco, essa aqui é a entrada lá do lago do boi que se forma quando começa secar, porque na cheia isso aqui tudo fica só uma água, pra quem não conhece não sabe dizer onde fica, e chamo de aurora. Depois que entra, aparece duas bocas assim e vai embora lá pra dentro e vara lá pro paraná, tem algumas árvores pelo lado dele, tem mungubeira, araçazeiro, catauarizeiro, goiaba araçá, porque na seca fica limpo no lado dele, só fica a peremembeca na beira assim dele, lá tem muito peixe e camarão nos lagotes que fica, porque seca né aí eles ficam presos o pessoal aqui da Brasília não tem o costume de ir muito pra lá, são pouco os que vão pescar lá, porque ele já fica quase por trás do Catispera. Em 07/06/2015.*

Mapa Mental 06: A entrada do lago do boi na vazante.



Fonte: Dona Eliana (2015).

Para Dona Eliana, como para as demais mulheres pescadoras, que nos ajudaram, construindo os mapas mentais dos lugares de pesca a partir de seus olhares, do olhar de quem os vive e experiencia, o camarão, é o que movimenta e mobiliza as famílias tanto da Brasília como do Catispera. Os lugares de pesca de Dona Eliana, são diversificados, lagos e paranás. Em seu mapa procurou representar as particularidades explicando as mudanças hidrológica e geomorfológica observadas na vazante. Somente quem vive a várzea consegue produzir e guardar em sua memória essa riqueza imaterial: o saber amazônico.

Assim os lugares de pesca do camarão, nas comunidades da Brasília e Catispera são lugares das mulheres, territórios indenitários que tiram a mulher do anonimato e a visibilizam como pescadoras de camarão.

## CONSIDERAÇÕES E PROPOSIÇÕES

O estudo sobre as mulheres pescadoras de camarão no município de Parintins é um reconhecimento e valorização sobre o importante papel da mulher no mundo do trabalho, particularmente nas atividades da pesca. Entendemos que as reflexões tecidas em diálogo com os autores articuladas às falas das mulheres pescadoras de camarão sobre o mundo vivido e percebido da várzea, possam contribuir para ampliar e diversificar as discussões pertinentes às diversidades enfrentadas por elas nas relações socioeconômicas e culturais no campo do trabalho, exponenciando as velhas concepções que ainda prevalecem no tratamento diferenciado e olhares de inferioridade sobre o trabalho desenvolvido por mulheres frente ao trabalho dos homens.

As discussões pertinentes à participação e envolvimento da mulher nas atividades agrícolas e haliêuticas, não podem mais seguir os caminhos que algumas literaturas produzidas construíram ao longo dos tempos, quando envolveram e se limitaram a descrever como ajuda ao marido ou companheiro e não como trabalho, todas as atividades desenvolvidas por elas: plantio e tratos culturais, evisceração, salga e consertos dos apetrechos de pesca. Não podemos ignorar que os trabalhos e a responsabilidade pelo espaço privado, também são assumidos por ela.

No entanto, nas comunidades estudadas de Brasília e Catispera, observamos e percebemos que muitas mulheres pescadoras de camarão, detentoras de saberes e técnicas específicas de pesca, possuem uma postura firme nas tomadas de decisões, chegando a decidir e comandar não apenas a organização do espaço privado (casa) como do público (pesca). Entendemos, que pelos trabalhos que realizam nas unidades produtivas da várzea: pluriatividades (pesca, plantio, criação, afazeres domésticos), são mulheres polivalentes e versáteis na convivência com a sazonalidade da água, pois, em nenhum momento de nossa pesquisa, as encontramos em descanso, sempre estavam executando algum trabalho. Descanso, na verdade, é para elas as poucas horas de sono que desfrutam durante a noite, porque antes mesmo dos primeiros raios solares do novo dia, já estão na labuta.

Entendemos que essas experiências vividas pelas mulheres pescadoras são construídas na correlação com e na várzea, por isso, ser a várzea um lugar especial, carregado de significados e valores socioculturais, que produzem um sentimento de apego, uma relação de inseparabilidade. Somente quem vivencia a várzea e a

experiencia na enchente e na vazante pode manifestar tamanha afetividade com o lugar.

A várzea das comunidades da Brasília e Catispera é para as mulheres pescadoras o mundo vivido de Dardel, onde as relações socioambientais são de equilíbrio, obedecendo à dinâmica suscitada pela sazonalidade da água. Assim a várzea é lugar de possibilidades de realização da vida e segurança para homens e mulheres pescadoras que a experienciam em sua subjetividade.

Compreendemos como a vida se realiza nas mais diversificadas unidades produtivas da várzea, o mundo vivido e experienciado pelas mulheres pescadoras de camarão. Esse olhar científico se construiu ao buscarmos o entendimento a partir do olhar de quem vive a várzea, ou seja, a partir da percepção das mulheres pescadoras de camarão. A percepção da várzea, as imagens que elas construíram ao longo de suas vidas, são dotadas de informações valiosas e que refletiram em uma rica representação por meio dos mapas mentais.

Os mapas mentais, produtos de relações subjetivas das mulheres com os lugares de pesca, revelaram não apenas relações dinâmicas com e na várzea, mas, também deram visibilidade para as relações conflituosas que permeiam os espaços de pesca e comercialização do camarão. Concluímos que os conflitos ocultos de hoje, produzidos principalmente no espaço de comercialização são suscitados pela busca constante do lucro, pois, o camarão transformou-se em produto de troca, valiosa e lucrativa, com isso os lagos e paranás transformaram-se em territórios e territorialidades de pesca do camarão. O mesmo observamos nos espaços de comercialização, onde cada pescadora produziu seu território dentro da territorialidade do comércio do camarão. Foi o que identificamos na fala de dona Gorethe quando nos revelou: “quando eu quero chegar cedo em casa, eu quebro o preço”.

O preço do frasco do camarão ao consumidor final pelo que vivenciamos, não obedece à lei do mercado (relação oferta X procura), mas, é decidido por um pequeno grupo que compra (a preço baixo) o camarão ainda na comunidade, para posterior revenda na cidade. As palavras do senhor José nos ajudaram a compreender essa relação conflituosa: “aqui na Brasília [...] corre muito dinheiro, mas, eu lhe digo, é o camarão. Aqui a gente faz dinheiro rápido com o camarão.” Então, fica evidente o jogo de interesse que permeia o comércio do camarão, pela manutenção do preço elevado ao consumidor urbano. Não percebemos nenhuma

movimentação que venha ameaçar a quebra do que denominamos de monopólio do camarão, pois, as mulheres pescadoras que abdicaram da comercialização se recolheram aos espaços de pesca. Comportamento que só contribui para a manutenção das relações conflitantes geradas principalmente pelo controle do preço.

Entendemos que essas relações conflitantes produzidas nos espaços de pesca e comercialização do camarão poderiam encontrar um ponto de equilíbrio para amenizar as tensões através do amadurecimento e concretização do que os próprios pescadores e pescadoras das comunidades da Brasília e Catispera já começaram a discutir: a criação de uma associação. Percebemos a iniciativa como profícua e promissora, por entender que, a partir dessa organização, os ganhos serão socioambientais, em que não só as famílias seriam beneficiadas, mas, principalmente os lagos e paranás, habitat do camarão, que através de discussões coletivas serão construídas novas relações de captura que vão normatizar as atividades da pesca e comercialização do camarão. Acreditamos na possibilidade porque os pescadores e pescadoras em suas falas manifestavam preocupação com a forma como os ambientes de pesca estão sendo explorados.

No entanto, entendemos também que os órgãos ambientais que muitas das vezes limitam-se em cumprir o que preconiza a legislação ambiental vigente, deveriam somar e incentivar as iniciativas como a das comunidades estudadas, apresentando-se como parceiros e facilitadores para a concretização das ideias promissoras, construídas coletivamente.

E como forma de fortalecer as relações socioambientais entre pescadores e pescadoras e destes com a várzea, acreditamos que através da criação de um comitê gestor, consultivo e deliberativo, onde nos espaços das discussões estariam envolvidos não apenas os problemas pertinentes à pesca, mas, todos que permeiam as unidades produtivas da várzea. Fariam parte desse comitê, pescadores e pescadoras representando as comunidades da Brasília e Catispera, juntamente com membros dos órgãos que atuam no setor primário (Idam, Colônia Z17, Sindpesca, Ibama, Embrapa, CMDRS, Sindicato Rural, outros), além das universidades (UEA, UFAM) as quais buscariam através de encontros, construir coletivamente novas relações de captura e comercialização, sempre valorizando o olhar de quem vivencia o problema, ou seja, do pescador e da pescadora.

Reconhecemos os avanços, mas, precisamos avançar, e este estudo também se apresenta como uma contribuição para ampliar os espaços de discussão/reflexão crítica sobre a complexidade que permeia as relações socioambientais nos ambientes de pesca que historicamente vem reproduzindo ambientes de discriminação e exclusão sobre o gênero feminino.

Assim, as mulheres pescadoras de camarão do município de Parintins, que conduzem suas vidas em detrimento do ritmo das águas, não se deixam abater pelos problemas ambientais e culturais da várzea. Estão sempre dispostas a enfrentar os desafios da vida cotidiana, recomeçando e renovando-se a cada enchente, a cada vazante. São mulheres que nunca desistem de seus sonhos e demonstram isso, quando buscam ocupar seu espaço na vida econômica familiar, lutando pela sua inserção em uma atividade econômica vista como “essencialmente” masculina. Que começam a se ver nos ambientes da várzea como pescadoras, trabalhadoras rurais, e mesmo timidamente buscam o reconhecimento e valorização junto ao marido e a comunidade sobre o trabalho da mulher pescadora.

## REFERÊNCIAS

ADMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter. **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade.** – São Paulo: Annablume, 2006.

ALMEIDA, Rosângela Doin de; PASSINI, Elza Y. **O espaço geográfico: ensino e representação.** 15ª ed. – São Paulo: Contexto, 2011.

ALMEIDA, Marineide Pereira de. A mulher na Pesca: relato de experiência em Icoaraci-Pará. In: D'INCAO, Maria Angela et al (org.). **A Mulher e Modernidade na Amazônia.** Belém: GEPEM/CFCH/UFPA, 2001.

ALMEIDA, Oriana T. (Org.). **A Indústria pesqueira na Amazônia.** Manaus: Ibama/Provarzea, 2006.

\_\_\_\_\_, Oriana T. **O Setor Pesqueiro na Amazônia.** Manaus: Ibama/Provarzea, 2007.

CARVALHO, José A. Lima. **Terras Caídas e consequências sociais: costa do Miracauera – Paraná da Trindade, município de Itacioatiara/AM., Brasil.** Dissertação de Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia – UFAM, 2006.

CERQUA, D. Arcangelo. **Clarões de Fé no Médio Amazonas.** Prelazia de Parintins. Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1980.

CHAYANOV, Alexander V. **Lá organización de la unidad econômica campesina.** Buenos Aires, Ed. Nueva Visión, 1974.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural.** Tradução: Luís Fugazzola Pimenta, Margareth Castro A. Pimenta. 4ª ed.- Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

COSTA, Rogerio Haesbaert da. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 4ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

COUTO, Raul. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável: Parintins-AM, 2005-2012/ PRONAF, Projeto de Apoio aos Pequenos Produtores Rurais do Estado do Amazonas – Manaus: Ibama, ProVárzea, 2005.**

CRUZ, Manuel Masulo de J. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia.** Tese de doutorado em Geografia Humana. São Paulo, USP: 2007.

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica; tradução Werther Holzer.** – São Paulo: Perspectiva, 2011.

D'INCAO, Maria Angela (Org.). **Mulher e Modernidade na Amazônia.** – Belém: GEPEM/CFCH/UFPA, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana (Org.). **Povos e Águas.** – 2ª ed. – São Paulo: Núcleo de apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileira, USP, 2002.

FABRE, Nidia Noemi. et al. (Org.). **Sociobiodiversidade e conservação da várzea amazônica**. Manaus: PYRA, 2007.

FRAXE, Terezinha de Jesus Pinto et al. **Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lenda e transculturalidade**. São Paulo: Annablume, 2004.

\_\_\_\_\_. (Org.). **A pesca na Amazônia central – ecologia, conhecimento tradicional e formas de manejo**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

\_\_\_\_\_. **Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas**. 2ª Edição. – São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq, 2011.

\_\_\_\_\_. **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**, Manaus: Reggo Edições, 2011.

FREITAS, Marcílio de. **Amazônia e desenvolvimento sustentável: um diálogo que todos brasileiros deveriam conhecer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. 2ª ed. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.

HALL, Anthony L. **Amazônia desenvolvimento para quem?** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1989.

HARRIS, Mark. Presente Ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADMS, Cristina et al. (Org.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.

HEIDRICH, Álvaro Luiz (Org.). **A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço**. Canoas: Ed. ULBRA; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

HOLZER, Werther (Org.). **Qual o espaço do lugar?** Geografia, Epistemologia, Fenomenologia. – São Paulo: Perspectiva, 2012.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Aspectos Demográficos**, 2010 Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) Acesso em 23/09/2015.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Geografia do Brasil – Região Norte**. vol. I. Rio de Janeiro: FERGRAF, 1977.

IRIONDO, Martin H. **Geomorfologia da Planície Amazônica**. Atlas do IV Simpósio do Quaternário no Brasil: Rio de Janeiro, 1982.

JUNK, Wolfgang Johannes. As águas da região amazônica. In: SALATI, Eneas (Org.). **Amazônia: Desenvolvimento, Integração e Ecologia**. – Manaus, 1981.

LIMA, Deborah (Org.). **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões**: perspectiva para o desenvolvimento da sustentabilidade. Manaus: Ibama, Provárzea, 2005.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Os Parceiros do Mar**: natureza e conflito social na pesca da amazônia. Belém – Museu Paraense Emilio Goeldi, 1985.

MANESCHY, Maria Cristina. Uma presença discreta: a mulher na pesca: In D'INCAO, Maria Angela et al. (Org.). **A Amazônia e a crise da modernização**. – Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1994.

MAUÉS. Maria Angélica M. **“Trabalhadeiras” e “Camarados”**: relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica. Belém: UFPA, 1993.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. Tradução Carlos Roberto R. de Moura. – 3ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MORIN, Edgar. **Cabeça bem feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução Eloá Jacobina. – 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MURRIETA, Rui et al (Org.). “Eu Adoro Flores!”: gênero, estética e experimentação agrícola em jardins e quintais de mulheres caboclas, Baixo Amazonas, Brasil. In **Sociedades caboclas amazônicas**: modernidade e invisibilidade. – São Paulo: Annablume, 2006.

NODA, Sandra do N.(Org.). **Agricultura familiar na Amazônia das Águas**. – Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. **Percepção e Representação Gráfica**. Tese de Doutorado em Geografia Humana. São Paulo: USP, 2001.

\_\_\_\_\_, Mapas Mentais: recurso didático para o estudo do lugar. In **Geografia em Perspectiva**: ensino e pesquisa, 3ª ed. – São Paulo: Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_, Percepção e representação gráfica: a geograficidade nos mapas mentais dos comandantes de embarcações no Amazonas. – Manaus: Edua, 2014.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. O Transporte fluvial no Amazonas. In: **Boletim amazonense de Geografia**. Manaus, 1995.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. Ocupação Humana. In: SALATI, Eneas (Org.). **Amazônia**: Desenvolvimento, Integração e Ecologia. Ed. brasiliense. São Paulo, 1981.

\_\_\_\_\_. **Amazônia**: modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana (séculos XVII ao XX). Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi. Belém, julho de 1988.

OLIVEIRA, Livia de (Org.). **Qual o espaço do lugar?** Geografia, Epistemologia, Fenomenologia. – São Paulo: Perspectiva, 2012.

PORRO, Antônio. Os povos indígenas da Amazônia à chegada do europeu. In: **História da Igreja na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1990.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. – São Paulo: editora ática, 1993.

SACK, R. D. **Human Territoriality: Its Theory and History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Clézio. O Uso dos Desenhos no Ensino Fundamental: imagens e conceitos. In **Geografia em Perspectiva**; ensino e pesquisa. 3ª ed. – São Paulo: Contexto, 2009.

SANTOS, Geraldo Mendes et al. **Peixes comerciais de Manaus**. – Manaus: Ibama/AM, Provarzea, 2006.

SALATI, Enéas (Org.). **Amazônia: Desenvolvimento, Integração e Ecologia**. Ed. brasiliense. São Paulo, 1981.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SCHERER, Elenise (Org.). **Trabalhadores e trabalhadoras na pesca: ambiente e reconhecimento**. – Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

SIQUEIRA, Andrea D. Mulheres, relações de gênero e tomadas de decisão em unidades domésticas caboclas do estuário amazônico. In: ADMS, Cristina et al. (Org.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.

SOARES, Ana Paulina. A guerra do peixe: janauacá, conflitos e territorialidades nas águas. In: SCHERER, Elenise (Org.). **Trabalhadores e trabalhadoras na pesca: ambiente e reconhecimento**. – Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

TORRES, Iraildes Caldas (Org.). **O Ethos das Mulheres da Floresta**. Manaus: Editora Valer/Fapeam, 2012.

TUAN, Yi-Fu. **Topofia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**; tradução: Livia de Oliveira. – Londrina: Eduel, 2012.

\_\_\_\_\_, **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

VALÊNCIO, Norma et al. (Org.). **Processos de Territorialização e Identidades Sociais**. - São Carlos: RiMa Editora, 2010.

VERÍSSIMO, José. **A Pesca na Amazônia**. – Belém: UFPA (Coleção Amazônia, Série José Veríssimo), 1970.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade Amazônica**: estudo do homem nos trópicos; tradução de Clotilde as Silva Costa. – 3ª Ed. Itatiaia: São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

WITKOSKI, A. Carlos et al (Org.). Conflitos Sociais na Pesca. In **A Pesca na Amaonia Central**: ecologia, conhecimento tradicional e formas de manejo. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

\_\_\_\_\_. Espaços de Uso Comum? A construção de territorialidades sociais como formas de controle do acesso aos recursos pesqueiros entre os pescadores no baixo rio Solimões, Manacapuru/AM. In **Processos de Territorialização e Identidades Sociais**. - São Carlos: RiMa Editora, 2010.

WOORTMANN, Klaas. Com Parente Não se Neguceia: O Campesinato Como Ordem Moral. In: **Anuário Antropológico 87**, Brasília/Rio de Janeiro, Edunb/Tempo Brasileiro, 1990.